



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO - UFPE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA
PARA O DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE
MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO PÚBLICA - MGP



JOSEFA RITA DE CÁSSIA LIMA SERAFIM

**AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO
INTEGRAL PARA O ENSINO MÉDIO EM PERNAMBUCO
(2008 - 2018)**

RECIFE - 2019.

JOSEFA RITA DE CÁSSIA LIMA SERAFIM

**AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO
INTEGRAL PARA O ENSINO MÉDIO EM PERNAMBUCO
(2008 - 2018)**

Dissertação de mestrado apresentada à Universidade Federal de Pernambuco - UFPE como requisito final das exigências do Programa de Mestrado Profissional em Gestão Pública para o Desenvolvimento do Nordeste – MGP, apresentado para submissão como requisito à obtenção do título de Mestre.

Área de concentração: Gestão Pública para o Desenvolvimento Regional

Orientador: Prof. Dr. Thiago V. Modenesi

RECIFE - 2019.

Josefa Rita de Cássia Lima Serafim

**AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO
INTEGRAL PARA O ENSINO MÉDIO EM PERNAMBUCO
(2008 - 2018)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Gestão Pública para o Desenvolvimento do Nordeste da Universidade Federal de Pernambuco como requisito parcial para a obtenção do título de Mestra em Gestão Pública.

Aprovada em 28 de fevereiro de 2019.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Orientador Dr. Thiago V. Modenesi (Orientador)
Universidade Federal de Pernambuco – UFPE

Prof. Dr. Denilson Bezerra Marques (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco – UFPE

Prof. Dr. José Luiz Simões (Examinador Externo)
Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

AGRADECIMENTOS

Agradeço a meus familiares, especialmente a meu pai Pedro Alves - Pedro do Ó- (in memoriam) e minha mãe Lindaura Lopes pelo carinho por sempre acreditarem no meu potencial e, principalmente, por terem me educado com princípios fundamentais para minha formação cidadã. A eles dedico todas as minhas conquistas.

Às minhas filhas, Islany Emanuella, Iany Giselly e Iasmin Maria parceiras incondicionais nas minhas lutas e companheiras de todas as horas, fundamentais no equilíbrio de minha vida. Agradeço especialmente aos meus três netos: José Arthur, Isadora Bianca e Heitor Emanuel por me inspirarem a continuar crendo que a educação transforma pessoas- é por eles o debate desse trabalho.

Ao Professor Paulo Dutra e à Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco por ter confiado em meu potencial e por me incentivar em todo percurso desse mestrado. Agradeço também aos colegas de trabalho, parceiros diários, e principalmente a Rair Ângelos, Laeigüea Bezerra e Diego Salvador pelo o apoio nesse período e construção do trabalho, sem vocês teria sido muito mais difícil.

Ao meu orientador Thiago Modenesi pela atenção e competência, e a paciência de desvendar comigo os caminhos de uma escrita para essa produção científica.

Aos orientadores da banca Professor Dr. Denilson Bezerra e o Professor Dr. José Luis, pelos comentários, sugestões e críticas na etapa de qualificação, que foram fundamentais para o redirecionamento e enriquecimento do meu trabalho.

A todo corpo docente e administrativo do Mestrado em Gestão Pública e a todos os colegas da turma XV, que compartilharam comigo momentos trocas, experiências profissionais e acadêmicas.

Aos gestores, educadores, educadores familiares e educandos, contribuíram ativamente para efetivação dessa pesquisa. Suas opiniões e críticas contribuirão não apenas para avaliar essa política, mas fortalecê-la.

Enfim, agradeço a todos que direta ou indiretamente contribuíram de alguma forma com a produção desse trabalho.

RESUMO

A presente dissertação tem como objetivo a avaliação da política pública de educação integral para o Ensino Médio de Pernambuco na última década (2008 - 2018). Aborda os antecedentes históricos e filosóficos da educação integral no país, desde os Pioneiros da Educação até a Reforma do novo Ensino Médio subsidiado pelas teorias críticas da educação. A hipótese neste estudo é a de que o modelo de gestão implementado tem seu planejamento e execução claramente baseados em preceitos da administração pública gerencial, ou gerencialista, aqui entendida em oposição aos preceitos da administração pública burocrática clássica. Nosso estudo verificou em que medida a implementação dessa política trouxe, ou não, resultados positivos, convincentes e significativos para a melhoria da educação pública de Pernambuco. Traz para o bojo da discussão a abordagem burocrática idealizada nos preceitos weberianos, cujos conceitos de eficiência e eficácia são premissas, também endossadas às ideias do gerencialismo, até agregar um novo conceito: o de Governança Pública, que preconiza a participação de diferentes atores sociais. A metodologia utilizada na pesquisa buscou um encadeamento teórico e empírico com viés qualitativo e quantitativo, por meio da análise da presença da concepção da educação integral gerencial nesse novo modelo de gestão da educação pública, bem como sua inspiração teórico-política e filosófica, sua implementação e os resultados obtidos. Foram coletadas as percepções dos educadores, educandos, educador familiar, gestor e equipe sobre a nova política e seu processo de implementação, o desempenho dos alunos, as condições de trabalho e a prática democrática na escola. A pesquisa constatou que implantação das EREM melhorou o desempenho dos educandos, possibilitou o acesso de jovens carentes à universidade pública e contribuiu com sua formação e o projeto de vida. Além disso, o modelo de gerencialismo utilizado na gestão educacional traz contribuições de qualidade para o processo educacional, redireciona concepção e o acompanhamento de gestão, destacando o tratamento pedagógico. Finalmente, a pesquisa vislumbra como uma política de educação cujo viés da qualidade social seja ofertado para todo o Brasil.

Palavras-chave: Educação Integral. Política de Educação de Pernambuco. Gerencialismo. Governança Pública. Educação Interdimensional.

ABSTRACT

This essay aims the evaluation of the Integral Public Education Politics for the High School in Pernambuco in the last decade (2008-2018). It states the prehistoric and philosophical events regarded the integral education held in the country, since the launchers of Education to the reformulation of the new High School system, supported by critical theories of Education. One of the hypotheses of this paper lies on a management model which is clearly planned and done based on principals of managerial or managerialist public Education that is here seen as opposite to the principles of the classic bureaucratic public administration. It was found how this politics brought or not positive or meaningful convincing results aimed at the Public Education of Pernambuco. The bureaucratic view is seen as the main subject in which is based on the weberian rules of efficiency and efficacy that are required conditions for the managerialist conception, until it reaches a new conception: The Public Governance that stands for different social players. It was chosen a methodology supported by a theoretical and empiric view using a qualitative and quantitative sequence, through the analysis of integral education conception, relied on the new model of public education management, as well as its political-theoretical and philosophical approach, its insertion and results. The feedback of the educators, students, family educators, managers and the whole group was collected concerning the new politics and its insertion process, the students' performance, the working conditions, also the democratic practice at school. The research verified that the foudation of the Reference High Schools improved the performance of the learners, allowed the access of the needy young learners to Universities, besides, it facilitated their life Project and constitution. The model of gerencialism used in the educational management contributes qualitatively for the educational process giving a new way of thinking when monitoring the management, highlighting the pedagogical leading. Finally, this research focus on educational politics based on social quality offered to the whole country, Brazil.

Key words: Integral Education. Educational politics of Pernambuco. Managerialism. Public Governance.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Taxas de conclusão do Ensino Fundamental	53
Figura 2 - Taxas de conclusão do EM	54
Figura 3 - Taxas de Insucesso- Reprovação e Abandono no EF e no EM	66
Figura 4 - Pacto da Educação	91
Figura 5 - Indicadores de Processo e de Resultados	96
Figura 6 - Acompanhamento dos Indicadores de Processo	98
Figura 7 - Taxa de conclusão de ensino médio no país	114
Figura 8 - Percentual por GRE de escolas de EREM e ETE	117

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Total de Escolas da Rede Estadual por Tipo de Ensino- Pernambuco	34
Gráfico 2 - Avanço Escolas em Tempo Integral - Rede Estadual – Pernambuco	41
Gráfico 3 – Evolução da matrículas nas EREM 2008-2018	42
Gráfico 4 - Evolução do quantitativo de EREM por jornada 2008-2018	47
Gráfico 5 - Evolução do IDEPE das Escolas de Referências	70
Gráfico 6 - Crescimento do IDEB de Pernambuco	99
Gráfico 7 - Taxa de Abandono Escolar em Pernambuco - Rede Estadual	112
Gráfico 8 - Aprovação no vestibular -EREM: 2011 a 2017	118

LISTA DE QUADROS

Quadro 1-Centros de Ensino Experimental de Pernambuco: Primeira Experiência de Educação Integral	37
Quadro 2-Centros Experimentais anos 2006 a 2007	38
Quadro 3-Implantação da Política de Educação Integral: São mais 31 escolas no Ano de 2008	40
Quadro 4-Comparativo IDEB e IDEPE. Fonte: INEP/SEEP	69
Quadro 5-Média IDEPE e Número de Escolas por ano de implantação 2014 – 2017. Pacto pela Educação/SEEP	71
Quadro 6-Histórico das notas por faixa de nota - IDEPE (2013-2017). Fonte: SEE/SEEP	94
Quadro 7- Sujeitos pesquisados X quantidades do público alvo da pesquisa de campo.....	107
Quadro 8- Relação das escolas com IDEPE acima de 6.0	120
Quadro 9- Consolidado das repostas dos educandos: análise das questões 4 e 9..	121
Quadro 10 - consolidado das repostas educadores familiares: análise das questões 4 e 9	122
Quadro 11 - Consolidado das repostas dos educadores por GRE: análise das questões 1 - 4 – 6	124
Quadro 12 - Consolidado das repostas dos educadores: questões: 6-7-8	125
Quadro 13 - Consolidado das repostas dos educandos: Questões 2 e 5	128
Quadro 14- Consolidados das questões abertas: pontos positivos X negativos sob a ótica dos educandos	130

LISTA DE ABREVIATURAS

CAED	O Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (CAEd)
CAIC	Centros Integrado de Apoio à Criança
CIEP	Centros Integrados de Educação Pública
EB	Educação Básica
EM	Ensino Médio
EMTI	Ensino Médio em Tempo Integral
REM	Escola de Referência em Ensino Médio
ETE	Escolas Técnicas Estaduais
FNDE	Fundo Nacional de Educação
GRE	Gerência Regional de Educação
IDEB	Índice Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica
IDEPE	Índice de Desenvolvimento da Educação de Pernambuco
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa
MEC	Ministério da Educação
PDDE	Programa Dinheiro Direto na Escola
PDE	Programa de Desenvolvimento da Escola
PISA	Programa Internacional de Avaliação de Estudantes
PNE	Plano Nacional de Educação
PPP	Projeto Político Pedagógico
PROCENTRO	Programa de Desenvolvimento dos Centros Experimentais
PROFIC	Programa de Formação Inicial e Continuada
PRONAICA	Programa Nacional de Atenção à Criança e ao Adolescente
ProEMI	Programa do Ensino Médio Inovador
SAEPE	Sistema de Avaliação da Educação de Pernambuco
SEEP	Secretaria Executiva de Educação Profissional
SIEPE	Sistema de Informações da Educação de Pernambuco
UEx	Unidade Executora

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO.....	15
2	POLÍTICA E EDUCAÇÃO: REFLEXÃO DA EDUCAÇÃO INTEGRAL DOS “PIONEIROS” À POLÍTICA EDUCACIONAL DAS ESCOLAS DE REFERÊNCIA (EREM) DE PERNAMBUCO.....	22
2.1	Um breve histórico da Educação Integral no Brasil.....	27
2.2	Política Governo X Política de Estado: Desvendando a Ideologia subjacente às Políticas Educacionais.....	29
2.3	Aproximações e diferenças da Educação Integral no Brasil com a Educação Integral de Pernambuco.....	32
2.4	Experiência de Educação Integral em Pernambuco: O Impacto das Escolas de Referências-EREM na Educação Básica	36
2.5	Os dados das EREM apontam uma consolidação da política educacional na última década 2008-2018.....	38
2.6	Educação Interdimensional: a essência da Educação Integral em Pernambuco.....	44
2.7	Critérios de implantação das EREM.....	45
2.8	A Sustentação metodológica: premissas e princípios no diálogo pedagógico das EREM.....	48
3	A REFORMA DO “NOVO” ENSINO MÉDIO: VIÉSES POLÍTICOS E OS INTERESSES QUE SUBJAZEM A REFORMA.....	52
3.1	O Ponto e o Contraponto da Reforma: um diálogo necessário sobre o EM como educação básica.....	57
3.2	A Reforma Do Ensino Médio, Educação Integral e a Lei 1024/2018? Há um diálogo possível?.....	60
3.3	Educação Integral X Tempo Integral: Qualidade e Quantidade são Sinônimo de Aprendizagem?.....	64
4	REVISITANDO OS CONCEITOS BUROCRÁTICOS E GERENCIAIS NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA INTEGRAL DE PERNAMBUCO.....	74
4.1	Como o conceito de eficácia se reproduz na educação pública do estado de Pernambuco.....	76

4.2	O gerencialismo se materializa na política pública das instituições educacionais de Pernambuco.....	78
4.3	Os diferentes contextos políticos da Administração Pública, Gestão Pública e Gestão Escolar.....	81
4.4	Como as escolas se comportam com as mudanças administrativas na última década.....	82
4.5	Rompendo paradigmas da produtividade: Os instrumentos gerenciais de monitoramento como objeto de reflexão e práticas de aprendizagem.....	86
5	O GERENCIALISMO, E A POLÍTICA DE RESULTADOS: QUAL DIÁLOGO DESSES CONCEITOS COM A PRÁTICA DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO INTEGRAL NO ESTADO.....	90
5.1	A avaliação externa como ponto de partida e não apenas ponto de chegada: A educação integral para além do ranque das avaliações externas.....	94
5.2	Gestão Por Resultado X Avaliação Da Aprendizagem, Dois Mundos e Uma Proposta: A educação integral do educando.....	100
6	METODOLOGIA.....	102
6.1	Tipo e natureza da pesquisa.....	103
6.2	Local e sujeitos da pesquisa.....	105
6.3	Instrumentos de obtenção de dados.....	108
6.3.1	Características do questionário aplicado.....	108
6.3.1.1	Questionário <i>on line</i>	109
6.3.1.2	Questionário aberto.....	109
6.3.2	Características da entrevista.....	110
7	AVALIANDO OS IMPACTOS, INOVAÇÕES E EQUALIZAÇÃO SOCIAL NA VIDA DO JOVEM PERNAMBUCANO EM UMA DÉCADA DA POLÍTICA PÚBLICA DE EDUCAÇÃO INTEGRAL.....	112
7.1	As Escolas Integrais Nas Diferentes Regiões Do Estado Conduziram O Jovem À Universidade e Possibilitou Sua Ascensão Social.....	116
7.2	A Escola É Foco: Um olhar para os avanços e impactos em sua realidade.....	119
8	APRESENTAÇÃO E ANÁLISES DOS DADOS	121

8.1	A Compreensão Dos Usuários Dessa Política: Os Educandos E O Educador Familiar.....	122
8.2	A Compreensão dos Implementadores da Política: Os Educadores, Gestor e Equipe.....	124
9	CONCLUSÃO.....	132
	REFERÊNCIAS.....	136
	APÊNDICE 01 - CONSOLIDADO DA PESQUISA DE CAMPO: LIMOEIRO.....	141
	APÊNDICE 02 - CONSOLIDADO DA PESQUISA DE CAMPO POR GRE: EDUCANDOS.....	142
	APÊNDICE 03 – MODELO DE CONSOLIDADO POR GRE.....	143
	APÊNDICE 04 – QUESTIONÁRIO DA FAMÍLIA.....	145
	APÊNDICE 05 – QUESTIONÁRIO DA PESQUISA DA GRE: SUJEITOS DA PESQUISA EDUCADORES.....	149
	APÊNDICE 06 - QUESTIONÁRIO DA PESQUISA DA GRE: SUJEITOS DA PESQUISA EDUCADORES FAMILIARES.....	150
	APÊNDICE 07 - QUESTIONÁRIO DA PESQUISA DA GRE: SUJEITOS DA PESQUISA GESTORES/EQUIPES.....	151
	APÊNDICE 08– QUESTIONÁRIO DO EDUCANDO.....	152
	APÊNDICE 09 – QUESTIONÁRIO DO GESTOR.....	157
	APÊNDICE 10 – QUESTIONÁRIO DO PROFESSOR.....	163

1 INTRODUÇÃO

Ao refletir sobre o sistema educacional brasileiro, sobre os desafios educacionais no contexto da sociedade as discussões são imensas em todas as etapas de ensino da Educação Básica. Mais do que qualquer outro nível, o ponto de pauta desse texto especificamente: o Ensino Médio e as políticas que definem suas finalidades e organizações são objetos de intensas disputas. No Brasil, é nessa etapa de ensino que se promove explicitamente, a articulação entre trajetória escolar a produção de grupos sociais. Ou seja, o trabalho escolar capitalizado nela adquirido, chancela o acesso ao mercado em funções de trabalho mais ou menos rentáveis.

Essa é uma concepção intrínseca às reformas e implementação das políticas ao longo da história da educação para esse nível de ensino, evidenciam a relação entre escola e a reprodução da estrutura social e suas desigualdades. “A influência do modo de produção nas políticas educacionais e sociais não é de hoje. O capitalismo, a cada crise, procura se reinventar para garantir sua manutenção e para isso são implementadas reformas em diferentes esferas sociais” Gonçalves (2017). A expansão do ensino médio, iniciada nos primeiros anos da década de 1990, não pode ser caracterizada ainda como um processo de universalização nem de democratização, devido às altas porcentagens de jovens que permanecem fora da escola, à tendência ao declínio do número de matrículas desde 2004 e à persistência de altos índices de evasão e reprovação.

O ensino médio significa para muitos o término de seus estudos e o ingresso no mundo do trabalho com formação adequada ou não, para outros podem ter acesso a diferentes carreiras, e até ao nível superior, cujos diplomas permitirão ocupar os cargos mais distintos benefícios econômicos, sociais e simbólicos. Quanto mais jovens de um grupo social depender da escola para assegurar sua reprodução, mais o ensino torna-se importante para o destino social desse aluno. Não é de qualquer ensino médio que se discute nesse texto.

O que se defende nessa dissertação é um ensino médio que dê a garantia do acesso à escola e permanência nela com sucesso, pois o grupo social para quem esse ensino está destinado, não faz parte do seu capital cultural o valor que tem a escola, o desafio é criar a motivação para que esse jovem entre na escola, permaneça nela. Pois, o que é quase natural para uns de uma classe social, cursar o ensino médio, para outros é um imenso desafio. A inclusão do ensino médio no âmbito da educação básica e o seu caráter progressivamente obrigatório demonstram o reconhecimento da importância política e social que ele possui.

Os brasileiros não suportam mais a desigualdade educacional, por isso a busca constante por uma experiência inovadora nessa etapa de ensino ao tempo que diminua as distâncias entre as desigualdades consequências das estruturas sociais e a reprodução no sistema educacional.

Por isso o objetivo dessa pesquisa, em analisar o Ensino médio integral como uma possibilidade de proposta educacional que possa minorar essa questão aqui levantada. Os dados são vergonhosos apenas 57,3% p.p. dos jovens mais pobres terminam os estudos até os 19 anos, enquanto isso, 91,1% dos jovens mais ricos terminam na mesma idade. Mais que o dobro em pontos percentuais, é o que mostrou o último relatório do Todos Pela Educação/INEP (2018) sobre a pesquisa nacional de atendimentos aos municípios (PnadC/2018). E ainda, 41,5% dos jovens não concluem o Ensino Médio até os 19 anos. Quase metade dos estudantes nessa idade ainda estão no Ensino Fundamental.

Esses dados comprovam-se que a escola precisa resolver esse viés excludente. E as políticas educacionais implementadas precisam ser entendidas e analisadas para além desse paradigma que subjaz o ensino médio, reproduzido nas instituições. Por isso, a proposta dessa dissertação é pesquisar a Avaliação dos Resultados da Política de Educação Integral para o Ensino Médio de Pernambuco (2008 – 2018). Devido os bons resultados que o estado tem apresentado aferidos nas últimas avaliações externas no desempenho no IDEB, além do número de jovens que entram e permanecem e concluem ensino médio em Pernambuco. Primeiro grande desafio, e depois, identificar o número de jovens que passam no vestibular e vão para universidade. Dados não comuns ao ensino médio na modalidade regular.

É consenso entre os estudiosos da educação a percepção de que o ensino médio é a etapa de ensino que provoca os debates mais controversos, seja pelos persistentes problemas do acesso e da permanência, seja pela qualidade da educação oferecida, ou, ainda, pela discussão sobre a sua identidade. As deficiências atuais do ensino médio no país são expressões da ausência com características inclusão ou a presença tardia de um projeto de democratização da educação pública no Brasil ainda inacabado, que sofre os abalos das mudanças ocorridas na segunda metade do século XX, que transformaram significativamente a ordem social, econômica e cultural.

Nesse sentido, faz-se necessário visualizar e tomar como base do trabalho dessa pesquisa os dados importantes da política de Pernambuco, como a proficiência e o desempenho da aprendizagem, o percentual dos jovens que chegam universidade etc. para entender melhor o desempenho das escolas do Ensino Médio no estado de Pernambuco, especialmente nesse período incerto de crise, quando a educação no país continua nas últimas colocações em relação aos demais países do mundo avaliados no Programa Internacional de Avaliação de estudantes PISA (2015).

É possível vislumbrar que Estado apresenta uma política educacional que deu um novo rumo para a qualidade do Ensino Médio promovendo inovações e impactando em avanços

concretos de aprendizagem acadêmica a essa faixa etária e, conseqüentemente, melhora da vida dos jovens pernambucanos ao despontar uma possibilidade para o ingresso desses adolescentes menos favorecidos à universidade pública. Esse é o objetivo macro dessa pesquisa. É importante destacar que o ensino médio de Pernambuco em consonância com o Plano Nacional de Educação (PNE) foi instituído pela Lei nº 13.005/2014:

META 6- Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos (as) alunos (as) da educação básica.

Estratégias:

6 1) promover, com o apoio da União, a oferta de educação básica pública em tempo integral, por meio de atividades de acompanhamento pedagógico e multidisciplinares, inclusive culturais e esportivas, de forma que o tempo de permanência dos (as) alunos (as) na escola, ou sob sua responsabilidade, passe a ser igual ou superior a 7 (sete) horas diárias durante todo o ano letivo, com a ampliação progressiva da jornada de professores em uma única escola (observatório/PNE; 2019).

META 6

Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 38,4% (trinta e oito vírgula quatro por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 51,5% (cinquenta e um vírgula cinco por cento) dos (as) alunos (as) da educação básica. PEE (2015-2020).

Em Pernambuco, são 410 escolas que ofertam Ensino Médio Integral corresponde 54% (cinquenta e quatro) da Rede e atendem a 57% dos estudantes que ingressam nessa etapa de ensino, (SEE/PE; 2018). Cumpre a meta estabelecida nos PNE, funcionando e jornada de 40 horas semanais na maioria de suas escolas integrais e de 35 horas na jornada Semi-integral.

As estratégias são: além da prática pedagógica diferenciada dessas escolas, estende-se ao professor rever sua filosofia, e, também se amplia e qualifica-se o seu tempo, pois ele fica em jornada integral, tanto pela filosofia intrínseca e trabalhada na instituição que requer a presença educativa de todos os envolvidos no processo, são bonificados, pois recebem uma gratificação pela exclusividade do tempo a essas escolas.

No Brasil a escola em tempo integral, o número de instituição pública e privada vem ganhando força, e subiu de 8.3% entre 2010 e 2016, um total, de 32,14% em 2016. O número de matrícula também subiu em 4,64% no mesmo período. Ao todo 12,4% estavam matriculados no nível básico. Convém destacar que essas proporções não estão igualmente distribuídas no Brasil, a região Sul é mais privilegiada 51,48% de escolas e 16,68% de matrículas. O Pará cai 10% em escolas e 4.64 em matrículas. O estado que mais cresce escola de tempo integral nesse período é Sergipe 15,97%. Cruz, et all (2018).

A convocação nesse texto é de fazer uma análise teórica para além das avaliações externas, e entender efetivamente essa evolução na educação de Pernambuco é uma premissa, articulando-a a formação do jovem e a qualidade social da educação suscitada nos pressupostos da teoria crítica de educação, na visão Frigotto (2001), Freire (2017), Saviani (2002), entre

outros, nessa abordagem buscar identificar as variáveis que permeiam a política educacional vigente no Estado.

A intenção da dissertação é saber os impactos da Política de Educação Integral no Ensino Médio de Pernambuco para a melhoria acadêmica do jovem e conseqüentemente a mudança positiva em sua vida e ascensão social. Sem desconsiderar, também, se as demais Políticas Públicas como; Ganha o Mundo, robótica na escola, o Pacto Pela Educação, etc.- implementadas pelo governo do Estado têm contribuído para redirecionar de alguma os resultados da educação e tentar entender o que os dados apresentam em relação ao crescimento nos resultados educacionais de Pernambuco, que inicialmente ocorreu no ensino médio nessa última década, e se esse crescimento tem se estendido também na melhoria de vida dos jovens oriundos dessas escolas.

Em face a esse debate, a presente pesquisa desenvolveu inicialmente documentos de análises de informações e dos conteúdos acerca dos dados institucionais, citados no corpo do texto os dados do Pacto, Siepe, Censo, Inep, que deram subsídio para construção de gráficos e tabelas com o resumo das informações de acordo com as categorias selecionadas na pesquisa. Cujos objetivos de desvendar por meio dessa pesquisa:

- Compreender os fundamentos da administração pública do estado de Pernambuco no âmbito no âmbito da gestão escolar e se ela contribui e em que grau, com a melhoria da qualidade social do ensino ofertado nas EREM;
- Analisar criticamente os dados de proficiência e resultados educacionais detectando às inovações da prática e se a promoção acadêmica que estimulem as mudanças sociais entre os estudantes mais necessitados da rede devido à implementação da política pública;
- Verificar se a implantação das escolas integrais como política pública estadual promove o acesso dos estudantes nas universidades públicas possibilitando ascensão social desses jovens nas diferentes regiões do estado.

Considerando os objetivos acima citados, o recorte da pesquisa contempla as instituições que alcançaram média acima de 6.0, delimitando o campo de pesquisa para 18 escolas, dessas, 16 foram entrevistadas, estando assim distribuídas, em 6 unidades regionais de educação denominadas de (GRE) Gerências Regionais do Estado. Os sujeitos dessa pesquisa foram; o educando, o educador, o educador familiar e o gestor, entrevistados nos meses de setembro a novembro de 2018.

Inicialmente foi feita uma entrevista online que, o retorno dos dados não foram suficientes como aporte de informações para essa pesquisa, optando pela entrevista semiestruturada in lócus, onde cada entrevistado respondeu a um questionário contendo 12

questões objetivas que tratavam diretamente da importância da escola para comunidade, e querendo saber se a implantação desse formato de escola mudou e a vida acadêmica e social do jovem na comunidade. Essa é a grande discussão dessa dissertação. Os capítulos do texto terão esse delineamento de discussão; da parte teórica à pesquisa de campo.

Esse texto está dividido em 8 (oito) capítulos, o primeiro capítulo introdutório traz a trajetória de implantação das Erem nessa década 2008-2018, a lógica democrática impressa nessa política por ter em seu escopo a meta de “atender todas as cidades de Pernambuco em pelo menos ter uma escola integral (Dutra, 2014). O delineamento tem como perspectiva enxergar se a política de educação pensada e instituída na última década possibilitou avanços para além dos dados aqui amplamente falado em todo o texto.

E as mudanças almeçadas são prioritariamente a democratização do conhecimento quando o aluno por meio da sua formação no ensino médio insere-se ao ensino superior. Uma luta histórica na educação, mesmo entendendo parcialmente a educação no contexto da sociedade capitalista, como reflete Frigotto (2001); “...que a educação escolar é um aspecto de reprodução da divisão capitalista do trabalho.

A organização escola, em seus principais aspectos, é uma réplica das relações de dominação e submissão da esfera econômica” (FRIGOTTO, p.48, 2001). Não se pode negar que há verdade nesse viés defendido por alguns segmentos e teóricos, no entanto, Frigotto entende também que aceitar essa afirmativa dos autores é cair no imobilismo, e de forma acrítica respaldar uma análise acerca de uma visão linear e determinista das relações sociais da produção, e das relações sociais da educação e das relações sociais da vida familiar. Ou seja, essas relações não são, segundo ele, deterministicamente passivas.

Essas construções são explicadas dialeticamente, a escola pode sim ser um espaço de transformação, e esse é um conceito que se tenta evidenciar nessa pesquisa, sem desconsiderar os demais conceitos aqui elucidados. E os dados da educação em Pernambuco é um convite a se repensar esse conceito historicamente reproduzido no âmbito da educação, como diz Freire (2007), “... não há educação neutra. O ato de educar é fundamentalmente um ato político. ...o verdadeiro ato de conhecer é sempre um ato de engajamento” (FREIRE, p. 10; 2007). No pensamento freiriano não há lugar para a falsa neutralidade política do educador, portanto a escola pressupõe esse espaço coparticipação e reciprocidade de uma educação que compartilhe uma relação de igualdade entre os sujeitos na aquisição dos conhecimentos.

A formação básica é fundamental para possibilitar esse acesso ao mundo acadêmico. Vale salientar que as políticas federais do governo do Ex. Presidente Lula e Dilma, com a interiorização das universidades e as cotas aglutinam-se positivamente esse acesso.

No segundo capítulo trata-se da educação Interdimensional como essência filosófica do integral, a sustentação metodológica e princípios que são as teorias subjazem as práticas nessas escolas, subsidiados por Dutra (2014), que descreve a implantação da educação integral em Pernambuco. Ainda no segundo capítulo traz uma abordagem sobre a educação integral para Brasil na década de 30, proposta educacional na visão dos Pioneiros da Educação, que iniciou a concepção desse modelo de educação para o Ensino Fundamental.

Faz-se um resgate dessa proposta desde os Cieps, Caics às Erem, escolas de referência de Pernambuco. O estudo teve respaldo teórico nos autores Cavaliere (2003), e Gomes (2003) que trouxe a experiência do Cieps e a participação de Darcy Ribeiro como mentor da política de integral e os conhecidos Brizolões.

No terceiro capítulo a abordagem crítica sobre a Reforma no Ensino Médio e os vieses políticos e de interesses subjetivos que subjazem essa e demais reformas educacionais e administrativas. Buscando fazer uma reflexão sobre a importância que tem a reforma para fortalecer essa etapa de ensino, enquanto Educação Básica, a premissa da obrigatoriedade é muito recente e se deu por Emenda Constitucional 59/2009 ampliando a escolaridade para a faixa de 6 a 17 anos, mas apenas foi validado em 2013 por força da 12.796 que altera o artigo 4º da LDB, Gonçalves (2017).

E o Novo Ensino Médio tem provocado uma discussão, e amplia o debate para demais reformas instituídas neste país ao longo da história da educação, no que requer a pensar educação para a classe trabalhadora. Junto a esse diálogo vem seguido de um debate sobre a concepção do capital humano que permeia o discurso enviesado dentro e fora da escola sobre a função chancelada da escola e seu trabalho escolar capitalizado. Articulado a visão da educação em tempo integral – portaria 1.023/2018 e a concepção que perpassa nessa nova legislação. O estudo está ancorado às concepções dos autores: Krawczyk (2011). Frigotto e Mota (2017), Gonçalves (2017) entre outros, aprofundam esse debate sobre a educação e a lógica mercadológica.

O quarto e quinto capítulos fundamentam essa pesquisa acerca das teorias do modelo burocrático e pós – burocrático o gerencialismo, que permeiam as reformas administrativas ao longo das políticas e reformas administrativa efetivadas nas últimas décadas nesse país. Faz uma abordagem dos diferentes contextos dessas reformas e a influência delas nas instituições públicas, nesse caso, especialmente na educação. Apoiados em autores como Weber (1973), Dias (2013), Secchi (2009) Bresser (2009), Abrucio(2006), Capobianco (2010).

Autores que analisam a influência do gerencialismo e a gestão empreendedora, modelos pós burocráticos. Esse estudo visa refletir sobre como o gerencialismo e Governança

influenciam de alguma forma as práticas e rotinas na educação, visto que a política educacional e política administrativa do estado de Pernambuco respaldam-se no modelo gerencial.

Esse trabalho propõe-se a entender a importância conceito de eficácia e como se constitui no âmbito na educação pública, e até que ponto um conceito, com a lógica da teoria da produtividade influenciam de forma positiva nos processos internos pedagógicos que produzem na escola a aprendizagem estudante.

No capítulo cinco é feita uma referência a política gerencial acerca da aplicabilidade no contexto da educação articulando teoria e a prática observada. A pesquisa, inicialmente analisa a teoria de gestão de resultados e como essa prática gerencial dialoga com a concepção de avaliação da aprendizagem e que ambas podem contribuir com o resultado ora explicitado nesse trabalho, relacionado ao resultado da aprendizagem analisado, também no escopo desse projeto.

No capítulo seis começa a contextualização do resultado da pesquisa contemplando a metodologia utilizada em todo estudo com foco no olhar da escola acerca de suas práticas para entender como as escolas têm contribuído com a geração de jovens nesta última década. Apresenta-se o passo a passo desse estudo apoiadas nas teorias críticas da educação, reflexão crítica do gerencialismo conceito aplicado e a prática e rotinas pedagógicas das escolas como fundamental para análise e construção dessa pesquisa. O estudo é subsidiado pela a teoria metodológica de pesquisa descritiva com um delineamento qualitativo e quantitativo, com a abordagem de análise de conteúdo tendo em vista o tipo de pesquisa proposto nesse no escopo desse projeto. As análises se darão nos capítulos posteriores.

Nos capítulos sete e oito estão explicitados toda a análise da pesquisa, apresentando o resultado da pesquisa, embasados teoricamente nos conceitos discutidos de diferentes autores, expondo por meio de quadros e tabelas, o resumo do estudo de como todos os pesquisados da comunidade escolar (gestor, educador, educandos e educador familiar) percebem essa política e a importância que exerce na comunidade escolar e sobretudo na ida do jovem desde a partir de sua implantação.

Com esse arcabouço teórico, são feitas as considerações finais, no capítulo oito, advoga-se, portanto, que a partir dos resultados explicitados da educação do estado nessa pesquisa em relação ao acesso e um maior número de jovem à escolas de educação integral, e ao seu ingresso à universidade pública tem contribuído para que eles ascendam postos e trabalho mais rentável, na promoção da mudança social para esse jovem em sua vida e do no entrono da sua comunidade, sendo o motivo maior dessa pesquisa.

2 POLÍTICA E EDUCAÇÃO: REFLEXÃO DA EDUCAÇÃO INTEGRAL DOS “PIONEIROS” À POLÍTICA EDUCACIONAL DAS ESCOLAS DE REFERÊNCIA (EREM) DE PERNAMBUCO

A aprendizagem sempre ocupou um espaço de destaque na história da humanidade, sendo importante objeto de estudo, uma vez que se configura aspecto fundamental da educação, portanto é a maior preocupação desse contexto: a garantia desta às novas gerações. Roitman e Ramos (2011; p. 65-66) a destacam como maior desafio do século XXI. Os dados do Censo (2011) apresentam que o Brasil tem avançado na universalização da educação e está trilhando passos que apontam para o encaminhamento adequado e solução da questão do acesso, no entanto a promoção da aprendizagem com a qualidade necessária à formação cidadã ainda não é uma realidade no País.

Aprendizagem aqui é entendida como construção de conhecimentos e habilidades, interesses, atitudes e valores adquiridos dentro e fora da escola. Conhecimento é tão importante para o homem e a sociedade, que ao longo da história da educação, por meio da didática, descobrem-se meios de repassar ensinamentos às novas gerações. O conhecimento aponta para possibilidades de desenvolvimento na sociedade. Quando o homem primitivo descobre as mãos, deixa de ser quadrúpede e passa a ser bípede, domina o espaço em que vive e se impõe por meio do conhecimento e, portanto, a humanidade começa a evoluir. Foram as primeiras grandes inovações, como a descoberta do fogo e da roda, que impulsionaram a evolução da humanidade.

E assim, com apropriação desses conhecimentos a raça humana toma forma e importância tendo-os como base da sua evolução histórica, devido à capacidade de pensar, tomar distância para rever suas ações, e, portanto, a produção de conhecimento marca a história da humanidade, e o conhecimento passa a ser essencial à evolução da sociedade, e conseqüentemente, a evolução do indivíduo, que cientificamente explica-se também como o homem aprende.

É importante subsidiar-se dos fundamentos de vários teóricos da Educação, da Psicologia, da Filosofia que em suas pesquisas nos fazem entender, refletir e explicar como o homem aprende: “É pela aprendizagem que o homem afirma-se como ser racional, forma sua personalidade e se prepara para o papel que lhe cabe no seio da sociedade” (ZANELLA, 2003, p. 30). Nesse bojo, a escola impõe-se enquanto instituição responsável legítima pela veiculação desse conhecimento científico

A aprendizagem, historicamente é entendida como um processo permanente e é teoricamente explicada no meio acadêmico, pois o diálogo dela com a escola têm provocado

muitas preocupações com a qualidade do conhecimento ofertado no âmbito da educação e consequentemente na escola, visto que pesquisas educacionais nacionais do Instituto Nacional de Estatísticas e Pesquisas – INEP – PISA e SAEB, apontam que nacionalmente os alunos do Ensino Médio têm baixos índices de desempenho.

Embora as concepções da Psicologia do desenvolvimento da aprendizagem como a inatista, behaviorista e outras que teorizam sobre os processos de ensino e de aprendizagem tenham contribuído para tentar explicar como crianças, adolescentes e jovens aprendem; outrora entendendo a prática de ensino e aprendizagem acontecia por meio da transmissão e memorização, conceitos também explicados por meio das teorias da pedagogia da educação denominada de Educação Bancária, teoria do Professor Paulo Freire¹ a qual questionava a visão do homem como um papel em branco, um depósito de conhecimento segundo a visão dos que julgam a educação como uma doação a qual tem o estudante como um papel em branco que memorizar passivamente tudo o que for ensinado.

Tal concepção funda-se numa visão opressora impedida de qualquer reflexão crítica pelo aluno, prática que ficou denominada de uma educação alienante por trazer subjacentes às suas rotinas pedagógicas os ideais de exclusão por meio da reprovação, evasão entre outros. A escola reproduz por meio de seus currículos e práticas pedagógicas a seletividade inerente à sociedade capitalista, essa é a ideia de educação na visão de Freire (1996).

E com a convicção de entender a visão educacional na realidade atual e, portanto, revisitar a concepção de educação bancária predominante nas políticas de educação brasileira, e promover uma reflexão sobre as demais concepções da escola nova, teoria crítica e histórico crítica. Ao considerar a importância da reflexão histórica de que o conhecimento se constrói também a partir do que se apresenta, entendendo principalmente que o espaço da educação é um locus de problematização dessa concepção de educação, e de aquisição da compreensão teórica das demais concepções, portanto um fértil local de transformação cognitiva, filosófico e social.

¹ Na visão bancária” da educação, o “saber” é uma doação dos que se julgam sábios aos que julgam nada saber. Doação que se funda numa das manifestações instrumentais da ideologia da opressão a absolutização da ignorância, que constitui o que chamamos de alienação da ignorância, segundo a qual está se encontra sempre no outro. [...] por isto mesmo é que reagem, até instintivamente, contra qualquer tentativa de uma educação estimulante do pensar autêntico, que não se deixa emaranhar pelas visões parciais da realidade, buscando sempre os nexos que prendem um ponto a outro, ou um problema a outro. Na verdade, o que pretendem os opressores “é transformar a mentalidade dos oprimidos e não a situação que os oprime e isto para que, melhor adaptando-os a esta situação, melhor os dominem” (FREIRE; p.57-76. 1996 2).

Outros conhecimentos surgem explicando, teorizando para se entender esse espaço como o conceito cognitivista, uma abordagem da Psicologia que busca compreender a relação sujeito e objeto no processo de construção do conhecimento, busca explicar a apreensão desses conhecimentos.

Também no mesmo viés reflexivo surge Saviani (2002)², relacionando a escola e sociedade endossando também a visão de educação de Paulo Freire, desmitificando o papel da educação no seio de uma sociedade capitalista e suas atribuições reprodutoras nesse contexto, mas ao mesmo tempo um importante espaço para veicular-se uma educação transformadora para o coletivo da sociedade vigente. Sobre essa questão Frigotto (2007), argumenta:

A educação, então, é o principal capital humano enquanto é concebida como produtora de capacidade de trabalho, potenciadora do fator trabalho. Neste sentido é investimento como qualquer outro. O processo educativo, escolar ou não, é reduzido do à função de produzir um conjunto de habilidades intelectuais, desenvolvimento de determinadas atitudes, transmissão de um determinado volume de conhecimentos que funcionam como geradores de capacidades de trabalho e, conseqüentemente, de produção. ...A educação passa, então, a constituir-se num dos fatores fundamentais para explicar economicamente as diferenças de capacidade de trabalho e, conseqüentemente, as diferenças de produtividade e renda (FRIGOTTO, 2007; p.40:).

Nessa perspectiva a educação constitui em um fator fundamental para o desenvolvimento econômico na concepção neoclássica, como analisa o autor, e explica a diferença econômica na capacidade do trabalho, bem como a diferença na produtividade. Os adeptos do capital humano ou dos recursos humanos, explicam o movimento como investimento de uma nação ou dos indivíduos fazem na perspectiva de retorno futuro, tanto no ponto de vista macroeconômico para significar probabilidade da produtividade e do atraso econômico, como no ponto de vista do microeconômico, as diferenças individuais e de mobilidade social, uma reflexão que não pode desviar-se da sua função apologética, ideológica

² Demerval Saviani em seu livro “Escola e Democracia”, levanta questões de dois grupos antagônicos. O primeiro grupo é o das Teorias não-críticas, classificadas como a pedagogia tradicional, a pedagogia nova e a pedagogia tecnicista. Este grupo entende que a educação é capaz de erradicar a marginalidade de nossa sociedade, sendo esta última, considerada aqui como harmoniosa. A marginalidade é um desvio, um fenômeno individual que deve ser corrigido, portanto, a educação serve como um instrumento de correção de desvios, tendo, ao mesmo tempo, uma margem de autonomia com relação à sociedade. No segundo grupo, que é o das Teorias crítico-reprodutivistas, subdivididas em Teoria do Sistema de Ensino como Violência Simbólica, Teoria da Escola como Aparelho Ideológico de Estado (AIE) e Teoria da Escola Dualista. Neste caso, de maneira oposta, a educação aparece como fator agravante, através da discriminação e responsável pela marginalidade, onde está é inerente à estrutura da sociedade, da qual a educação é dependente. Aqui, a escola reforça e legitima a marginalização social através da marginalização cultural. Saviani frisa que estes grupos de teorias explicam a marginalização na forma da relação entre educação e sociedade. E portanto, ele traz a teoria pedagógica histórico-crítica partindo do pressuposto de que é viável, mesmo numa sociedade capitalista, uma educação que não seja, necessariamente, reprodutora da situação vigente, e sim adequada aos interesses da maioria, aos interesses daquele grande contingente da sociedade brasileira, explorado pela classe dominante e que essa concepção e a dialética são sinônimos.

das relações sociais de produção da sociedade burguesa, que busca esconder o real sentido dessas definições e conceitos.

Portanto, buscar entender que a educação não é apenas isso, reprodutora das ideias elitistas, e que por meio dela pode se propiciar mudanças não apenas cognitivas, mas é possível por meio dela oportunizar aos jovens uma aquisição de um conhecimento para além da educação bancária, “um professor problematizador refaz constantemente seu ato cognoscente na cognicidade do educando” (Freire; 1996), não responsabilizando apenas o professor por essa mudança, mas a sua importância da compreensão da educação, enquanto sistema responsável por um projeto coletivo de educação em uma sociedade em que os princípios democráticos estão instituídos como é o Brasil, um país jovem nos preceitos democráticos, e esses princípios precisam ser efetivos na prática.

Para vivenciar uma educação realmente de qualidade social, é preciso revisitar as concepções teóricas educacionais subsidiadas pelas vertentes críticas da educação no contexto da sociedade vigente. Compreender o que a concepção histórico-crítica nos propicia, acreditar, que essa também interfere sobre a sociedade podendo de fato contribuir para sua própria transformação e por ela se pode transformar a sociedade, Saviani (2012). Só então, pode-se pensar criticamente para redirecionar o movimento da prática vivenciada na escola.

Enfim, são muitas as concepções que permeiam a educação, da abordagem da educação bancária a teoria histórico-crítica, e conseqüentemente influenciam os sujeitos pedagógicos, que provocam mudanças no interior das escolas, que nem sempre resultam na aquisição da aprendizagem a que se propagam. Ainda o que se presencia é um número elevado de jovens saírem do ensino médio com grandes lacunas de aprendizagem. Por isso é importante que além de conhecer os dados educacionais, e acessar as informações sobre as inovações que ocorrem no país. O ensino médio é uma extensão do ensino fundamental, portanto não convém analisá-los desconectados.

Inicialmente buscar compreender, que embora as instituições escolares pesquisadas apresentem realidades similares e recebam iguais orientações os dados ainda são díspares no que se refere ao desempenho dos estudantes das escolas públicas estaduais, como mostra adiante os gráficos e tabelas especialmente no Ensino Médio, o que é facilmente comprovado por meio de análises dos resultados das escolas

Nesse sentido, faz-se necessário visualizar e tomar como base do trabalho dessa pesquisa os dados importantes dessa política, como a proficiência e o desempenho da aprendizagem, o percentual dos jovens que chegam universidade etc. para entender melhor o desempenho das escolas do Ensino Médio no estado de Pernambuco, especialmente nesse

período incerto de crise, quando a educação no país continua nas últimas colocações em relação aos demais países do mundo avaliados no Programa Internacional de Avaliação de estudantes PISA (2015).

Embora o Brasil seja o País que mais tenha crescido nessa avaliação na última década, segundo o relatório do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa - INEP (2015), ainda tem um longo caminho a percorrer, especialmente no ensino médio. Por isso, a proposição fundamental dessa dissertação é olhar para os avanços do Ensino Médio em Pernambuco para visualizar os limites da Política de Educação Integral implantada desde 2008, para verificar os impactos de mudanças sociais devido ao acesso e à permanência desse jovem em escolas integrais.

E uma convocação para se fazer uma análise teórica para além das avaliações externas, e entender efetivamente essa evolução na educação de Pernambuco é uma premissa, que articula a formação do jovem e a qualidade social da educação suscitada nos pressupostos da teoria crítica de educação. Portanto identificar e explicitar se essas variáveis permeiam a política educacional ora vigente no Estado. Atentar para os dados apresentados relacionados ao crescimento dos resultados educacionais do estado, que, inicialmente ocorreu no ensino médio nessa última década, e se esse crescimento se tem estendido também na melhoria de vida dos jovens oriundos dessas escolas.

Os dados do Sistema de Informações da Educação de Pernambuco (SIEPE 2017) nos mostram que nos dois últimos anos esse crescimento tem sinalizado também nos 9º (nonos) anos do ensino fundamental. Essa é uma afirmação validada por meio dos dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas – INEP e pelo Ministério da Educação/MEC (2015/2016), que socializam o ranque da educação do país sistematizando o resultado das avaliações externas, o Índice de Educação Básica (IDEB) e o Índice de Educação de Pernambuco (IDEPE), e confirmam a melhoria explicitada no desempenho acadêmico dos estudantes.

A função da escola, no âmbito dessa política de educação do estado de Pernambuco, assumiu um novo olhar, especialmente às escolas de Referências, que apresentam um crescimento nos seus indicadores de desempenhos. Nessa perspectiva, é inevitável averiguar o que há de diferente às práticas dessas escolas para manterem um Índice de Desenvolvimento da Educação de Pernambuco (IDEPE) crescendo e estando à frente de estados como São Paulo e Rio de Janeiro. O que traz de novo essa política e o que precisa melhorar para manter esse crescimento para que Pernambuco continue despontando como Estado da federação que evolui na educação, especialmente no Ensino Médio.

Os sistemas educacionais precisam ser periodicamente revisitados, na medida em que há necessidade de uma avaliação contínua para que se verifique a viabilidade das políticas

públicas. Nesse contexto, o Ensino Médio passa a ser objeto de vários estudos e incessante trabalho no seio das políticas públicas. E, assim, as escolas brasileiras dessa modalidade possam efetivamente preparar jovens para o mundo trabalho, para independência econômica, para viverem em ambiente familiar e comunitário, respeitando a diversidade cultural da sociedade em constante transformação.

2.1 Um Breve Histórico Da Educação Integral No Brasil

No Brasil, a discussão da política de educação integral não é um debate novo, surgiu em uma época em que as orientações educacionais eram subsidiadas com viés autoritário em meio a uma sociedade que vivia sob movimentos das elites da época, e seus contextos políticos diversos impulsionaram um redirecionamento conceitual trazendo novas ideias educacionais.

Inicialmente destinado à etapa de ensino das séries iniciais do Ensino Fundamental, é uma ideia que passa, obrigatoriamente, pelo estudo do pensamento educacional das décadas de 20 e 30 do século XX, defendida pelos os Pioneiros da Educação que revolucionaram a educação na época trazendo propostas inovadoras de educação pública, subsidiados teoricamente também pelo pensamento educacional de Anísio Teixeira, que deu passos importantes e firmes no sentido de concretizar a escola progressista no país, Gomes (2010).

Segundo ensinamentos de concepções filosóficas de americanos, tomou contato com as obras de John Dewey e W. H. Kilpatrick, as quais marcaram fortemente sua formação e lhe deram as bases teórico-filosóficas para a construção de um projeto de reforma para educação brasileira. Sua obra deu continuidade à administração de dois outros Pioneiros da Educação Nova³, Carneiro Leão e Fernando de Azevedo.

³ Os Pioneiros da Educação- A divulgação do Manifesto dos pioneiros em 1932, a fundação, em 1934, da Universidade de São Paulo e da Universidade do Distrito Federal, em 1935, são alguns dos exemplos anunciadores de novos tempos tão bem sintetizados por Fernando de Azevedo no Manifesto dos pioneiros. Todavia, a imposição ao país da Constituição de 1937 e do Estado Novo, haveria de interromper por vários anos a luta auspiciosa do movimento educacional dos anos 1920 e 1930 do século passado, que só seria retomada com a redemocratização do país, em 1945. Os anos que se seguiram, em clima de maior liberdade, possibilitaram alguns avanços definitivos como as várias campanhas educacionais nos anos 1950, a criação da Capes e do CNPq e a aprovação, após muitos embates, da primeira Lei de Diretrizes e Bases no começo da década de 1960. No entanto, as grandes esperanças e aspirações retrabalhadas e reavivadas nessa fase e tão bem sintetizadas pelo Manifesto dos Educadores de 1959, também redigido por Fernando de Azevedo, haveriam de ser novamente interrompidas em 1964 por uma nova ditadura de quase dois decênios. * A relação completa dos educadores que integram a coleção encontra-se no início deste volume. MANIFESTOS_finais.pmd 21/10/2010, 08:21 8 9 Assim, pode-se dizer que, em certo sentido, o atual estágio da educação brasileira representa uma retomada dos ideais dos manifestos de 1932 e de 1959, devidamente contextualizados com o tempo presente.

A concepção de educação integral, ancorada na extensão do tempo escolar, esteve sempre presente na obra de Anísio Teixeira. Partindo de uma justificativa, em 1930, ainda em parte baseada no espírito higienista-educacional, chega, em 1950, a uma proposta de educação escolar emancipadora de indivíduos e nação.

A educação integral, significando uma educação fundamental, a compreensão da maneira pela qual a concepção de educação integral escolar ampliada se desenvolve em suas tarefas sociais e culturais, esteve presente nas propostas das diferentes correntes políticas que se delinearam naquele período.

Especificamente as correntes autoritárias e elitistas a encampavam com o sentido de ampliação do controle social, trazendo um extremo da tendência da educação integral foi o que se expressou na educação da Ação Integralista Brasileira-AIB-, Cavaliere (2010), uma corrente de intelectuais que viam na educação um meio de inculcar valores de uma educação reprodutora e seletiva por meio de sacrifícios, sofrimentos, disciplina e obediência, cumprir compromissos e obedecer a superiores, ou seja, cultuavam uma educação integral ligada ao estado integral, o oposto da concepção de educação integral defendida por Anísio Teixeira.

O seu pensamento de educação integral defendida tinha como mais importantes vertentes da democracia, para atender a população mais carente, inclusive a concepção ampliada de educação escolar, a laicidade e o fortalecimento do ensino público destacam-se em seu pensamento, Cavaliere (2010) argumenta sobre essa questão:

Por isso, podemos encontrar significados diversos para a concepção de educação integral, representando diferentes projetos políticos. Para a Ação Integralista Brasileira (AIB), transformada em partido em 1935, a educação integral envolvia o Estado, a família e a religião, postos em sintonia pela escola, numa intensiva ação educativa. Tendo a AIB sido criada como um movimento cultural, que pretendia ser mais do que um partido político, seus planos envolviam a criação de uma nova concepção política e filosófica de mundo, para a qual a escola teria papel fundamental. Em seus documentos doutrinários, pregava que a educação escolar das massas não se limitava à alfabetização, mas visava elevar o nível cultural da população envolvendo aspectos físicos, intelectuais, cívicos e espirituais da formação dos indivíduos. O movimento tinha como lema a educação integral para o homem integral (CAVALIERE, 2010, p. 249).

Segundo a autora acima citada, os integralistas expõem uma visão oposta do que defendia Anísio Teixeira. A educação integral, para eles, cultuando uma formação subserviente que tinha como base uma concepção doutrinária que incorporaram da dimensão religiosa à educação. Em oposição a essas ideias e movimentos da corrente autoritária de educação, interpõe-se o movimento dos socialistas utópicos, que já vinha desde o século XIX disseminando uma bandeira política, seguida posteriormente, pelo surgimento das correntes liberais que trouxeram renovação à escola, encontrando na educação integral a possibilidade de

mudar a mentalidade e as práticas democráticas, tendo à frente desse movimento o pedagogo Anísio Teixeira.

A educação integral, desde o início, perpassou por diferentes campos e modificação política e a serviço à diferentes orientações ideológicas. Segundo Cavaliere (2010), termo “educação Integral” não era muito utilizado por Anísio Teixeira para não haver correlação de sentido com a concepção defendida pelos os integralistas. Para ele, a educação que defendia tinha em suas bases uma concepção de educação escolar que alcançasse áreas mais amplas da cultura, da socialização primária, da preparação para o trabalho e para a cidadania, conceitos esses que estavam presentes desde os primórdios do percurso de Anísio Teixeira como pensador e político.

Essa concepção foi sendo desenvolvida e aperfeiçoada por toda a sua obra e envolveu diversos elementos, entre eles a sua permanente defesa do aumento da jornada escolar dos discentes nos diferentes níveis de ensino. Segundo ele, a escola para ser eficiente, e ser uma escola pública para todos deveria ser de tempo integral para professores e alunos, como a Escola Parque e Escola Classe por ele fundada em 1950 em Salvador, que mais tarde inspiraria os Centros Integrados de Educação Pública (Cieps) do Rio de Janeiro e as demais propostas de escolas de tempo integral que se sucederam.

2.2 Política Governo X Política de Estado: Desvendando a Ideologia subjacente às Políticas Educacionais.

É importante retomar o contexto sócio-político em que surgiu a ideia de uma educação integral, como também conhecer e compreender o viés filosófico dos movimentos educacionais que sucederam desde a revolução dos Pioneiros da Educação. Nessa abordagem, haja o entendimento do contexto atual da educação no Brasil e dos fundamentos da concepção intrínseca a política de educação integral nacional atualmente praticada, e a relação com políticas anteriores contextualizada aos ideais políticos vigentes. Ou seja, compreenda-se que nenhuma política proposta por qualquer governo está isenta de intenções, pretensões e manipulações ideológicas e determinações políticas.

Outra política de educação que requer uma especial atenção é a política vivenciada no estado de Pernambuco desde 2008, que iniciou ainda na proposta dos Centros, que surgiu em outro governo como programa, e tornou-se uma política pública, posteriormente, pelo o novo governo que depois de uma análise e correções metodológicas, estendeu-se a todas as cidades

do estado quando recebeu uma escola de referência, o que caracteriza uma política de estado e que vem, nos últimos anos, apontando resultados diferenciados ao ensino médio do estado.

Também, é trazido para esse trabalho uma reflexão que será aprofundada a seguir sobre a vigente proposta do programa de educação integral para o Brasil, estendida aos estados da federação e buscar compreender a teoria que permeia essa recém iniciativa do Programa do Fomento, implantado em 2017 pelo governo federal da época, respaldando-se ligeiramente na política das EREM de Pernambuco.

O contexto político, também precisa ser entendido e analisado, por ser a escola uma instituição pública, que está simbolicamente ligada às decisões políticas do governo vigente. Inclusive, esse é um argumento que faz sentido pelo que se observa na comprovação da interrupção de políticas educacionais ao longo da história da educação do país, como a exemplo as Escolas-Parques e os Cieps, que tiveram sua implantação sacrificada pelas mudanças de governo, e por falta de apoio e continuidade dos projetos.

Tal medida resultou em um retrocesso para o país, sendo um dos principais motivos do não avanço da educação integral como proposta educacional, como expõe Cavaliere (2003) em sua pesquisa sobre os Cieps, quando argumenta e explica sobre as dificuldades dos centros avançarem, pontuando como fragilidades no desmonte a descontinuidade da proposta educacional por falta da sucessão dos governos da época:

O programa pretendia criar 500 escolas exemplares e inovadoras que funcionassem como um parâmetro para as demais escolas. Elas seriam pólos de irradiação de um projeto pedagógico e algumas funcionariam inclusive como escolas de aperfeiçoamento dos professores da rede pública (Ribeiro et al., 1986). ... O fato de ambos os governos não terem feito sucessor do mesmo partido, levou ao desmonte, por duas vezes, das recém-inauguradas escolas. Segundo a diretora do Ciep A, que atualmente tem as turmas das séries iniciais em horário integral, “por descaso das autoridades o projeto foi descaracterizado. Foi muito doloroso ver todo aquele espaço praticamente improdutivo...” A resistência ao desmonte do programa foi pequena e não chegou a desencadear um movimento com expressão política. Ao final de cada uma das duas gestões, as escolas que permaneceram funcionando, ainda que com restrições, de acordo com a proposta pedagógica original, foram aquelas com mais tempo de funcionamento, ou seja, que haviam consolidado uma experiência, uma equipe, e que já tinham, portanto, motivação e condições objetivas para defender seu trabalho. Em seu depoimento escrito, a diretora do Ciep B, que funciona, hoje, com todas as turmas em horário integral afirma: “a filosofia dos Cieps é maravilhosa, uma pena que cada governo que entra, muda e descaracteriza esta escola que poderia realizar um trabalho brilhante em todos os sentidos.” (CAVALIERE, 2003; p.151/152)

A citação da pesquisadora provoca uma reflexão acerca da importância da continuidade das políticas públicas para além dos tempos de governos, e desperta a importância de elas – as políticas de educação, no caso, os Cieps – e esse esboço ressalta que a descontinuidade dessa

proposta pedagógica na época. E conseqüentemente, comprometeu o crescimento da educação pública em seus estados e como também no País.

Pois poderia ter sido a saída para o redirecionamento dos dados educacionais e da promoção de educação realmente com qualidade, uma realidade educacional, que ainda hoje é preocupante, basta analisar o resultado dos dados do Censo/INEP de 2017, que apresentam números que se verificam a exclusão de crianças e jovens na sua formação acadêmica.

Nesse sentido, as reformas educacionais devem ser entendidas nesse novo redesenho no contexto das decisões macrossociais com interesses diversos, que muitas vezes não são destinadas diretamente aos que mais necessitam. Ou seja, saber se de fato e de direito as propostas educacionais estejam como políticas de Estado e não como políticas de Governo, para que não se cometam os mesmos equívocos políticos de outrora com a sociedade.

A revisitação aos textos desses dois pioneiros - Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro – remete-nos pensar sobre a importância das suas contribuições para os fundamentos da educação integral. O primeiro deixou o legado para a geração atual e as gerações futuras é de que “pela escola se pode construir a democracia” e de que “dada a penúria da escola pública, democracia é palavra vã usada para justificar a farsa triste de um sufrágio universal irrisório”.

O segundo, Darcy trouxe os Cieps como ponto forte dos seus fazimentos, Gomes (2010). Pode-se dizer que sua concepção de escola pública pressupõe dois sentidos fundamentais: amplitude e o tempo, e enfatiza em seu discurso que “a educação é um instrumento de revolução”, os dois, cada um ao seu modo, contribuíram com a educação. Diante do exposto, é relevante salientar, que a política de educação do país, estado ou município, não poderá ser analisada descontextualizada da sua história política.

Os Cieps foram pensados em um novo movimento de forças políticas e novas ideias, em meio a redemocratização do país, surge a perspectiva de volta à democracia e o reestabelecimento das eleições diretas no Brasil, levaram alguns trabalhistas históricos como Darcy Ribeiro e outros, refundaram o Partido Trabalhista Brasileiro - PTB, posteriormente denominado Partido Democrático Trabalhista – PDT.

Darcy e Brizola se conheceram no exílio, onde consolidaram uma grande amizade e juntos concorreram a cargos públicos eletivos, tendo, portanto, a oportunidade de implantar no Rio de Janeiro essa proposta pedagógica, tendo Brizola como governador do estado, Darcy como seu vice, e põem em prática o projeto educacional em versão pessoal da utopia da Escola Nova de uma forma, que outrora, Anísio Teixeira jamais pudera fazer.

Segundo Gomes (2010), é nesse contexto sócio-político, que surgem os Cieps, mais um fruto dos trabalhos de Darcy Ribeiro associado a Oscar Niemeyer, este foi o responsável pela

infraestrutura dos Centros, para eles a arquitetura conferia a identidade da proposta educacional em curso. Inclusive ressaltava o viés político-partidária, às unidades e, por meio dela condicionava e refletia proposta pedagógica, e, diga-se de passagem, largamente baseada na Escola Nova, (liberal).

Talvez esse fosse o maior motivo das críticas feitas e a não aceitação por parte da academia, que ratificou as críticas veiculadas na mídia da época, quando afirmava que: “... dentro dos prédios não havia nada, era só a casca de um ovo, sem fundamentação científica, sem proposta pedagógica, nada mais que populismo”, (GOMES, p.54; 2010). Anísio era tido como liberal como foi explicado ao longo texto e Darcy mais radical (socialista), definido por alguns como “o rebelde da educação”, mas em suas diferenças tiveram complementaridade.

2.3 Aproximações e diferenças da Educação Integral no Brasil com a Educação Integral de Pernambuco

Diante do exposto no capítulo anterior pode-se inferir, que a política implantada na educação de Pernambuco tem suas raízes em um grupo de poder político ora instituído e vigente. Portanto, trazer para o debate e ponderação nos entraves verificados na implantação dos Cieps, é uma reflexão importante para análise da política de educação integral experienciada em Pernambuco nessa última década. É pertinente tomar como parâmetro outras experiências de políticas de educação integral vivenciadas em contextos políticos diferenciados.

A exemplo, os Centros de Integração Pública – Cieps – surgem em maio de 1985 inaugurou-se, na capital do estado do Rio de Janeiro, o primeiro Ciep. Durante os anos 80 e 90, em dois períodos governamentais (1983-1986 e 1991-1994), foram postos em funcionamento 506 Cieps, escolas públicas de tempo integral, com concepção administrativa e pedagógica próprias.

A intenção declarada era de promover um salto de qualidade na educação fundamental do estado. No entanto, os Cieps não se consolidaram enquanto intervenção na educação brasileira no Ensino Fundamental, pesquisa feita por Cavaliere e Coelho (2003) apresenta a ineficiência dessa política, não pela concepção, mas pelas dificuldades de continuidade e investimento de governos vigentes.

Outra tentativa de uma educação integral é introduzida nos governos de Collor de Mello e Itamar Franco os Centros Integrados de Atenção as Crianças – CIAC, e os Centros Integrado de Apoio à Criança – CAIC, o Programa de Formação Integral da Criança (PROFIC) em São

Paulo, até os CIAC'S do Governo Fernando Collor, que logo tornaram-se CAIC's, na gestão de Itamar Franco.

Em âmbito nacional foi criado o primeiro CAIC projetado por Fernando Collor de Mello através do projeto Minha Gente que pretendia criar 5 mil escolas pelo território brasileiro com atendimento em horário integral, com estruturas para creches, pré-escolas e ensino primário em tempo ampliado.

No entanto, o impeachment do respectivo presidente, em 1993 sob o governo de Itamar Franco o MEC fez algumas modificações no projeto inicial e criou o PRONAICA (Programa Nacional de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente), que reformulou os CIAC's criados por Collor, transformando-os em CAIC's (Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente), que pretendia atender crianças e adolescente carentes de forma integral. A ideia original dos Cieps não fora difundida e a cada governo que assume, reinicia-se o processo, altera-se a proposta e não se evolui na prática para uma educação de qualidade e inclusiva como direito da população.

A cada presidente que assumia o poder, elaborava e divulgavam seus programas de governo como a exemplo; o PRONAICA, instituído pela Lei n. 8.642, de 31 de março de 1993, é regulamentada pelo decreto n. 1.056 em 11 de fevereiro de 1994, tinha por finalidade integrar e articular ações de apoio à criança e ao adolescente, e através desse programa foram traçadas ações socioeducativas que objetivava buscar a formação integral das crianças e adolescentes dentro de Unidades de Serviços mantidas pelo governo Federal, Estadual, Municipal e comunidade, de forma integrada.

Os locais escolhidos para implantação de tais ações eram lugares que havia uma demanda grande por serviços sociais básicos a crianças e adolescentes. Os CAIC's traziam a possibilidade de uma concretização completa de uma Unidade de Serviço, que seriam centros de desenvolvimento de uma proposta pedagógica completa aliada a programas de saúde, alimentação, cultura, higiene esporte e lazer, enfim atenção integral.

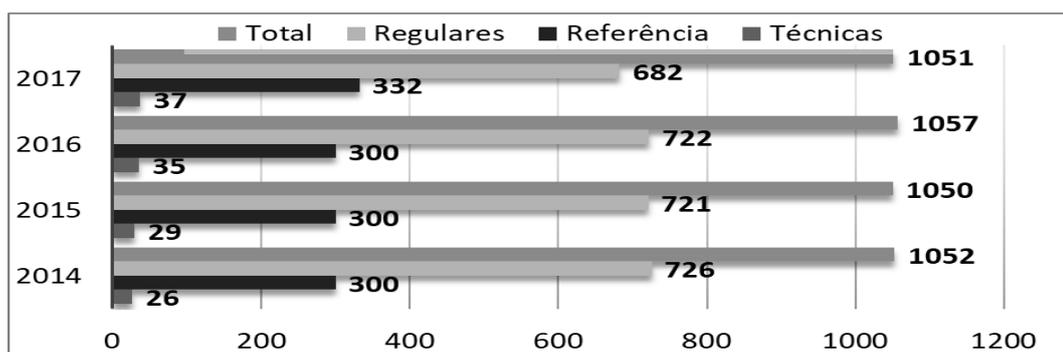
A educação em tempo integral está expresso na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – 9394/96), aparece uma referência da ampliação do tempo escolar no seu artigo 34: “incluirá pelo menos quatro horas de trabalho efetivo em sala de aula”, sendo progressivamente ampliado o período de permanência na escola dentre as políticas que surgiram para a efetivação do artigo 34 e seu parágrafo 2 da LDB 9394/96. destaca-se também no Plano Nacional de Educação (PNE), válido para os próximos dez anos.

Nele foi apresentado várias metas delineadas a fim de melhorar a educação, especificamente sobre a educação de tempo integral destaca-se a meta de n. 6 do Plano Nacional

de Educação (PNE), que “prevê, no mínimo, 50% das escolas públicas ofertando educação em tempo integral até 2024, de forma a atender 25% dos alunos da Educação Básica” (texto-PNE).

Em relação a essa meta, Pernambuco se aproxima desse percentual visto que é o estado que mais oferta escolas em tempo integral. O Gráfico 1 apresenta uma série histórica das escolas estaduais nos anos de 2014 a 2017.

Gráfico 1 – Total de Escolas da Rede Estadual por Tipo de Ensino- Pernambuco



Fonte: INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais

É uma escala crescente das escolas que ofertam ensino médio integral, são 1.051 (mil e cinquenta e uma) escolas, dessas 369 (trezentas e sessenta e nove) EREM e ETE funcionam com a jornada ampliada e com a filosofia da educação integral. Essa realidade só é possível hoje, porque as experiências anteriores com o ensino integral trouxeram suas contribuições para avaliação acerca de seus avanços e entraves no processo de implantação nos diferentes contextos políticos do país, e, também se estendem ao âmbito das políticas estaduais.

Devido ao tempo de permanência dos alunos na proposta dos CAICs houve necessidade de criar estratégias de ensino que pudessem beneficiar ações educativas com práticas lúdicas que acompanhem o interesse dos alunos na Educação Integral. Por isso, traziam a sugestão da criação dos ateliês como intuito de caminhar em consonância com as atividades formais desenvolvidas pelos professores por meio de atividades dinâmicas e diferenciadas.

Outra experiência com educação integral no ensino fundamental foi o Mais Educação em 2009, uma proposta implementada nos governos Lula/Dilma, que trouxe uma proposição de Educação Intercultural com uma Gestão Intersetorial e Sistêmica, foi uma tentativa de inovação educacional e uma concepção contemporânea de educação integral.

Surgiu como uma das ações do Plano de Desenvolvimento da educação publicado em 2007, apoiada em conjunto de leis e decretos publicados pelo Ministério da Educação, que foi instituído através da Portaria Interministerial nº17, de 24 de abril de 2007 e regulado através do Decreto nº 7083, de 27 de janeiro de 2010. O Programa Mais Educação, surgiu como proposta para o ensino fundamental, pauta-se através de uma ampla sustentação legal que inclui, como

principais dispositivos, a Constituição Federal (1988), o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96).

A proposta em debate traz um delineamento de intervir na evasão, na reprovação, na distorção idade série e demais indicadores de vulnerabilidade que assolam o desempenho da educação no país. Enquanto alguns educadores viam nessa proposta de educação uma saída para elevar e resolver as questões de fragilidades de aprendizagem nessa etapa de ensino, outros pesquisadores fazem algumas ressalvas à proposta educacional em andamento e a denominam com a expressão da “hegemonia às avessas no âmbito da política educacional” (Silva e Silva, 2009).

O Mais Educação requer uma maior atenção teórica, mas não é essa a base desse trabalho, está sendo tomado como uma ação das medidas pensadas nacionalmente a temática da educação integral nos anos iniciais, até porque a concepção de educação integral de Pernambuco amplia-se em todas as dimensões da pessoa humana, não apenas o cognitivo. Assunto a ser explorado mais adiante ao tratar dos conceitos da educação integral que subjazem a proposta vigente na educação de Pernambuco.

Ainda no governo Lula/Dilma, surge uma nova experiência como proposta de educação integral diretamente para o Ensino Médio, o ProEMI – Programa do Ensino Médio Inovador- que foi instituído pela Portaria nº 971, de 09 de outubro de 2009. Esse documento orientador traz orientações pedagógicas para o desenvolvimento da proposta educacional em curso.

Nos anos de 2011 e 2013, foram publicadas outras versões do Documento Orientador do ProEMI (Brasil, MEC/SEB, 2011c; 2013). Desde a sua criação, o ProEMI tem a finalidade de induzir mudanças na organização curricular das escolas de Ensino Médio, pautando-se na ampliação do tempo e na alteração das práticas pedagógicas que atendam aos anseios dos jovens. Para tanto, após adesão, foi destinado apoio técnico e financeiro aos seus participantes e vinculados à elaboração de um projeto pedagógico de intervenção.

Os Documentos Orientadores do ProEMI (Brasil, MEC/SEB, 2009e; 2011c; 2013) trazem orientações que visam subsidiar o processo de implantação e implementação do Programa. Assim como apresentam propostas para o enfrentamento do abandono e da reprovação escolar, dentre elas: a reorganização do tempo, dos espaços, do currículo, das práticas pedagógicas; o acompanhamento dos dados do fluxo escolar e dos recursos financeiros. Estas propostas poderiam incidir no movimento de mudanças na organização do trabalho pedagógico da escola ao repensar a qualidade do processo de ensino- aprendizagem e podem ter expressão no fluxo escolar.

2.4 Experiência De Educação Integral Em Pernambuco: O Impacto das Escolas de Referências - EREM na Educação Básica

Diante desse breve passeio pela história da educação integral no Brasil, que vem desde a década de 1930 (trinta) aos dias de hoje. Foi importante essa revisitação para contextualizar o formato da educação integral vivenciada hoje como política de educação em Pernambuco, objeto de pesquisa desse trabalho.

Pelo o exposto até aqui, pode-se aferir que diferentes concepções foram aplicadas às escolas integrais em variados contextos políticos ao longo da educação brasileira. E essas experiências, apesar de não terem impactado e redirecionado a realidade defasada da educação, como se propunham, mas sem sombras de dúvidas, foram importantes para chegar a esse século com uma compreensão dos limites e avanços acerca das tentativas de implantação da educação integral vivenciada em diferentes municípios, estados e no País.

Nessa perspectiva, trazer para o debate a concepção de educação integral em Pernambuco nessa última década 2008-2018, é um exercício importante, porém desafiador porque é uma experiência em construção. Diferente do que aconteceu nos demais estados, em Pernambuco, a política das escolas de referências foi aplicada ao Ensino Médio, é importante buscar evidências teóricas entre as experiências Cieps, Ciacs, PRONAICA, ProEMI e as Escolas de Referências em Ensino Médio -EREM.

Cada proposta aqui defendida expõe uma concepção de educação com viés teórico peculiar ao projeto de educação que se pretende implementar na conjuntura política daquele momento. Portanto, é fundamental entender qual o conceito proposto está subjacente, e também, se tem como expectativa a formação cidadã dos jovens e a construção de uma escola com princípios democráticos efetivamente claros, que rompam com cultura excludente que permeia historicamente as instituições de educação, em seu interior.

Nesse sentido, ao revisitar todas essas tentativas teóricas, que permeiam as propostas de educação integral aqui explicitadas, remete-nos a uma reflexão sobre as práticas pedagógicas que permeiam cada reforma, a intencionalidade e filosofia implicitamente postas a cada proposta vivenciada.

A primeira experiência de Educação Integral para o Ensino Médio em Pernambuco nasceu em 2004, foi o Ginásio Pernambucano (GP), este seria o primeiro Centro de Ensino Experimental (CEEGP), que nasceu por meio de Decreto nº 25.596, de 1º de junho de 2003 (DUTRA apud MAGALHÃES, 2014). Segundo Dutra (2014), no ano de 2005 foi inaugurado o segundo Centro de Ensino Experimental no município de Bezerros, seguindo a mesma

filosofia do CEEGP, foi criado na sequência, mais 11 Centros Experimentais (Quadro 1), nesse mesmo ano de 2005 sob o (Decreto nº 28.436/2005).

Quadro 1- Centros de Ensino Experimental de Pernambuco: Primeira Experiência de Educação Integral

Nº	Gerencia Regional de Educação	Escola	Jornada
1	Agreste Centro Norte	Escola de Referência em Ensino Médio de Panelas	Integral
2	Agreste Meridional	Escola de Referência em Ensino Médio de Garanhuns	Integral
3	Mata Norte	Escola de Referência em Ensino Médio de Timbaúba	Integral
4	Mata Sul	Escola de Referência em Ensino Médio dos Palmares	Integral
5	Metropolitano Norte	Escola de Referência em Ensino Médio Maria Vieira Muliterno	Integral
6	Metropolitano Sul	Escola de Referência em Ensino Médio Cabo de Santo Agostinho	Integral
7	Metropolitano Sul	Escola de Referência em Ensino Médio de Ipojuca	Integral
8	Recife Sul	Escola de Referência em Ensino Médio Cícero Dias	Integral
9	Sertão do Alto Pajeú	Escola de Referência em Ensino Médio. Prof. Adauto Carvalho	Integral
10	Sertão do Moxotó	Escola de Referência em Ensino Médio de Arcoverde	Integral
11	Sert. Médio S. Francisco	Escola de Referência em Ensino Médio Clementino Coelho Petrolina	Integral

Fonte: Secretaria de Educação de Pernambuco. SEE/SEEP- organizado pela autora

Esses centros surgiram como intuito de trazer uma concepção diferente de um trabalho pedagógico da escola, incorporada a proposta surge, a concepção da prática administrativa com um novo formato da gestão, a partir de parcerias com a iniciativa privada e do modelo sugerido. Foi a primeira parceria público-privada na educação do Estado de Pernambuco por meio de convênio com o Instituto de Corresponsabilidade da Educação (ICE) Dutra (2014).

O qual se assentava sua proposta de fazer educação numa filosofia pedagógica focada nos princípios do mercado, inicia-se então, a gestão escolar com o formato administrativo em uma visão gerencial, desde a organização da administração da gestão dos Centros Educacionais às matrizes curriculares com conteúdo específico, cuja preocupação era preparar o jovem para inserção no mercado de trabalho.

A orientação da prática de gestão nesses Centros era respaldada na concepção denominada de Teoria Empresarial Sócio Educacional – TESE; que posteriormente transformou-se em TEAR – Teoria Empresarial Aplicada à Educação: Gestão e Resultados, Lima (2011). Segundo a autora, o objetivo “[...] é o de contribuir na construção de uma escola com a capacidade de formar líderes e liderados para assumirem postura empresarial [...]” (LIMA, 2009; p.13). Com uma filosofia voltada para o modelo de gestão empresarial, cujas raízes advêm do modelo privado, motivo, na época, de muitas críticas feitas pelo o Sindicato dos Trabalhadores em Educação.

A implantação dos centros ocorreu no Governo Jarbas, e no ano seguinte, foram escolhidas mais 07 unidades escolares, e em dezembro do ano seguinte, foram inaugurados esses sete centros experimentais sob o (DECRETO nº 30.070/2006), chegando a 20 o número

deles, em atividade no ano de 2007. Como apresenta o quadro abaixo a evolução da implantação dos referidos Centros:

Quadro 2 - Centros Experimentais anos 2006 a 2007

Nº	Gerencia Regional de Educação	Escola	Jornada
1	Agreste Centro Norte	Escola de Referência em Ensino Médio de Belo Jardim	Integral
2	Mata Centro	Escola de Referência em Ensino Médio de Gravatá	Integral
3	Recife Norte	Escola de Referência em Ensino Médio Nóbrega	Integral
4	Recife Sul	Escola de Referência em Ensino Médio Porto Digital	Integral
5	Sertão Central	Escola de Referência em Ensino Médio de Salgueiro	Integral
6	Sertão do Araripe	Escola de Referência em E. Médio. Josias Inojosa de Oliveira	Integral
7	Sertão Médio São Francisco	Escola de Referência em Ensino Médio Profª Edite Matos	Integral

Fonte: Secretaria de Educação de Pernambuco. SEE/SEEP- organizado pela autora.

É importante destacar que a origem dessas escolas, fora a priori, um programa pensado para poucos, foram criados apenas 13 (treze) Centros até 2006, ainda na gestão do Governo Jarbas, que perde a eleição para o ex-governador Eduardo Campos (in Memoriam), e os últimos 07 (sete) Centros autorizados no governo, entra em vigência já na gestão do governador eleito, efetivamente a gestão anterior implantou 13 (treze) Centros que foi de 2003 com GP da aurora a o ano de 2006.

Apesar de apresentar um melhor desempenho em relação às demais escolas da rede, a filosofia introduzida, inicialmente era seletiva, pois para a entrada nos referidos Centros, os jovens eram submetidos à seleção, e os gestores dos centros não eram funcionários da rede pública.

As escolas passavam por uma profunda reforma de infraestrutura, o que nos remete a política dos Cieps, que tinham essa prioridade, e mais precisamente aos Caics, inclusive a denominação “Centro Experimental” utilizada por Pernambuco no início de sua implantação, retoma o conceito de “escolas experimentais”, terminologia usada por Darcy Ribeiro, Gomes (2010). Convém retomar o viés político-ideológico que subjaz à cada política educacional implantada, como discutido anteriormente nesse texto.

2.5 Os dados das EREM apontam uma consolidação da política educacional na última década 2008-2018

Em Pernambuco, a concepção de Centros Experimentais como proposta de uma educação integral, surge em um formato que atendia um “modelo” pedagógico vinculado a um programa do governo anterior, em uma parceria público privada. No ano de 2007, ao assumir o Estado, o governo recém-eleito, assume os 07 (sete) novos Centros, decide promover uma

avaliação da prática dos centros, por meio de um instituto para conhecer o formato de trabalho, e se os referidos centros produziam a aprendizagem que se propagavam.

Então, ciente da proposta impressa com o retorno da pesquisa, o governo resolve transformar os Centros em um Programa de Escolas de Referência em Ensino Médio (EREM), propõe-se rever algumas filosofias, inclusive abolindo a seleção de ingresso dos estudantes, por entender que esta era uma prática de exclusão, resolve ampliar o número de escolas ano a ano, com metas pré-definidas considerando a demanda do estado.

O governador Eduardo Campos, diferentemente do que acontecera nas demais experiências educacionais no país e em outros estados, a exemplo dos Cieps e Caics, ao longo da história de educação integral, analisou a experiência vivida na gestão do governo anterior, redirecionou-a, sob seu viés político, e deu continuidade a proposta educacional, trazendo um novo significado às escolas.

A princípio, começa como programa de educação integral, cujas características de política de governo. E, em 2008, ganha corpo como política de Estado no governo de Eduardo Campos, e cria-se o Programa de Educação Integral, a partir da Lei Complementar nº 125, de 10 de julho de 2008, que deu início à Política Pública de Educação Integral no estado (PERNAMBUCO, 2008).

Posteriormente, com a morte do governador, a continuidade da política se deu pelos governos que os sucederam. Assim, chega ao ano de 2018, uma década depois da lei, com crescimento na ampliação do parque de escolas integrais, sendo esse o Estado da federação que tem a maior rede de escolas em tempo integral com educação integral, são 388 (trezentas e oitenta e oito) EREM.

Posteriormente, ao tomar o formato de Política Pública do Estado, após a revisitação das ações e rotinas pedagógicas, por meio das diretrizes pensadas ao o projeto educacional, cujo o foco naquela ocasião era a construção coletiva, de uma aprendizagem com solidez destinada à maioria da população, e conseqüentemente, aos jovens mais vulneráveis e carentes terem acesso a uma boa escola pública, foi abolida a seleção para o ingresso do educando à essas escolas, a equipe gestora passa a ser composta por profissionais efetivos e professores da rede, e não mais um administrador da iniciativa privada.

Quadro 3 - Implantação da Política de Educação Integral: São mais 31 escolas no Ano de 2008

Nº	Gerencia Regional de Educação	Escola	Jornada
1	Agreste Centro Norte	Escola de Referência em Ensino Médio Arnaldo Assunção	Integral
2	Agreste Centro Norte	Escola de Referência em Ensino Médio Dom Miguel de L. Valverde	Semi-Integral
3	Agreste Meridional	Escola de Referência em Ensino Médio Deolinda Amaral	Integral
4	Agreste Meridional	Escola de Referência em Ensino Médio José do Patrocínio Mota	Integral
5	Litoral Sul	Escola de Referência em Ensino Médio Wilson De Andrade Barreto	Semi-Integral
6	Litoral Sul	Escola de Referência em Ensino Médio Prof. Carlos J. Dias da Silva	Semi-Integral
7	Litoral Sul	Escola de Referência em Ensino Médio Eurico Chaves	Semi-Integral
8	Mata Centro	Escola de Referência em Ensino Médio João Pessoa Souto Maior	Semi-Integral
9	Mata Norte	Escola de Referência em Ensino Médio Joaquim Olavo	Integral
10	Mata Norte	Escola de Referência em Ensino Médio Augusto Gondim	Integral
11	Mata Norte	Escola de Referência em Ensino Médio Dom Vieira	Semi-Integral
12	Mata Sul	Escola de Referência em Ensino Médio Abílio Galvão	Semi-Integral
13	Metropolitano Norte	Escola de Referência em Ensino Médio Renato Fonseca	Integral
14	Metropolitano Sul	Escola de Referência em Ensino Médio Eptácio Pessoa	Semi-Integral
15	Metropolitano Sul	Escola de Referência em Ensino Médio Tito Pereira de Oliveira	Integral
16	Recife Norte	Escola de Referência em Ensino Médio de Beberibe	Integral
17	Recife Norte	Escola de Referência em Ensino Médio Prof. Mardônio de A. Lima Coelho	Semi-Integral
18	Recife Norte	Escola de Referência em Ensino Médio Silva Jardim	Integral
19	Recife Sul	Escola de Referência em Ensino Médio Dom Sebastião Leme	Semi-Integral
20	Recife Sul	Escola de Referência em Ensino Médio Othon Paraíso	Semi-Integral
21	Recife Sul	Escola de Referência em Ensino Médio Senador Paulo Pessoa Guerra	Semi-Integral
22	Sertão Central	Escola de Referência em Ensino Médio Aura Sampaio P. Muniz	Semi-Integral
23	Sertão do Alto Pajeú	Escola de Referência em Ensino Médio Joaquim Mendes da Silva	Integral
24	Sertão do Moxotó Ipanema	Escola de Referência em Ensino Médio Senador Vitorino Freire	Semi-Integral
25	Sertão do Submédio São Francisco	Escola de Referência em Ensino Médio Capitão Nestor V. de Carvalho	Integral
26	Sertão Médio São Francisco	Escola de Referência em Ensino Médio José Caldas Cavalcanti	Semi-Integral
27	Sertão Médio São Francisco	Escola de Referência em Ensino Médio Profª Osa Santana de Carvalho	Semi-Integral
28	Vale do Capibaribe	Escola de Referência em Ensino Médio Austro Costa	Semi-Integral
29	Vale do Capibaribe	Escola de Referência em Ensino Médio Dr. Sebastião V. Galvão	Integral
30	Vale do Capibaribe	Escola de Referência em Ensino Médio Natalícia Mª Figueiroa da Silva	Integral
31	Vale do Capibaribe	Escola de Referência em Ensino Médio Gil Rodrigues	Semi-Integral

Fonte: Secretaria de Educação de Pernambuco. SEE/SEEP- organizado pela autora.

Esse “modelo” implantado como programa, teve a essência pedagógica redirecionada, transformando as práticas e filosofias com o viés de política pública e criando uma Rede de Escolas Integrais do Estado, denominadas em Escolas de Referência em Ensino Médio (EREM). Em 2008, são 51 escolas e Centros passaram a integrar o Programa de Educação Integral, das quais 20 eram os antigos Centros de Ensino Experimental e 31 eram escolas regulares transformadas gradativamente, marcando, nesse ano, o início da Política Pública para o Ensino Médio, totalizando 51 EREM, iniciando, portanto, a política educacional do estado de Pernambuco.

Desse total, 33 eram integrais, ou seja, atendiam aos estudantes durante cinco dias da semana em tempo integral (professores com jornada de 40 horas semanais) e 18 semi-integrais, oferecendo uma jornada integral durante dois dias da semana, professores com jornada de 32 horas semanais (DUTRA, 2018).

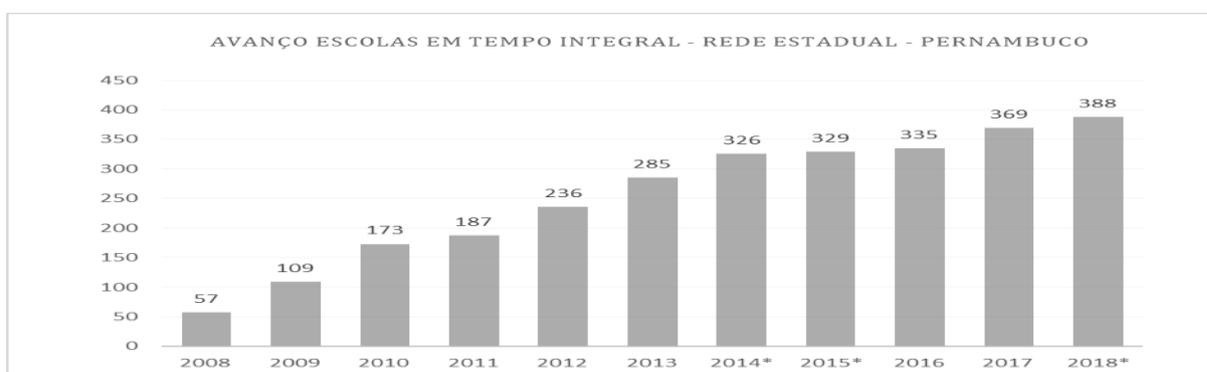
Nos dois tipos de Escolas de Referência em Ensino Médio Integral e Semi-Integral, o ingresso apenas para os estudantes que iniciavam o primeiro ano do Ensino Médio. A

implantação foi gradativa, cabendo, ainda, às escolas darem continuidade aos estudos das séries posteriores, que ofertavam no momento da mudança. A cada ano transformara-se mais escolas regulares em integrais, e no ano de 2015, chega-se ao total de 300 (trezentas) escolas de referências, cumprindo a meta do então governador Eduardo Campos na época, de levar a cada município do estado, pelo menos uma escola de referência.

As informações aqui explicitadas estão em conformidade com a divulgação feita no site da secretaria do Estado, e constam oficialmente nos documentos de monitoramento interno como o SIEPE no qual se arquivam todas as informações da educação, que migram para Censo. Assim como, no resultado das avaliações externas, expostos na página de domínio público da educação do estado.

Portanto, são dados facilmente encontrados no site da secretaria. O gráfico a seguir, apenas consolida a informação da evolução histórica e mostra o crescimento destas escolas enquanto política pública entre os anos de 2008 e 2018 (SEE/SEEP; SIEPE, 2018,). Esses dados representam as Erem e ETE que fazem parte da rede estadual de escolas do integral, visto que as escolas técnicas trabalham também com as premissas e filosofia que permeiam a concepção do ensino integral do estado, além dos seus eixos da base técnica. O Gráfico 2 apresenta os quantitativos de escolas em tempo integral por ano.

Gráfico 2 – Avanço da rede de escola integral em Pernambuco - EREM e ETE



Fonte: Secretaria de Educação de Pernambuco.

Os dados desse gráfico expressam a consistência do crescimento das escolas no estado, enquanto de 2003 a 2006 foram implantados 13 (treze) centros, já em 2008 são transformadas mais do dobro do que existia, com uma nova denominação de Escolas de Referências de Ensino Médio (EREM).

Muitas variáveis podem ser observadas e analisadas nessa política, inclusive a continuidade de ações governamentais de partidos políticos contrários, na época. Uma experiência piloto inicialmente vivenciada em 05 (cinco) Centros, que trouxeram um modelo empresarial de administrar no âmbito da educação pública, conjuntamente novas práticas que

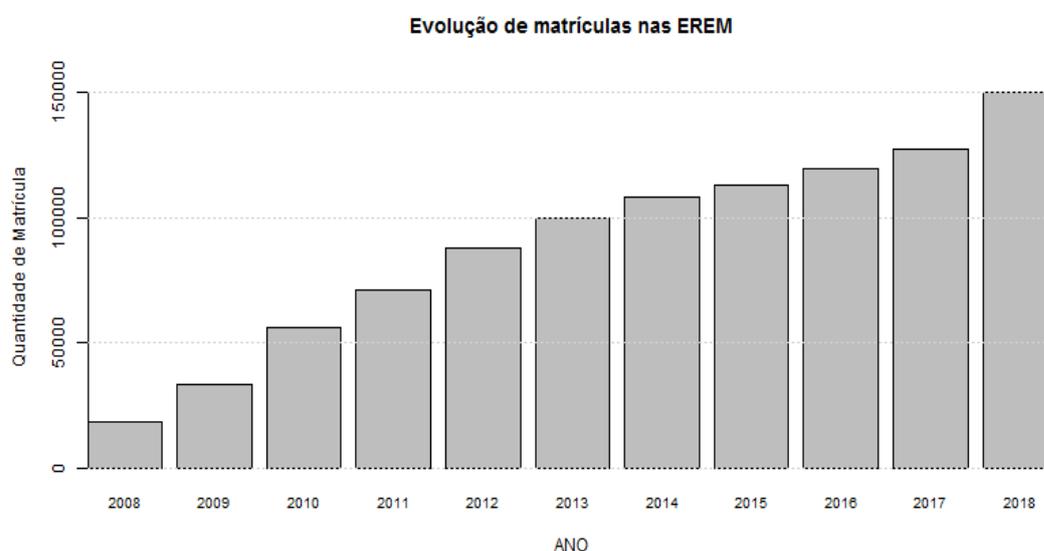
subsidiaram o trabalho pedagógico que propiciou um resultado de aprendizagem, porém pelo seu formato inicial era uma proposta de educação para poucos. E, portanto, a política pública de educação só foi pensada no governo seguinte, com o governador, na época, Eduardo Campos, cuja premissa era mudar a perspectiva dos jovens em todo o Estado, especialmente daqueles que mais necessitam.

Em relação a metodologia um novo redirecionamento à prática pedagógica subsidiada pela concepção de Educação Interdimensional e a Pedagogia da Presença, conceitos e premissas epistemológicas e filosóficas preservados na política, por compreendê-los como importantes para fortalecer a visão pedagógica, os quais concebem o jovem na sua inteireza.

Redefine-se a equipe gestora, e intensifica-se o foco na formação de gestores e equipe, como também na formação pedagógica dos professores que ingressavam nessas escolas. É possível que o avanço explicitado nos dados da educação do Estado não se limite apenas ao modelo gerencial institucionalizado, como será abordado nesse projeto, mas, principalmente, atenham aos princípios e à concepção filosófica e pedagógica impressos às práticas educacionais ao longo da implantação dessa política.

Atualmente, o número de jovens oriundos das escolas de referência que ingressam nas universidades públicas é expressivo, em todos os cursos, especificamente em medicina, engenharia, direito, cursos restritos a uma camada mais favorecida da sociedade. Por esta razão a procura da sociedade às escolas integrais tem aumentado no estado, e Pernambuco tem hoje a maior rede ensino integral do país, argumento que se comprova pelo crescimento de matrículas, apresentado pelo Gráfico 3.

Gráfico 3 – Evolução das matrículas das ERM 2008 - 2018



Fonte: SIEPE/SEEP/ CENSO.

A evolução no número de estudantes nas escolas integrais é visível, corresponde a 57% (cinquenta e sete) dos jovens atendidos no ensino médio, em 54% (cinquenta e quatro) das escolas de referência, segundo os dados do Caed/UFJF de 2017, que tem destacado o Estado com essa política implantada desde o ano de 2008, com um viés diferente do modelo vivenciado até o ano de 2006. Nas informações do gráfico anterior percebe-se que, mesmo mantendo o número de escolas em 2015, quando completa as 300 (trezentas) escolas, há um aumento considerável de estudantes em 2016 com o mesmo número de escolas transformadas em 2015.

A política foi novamente avaliada nesse ano em que completa as trezentas escolas, mais uma vez comprova-se os avanços da política e, no ano de 2017, são transformadas mais 32 escolas regulares em integral pelo Programa do Fomento, um programa implantado pelo Ministério da Educação - MEC, Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, que inicia sua primeira experiência com escolas integrais para os estados da federação, e cujas premissas e filosofia a serem disseminadas estão respaldadas na filosofia educacional da política educacional de Pernambuco.

Esse é também mais um motivo para se debruçar sobre os dados dessa política educacional do Estado, para entender se ela surge como uma possibilidade de uma política pública de difusão para os demais estados da federação, visto ser um estado que está sendo campo de pesquisa por ter o maior parque de escolas integrais no país.

Em Pernambuco, as reformas educacionais aconteceram no âmbito de dois governos ideologicamente opostos, que propuseram intervenções educacionais mediatizadas pelos fundamentos de gestão gerencial, um conceito que foi idealizado por Weber a partir da burocracia da administração, que endossado por Bresser Pereira que implementou mudanças na chamada Reforma de Estado (Brasil/MARE, 1995), no governo de Fernando Henrique nos anos de (1995 – 2002) seguidos.

Segundo Fonseca (2009) no tocante as reformas no governo de FHC: “a primeira delas foi a substituição da administração pública burocrática pela administração gerencial (FONSECA, 2009. P.168).” reforma que teve um desdobramento a alguns estados brasileiros, dentre eles Pernambuco, ainda no governo Jarbas com a implantação dos Centros Educacionais enfatizando o modelo gerencial da gestão e o monitoramento apoiando-se na lógica do privado.

Muitas mudanças paralelamente ocorreram como a institucionalização do Sistema de Avaliação da Educação Básica -SAEB, Fonseca(2009), endossa que os resultados dessa avaliação externa foram tomados como principal referência de qualidade da educação nessa reforma, proposta essa, que não condiz com o conceito de qualidade educacional dos

educadores que defenderam inserir na LDB/1996 a construção coletiva do projeto político-pedagógico que respeita a autonomia, a participação, a cultura e a identidade escolar.

O ideário gerencial foi o mesmo, nos dois governos; Jarbas e Eduardo Campos, mas a condução das reformas foi diferente entre os dois, esse último, amplia a proposta à população em geral, gradativamente cresce esse número de escolas, a promoção e a expansão de escolas integrais, o que também não anula totalmente o viés de mercado. Visto, que inicialmente as escolas implantadas e sua teoria disseminada eram ainda sustentadas nesses princípios, e que provocou uma recusa da sociedade pernambucana, naquele contexto, em deixar seu filho o dia todo na escola sob o argumento de que ‘o jovem tinha que trabalhar’. Essa experiência de educação integral, após dez anos de sua implantação está consolidada no Estado, no formato de política pública.

2.6 Educação Interdimensional: a essência da Educação Integral em Pernambuco

Os fundamentos teóricos e metodológicos da Política Pública da Educação Integral de Pernambuco, desenvolvidos pelas escolas integrais, baseiam-se nos princípios da Educação Interdimensional, concepção educacional defendida pelo professor Antônio Carlos Gomes da Costa, que contempla uma proposta de educação sustentada na vivência de valores, Costa (2007). Com o intuito de disseminar a Proposta Filosófica da Educação Interdimensional, a Secretaria Executiva de Educação Profissional tem proposta de formação continuada que atende aos educadores, nas Escolas Integrais, cujo propósito central é oportunizar uma ampla e aprofundada abordagem das concepções sustentadoras da ação educativa: Que tipo de jovem queremos contribuir para sua formação (ideal antropológico)? Que tipo de sociedade queremos influir com o nosso trabalho (visão cosmológica)? Para que serve o conhecimento na vida das pessoas (visão epistemológica)?

Com essa formação, os educadores são preparados para contribuir pelo desenvolvimento do potencial (promessas) que os educandos (estudantes) trazem consigo, nos níveis pessoal, relacional, produtivo e cognitivo. Além dos ideais antropológico (visão de homem), sociológico (visão de mundo) e epistemológico (visão de conhecimento), a formação aborda também a essência da proposta de três métodos inerentes à formação de adolescentes: I) A Educação para Valores; II) O Protagonismo Juvenil; III) A Cultura da Trabalhabilidade.

As Escolas de Referências do Ensino Médio (EREM) no Estado, têm adotado, desde sua implantação, uma concepção de planejamento e gestão respaldados na Tecnologia Empresarial Odebrecht – TEO, uma orientação oriunda do setor privado como fundamentos

que subsidiaram os instrumentos da gestão. Houve um redirecionamento teórico após 2008, ao se tornar uma política educacional, apoiando-se nos quatro Pilares da Educação e nas aprendizagens fundamentais contidas no Relatório Jacques Delors, que foram conhecimentos aplicados à essa experiência de gestão em educação, como o professor Antônio Carlos define o sistema de gestão; “[...] é um modelo de Educação empresarial baseado numa filosofia de vida” (COSTA apud LIMA, 2011; p. 20).

Ressalto ainda que à concepção de gestão impressa às primeiras escolas de Referências implantadas como piloto, em 2004, envolveu a lógica do setor privado no ambiente público na época fora denominada como PROCENTRO⁴- Programa de Desenvolvimento dos Centros Experimentais - introduzido no Ginásio Pernambucano, o primeiro centro de educação, como uma experiência piloto que, posteriormente, em 2008, como já mencionada, tornou-se uma Política Pública e gradativamente estendeu-se a todas as cidades do Estado.

Vale salientar também, que Pernambuco tem despontado no cenário nacional. E, hoje, em 2018, essa Política de Educação Integral está sendo disseminada pelo Governo Federal, cujo projeto foi normatizado como Escolas do Fomento e passou a ser difundido e ofertado para os demais outros estados da federação, do por meio de Lei de nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017 (MEC-2017), tal legislação institui a política de fomento à implementação de escolas de ensino médio integral no País. É um programa que surge como uma proposta de educação integral para essa etapa de ensino de âmbito nacional, respaldando-se nas diretrizes das escolas integrais de Pernambuco.

Esse, é hoje o estado que tem a maior rede de educação integral, por isso, a importância desse trabalho de pesquisa em se debruçar a estudar a influência, limites e avanços dessa Política para mudança na vida dos jovens pernambucanos como também analisar a possibilidade de vislumbrar como uma política de educação cujo viés da qualidade social seja ofertado para Brasil a qual possa ser entendida também como uma política de difusão por estar hoje estendida aos demais estados da federação

2.7 Critérios de implantação das EREM

⁴ Para entender melhor sobre a metodologia desses PROCENTRO – Programa dos Centros de Ensino experimental, como um programa desenvolvido com a iniciativa privada em parceria com o Instituto de Corresponsabilidade Social – ICE- nda no governo Jarbas Vasconcelos, cuja lógica totalmente voltada para iniciativa privada e tendo como premissa o Desenvolvimento Empresarial. Para entender mais sobre os centros buscar o TEAR – Tecnologia Empresarial Aplicada à educação: gestão e Resultados de Ivaneide Áurea de A. P. Lima. Em 2008, já no governo de Eduardo Campos, esses Centros passam por uma avaliação em 2007 e em 2008, muda a lógica empresarial.

Quanto aos critérios de implantação, cumpre observar que, como a maioria das escolas estaduais funcionava com turmas de Ensino Fundamental e Ensino Médio, fez-se necessário o reordenamento da rede estadual, visando a favorecer a conquista de identidade própria pelas escolas de Ensino Médio, que passaram a atender, preferencialmente, a estudantes dessa etapa de ensino.

A transformação em escola de Referência iniciava com a implantação apenas do primeiro ano do Ensino Médio. Paralelamente, outras escolas foram encarregadas apenas da oferta de Ensino Fundamental. Desse modo, tornou-se possível optar pela escolha de escola regular com oferta de Ensino Médio para transformação em Escola de Referência, desde que existisse, na proximidade, outra escola estadual, para a qual foram remanejados, progressivamente, os estudantes de Ensino Fundamental, Dutra (2014).

No que compete às condições de infraestrutura, foram estabelecidos padrões básicos para a rede física. As escolas são pensadas de acordo com a demanda do município para o estudante do Ensino Médio, e se estabelece as escolas por padrões: 09, 12, 15 ou 18 salas de aula, cinco laboratórios (Física, Química, Biologia, Informática e Línguas), refeitório, biblioteca e quadra coberta.

Um diferencial na característica da equipe gestora é sua composição: um gestor, um educador de apoio, uma secretária e uma coordenadora de biblioteca, acrescido com quatro cargos comissionados (não tem mais) e a coordenação, sendo dois coordenadores de laboratórios (um de Ciências e um de Informática), um coordenador administrativo e um coordenador sócio educacional (Pernambuco, 2008).

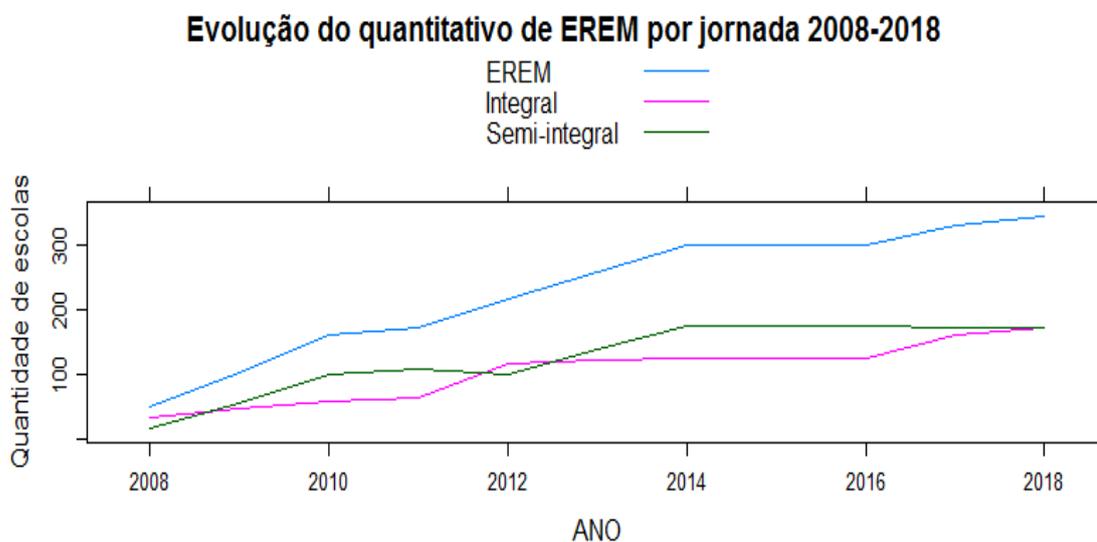
Dentre as atribuições do gestor escolar, é possível destacar o estímulo à participação coletiva na elaboração do Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola, e o acompanhamento do seu desenvolvimento; a consolidação do modelo de gestão por resultados, com o aprimoramento dos instrumentos gerenciais de planejamento, acompanhamento e avaliação,

O estímulo à participação de todos os educadores que compõem a escola no desenvolvimento na filosofia da Educação Interdimensional; o cumprimento da jornada de 40 horas semanais, com dedicação exclusiva; a disseminação das experiências exitosas para as demais escolas da rede estadual de ensino; o planejamento e a execução de programas de formação continuada de professores e demais profissionais vinculados ao Programa; a implantação do projeto de Protagonismo Juvenil e o comprometimento com a Educação de Jovens e Adultos no âmbito das escolas, divulgando junto à comunidade e nova proposta, inclusive com visitas às escolas que só ofertam o Ensino Fundamental.

Quanto à carga horária de trabalho, ao salário e ao processo de ingresso do professor no quadro da escola de Ensino Médio Integral, ficou estabelecida para professores das escolas integrais uma carga horária de 40 horas semanais, com direito à gratificação de 199% do valor do salário base, e de 32 horas semanais nas semi-integrais, com gratificação de 159% do salário base, de acordo com a Lei nº 125, de 10 de Julho de 2008 (PERNAMBUCO, 2008) e com legislações posteriores. Essa configuração visa estimular a dedicação exclusiva dos funcionários a essa etapa de ensino. Para ingressar nessas escolas professores do quadro de magistério do estado submetem-se a uma seleção interna simplificada (análise de currículo e entrevista).

O seu desempenho é avaliado semestralmente, passa por uma formação em serviço sobre a concepção pedagógica a ser aplicada, caso não corresponda metodologicamente podendo ser o professor desligado do Ensino Médio Integral, retornando à rede de ensino regular, caso a sua avaliação seja insatisfatória. A expansão da Política Pública para o Ensino Médio de Educação Integral no estado de Pernambuco ao longo de dez anos de experimentação e implementação pode ser observada no Gráfico 04:

Gráfico 4- Evolução do quantitativo de EREM por jornada 2008-2018



Fonte: SEE/SEEP

Quanto à jornada escolar, as 51 escolas de referência passaram a ter dois tipos de duração: jornada escolar integral, que funciona em dois turnos, com 9 horas aulas diárias, totalizando 45 horas/aula semanais, existentes nas Escolas de Referência em Ensino Médio Integral, e de jornada semi-integral, que funcionava semanalmente com cinco turnos e dois

contra turnos, com cinco horas/aula diárias, em cada turno, totalizando 35 horas/aula semanais, nas Escolas de Referência em Ensino Médio Semi-Integrais.

A carga horária curricular anual foi estruturada para atender aos estudantes destes diferentes perfis, considerando a duração da jornada escolar e as características dos alunos que procuram o Ensino Médio. Sobre a questão, seguem uns dados (CENPEC (2017) sobre o entendimento dessa política e se posiciona

“... os gestores antes contratados pelo ICE, passam a ocupar cargo de servidores na rede estadual de ensino. houve também ampliação da oferta da educação integral; gratificações específicas para diretores e educadores das escolas integrais de 2.032,00R\$ (integral de 40 horas)1 1.623,00 R\$ (mil e seiscentos e vinte e três) semi-integral 32 (trinta e duas) horas semanais. Essa é a carga horária para os professores que trabalham nas escolas integrais que precisam ficar na escola o dia inteiro os cinco dias da semana ou os três dias como é na semi-integral. Dois dias o dia inteiro com os alunos e uma tarde ou uma manhã para estudo”, (CENPEC, 2017; p. 2017).

Em 2008 todas as funções passam das escolas integrais passam ser ocupadas por funcionários da rede estadual.

2.8 A Sustentação metodológica: premissas e princípios no diálogo pedagógico das EREM

A nova matriz curricular, implantada de acordo com a instrução normativa nº, 28 de fevereiro de 2012 (SEE-PERNAMBUCO, 2012), estabeleceu uma ampliação da carga horária mínima obrigatória nessa etapa de ensino de 2.400 horas para 4.500 para as escolas de jornada integral e 4.000 horas para as escolas de jornada semi-integral, e também uma parte diversificada que traz um acréscimo de componentes curriculares como proposta do diferencial pedagógico nessas escolas. Hoje são 5.400 para as escolas integrais, e 4.200 horas para as semi-integrais, incluindo a parte diversificada com o acréscimo de componentes curriculares, mantém atualmente essa configuração.

Trouxe para o debate da educação um dos aspectos amplamente discutidos, que é a função social da escola em plena sociedade do conhecimento, do desenvolvimento científico-tecnológico e de todo o processo de globalização, as novas concepções teóricas com seu valores embutidos para o seio da discussão nas escolas, dentre esse arcabouço, as Sete Competências que a escola deve desenvolver para atender as demandas da sociedade moderna. Os Códigos da Modernidade Toro (2015), é uma das concepções que subsidiam a filosofia pedagógica das escolas de referência do estado como um fundamental conceito para formação do jovem nesse contexto.

Por essa razão, as escolas integrais são o alvo dessa pesquisa, para buscar entender o crescimento da nota do IDEPE, e se elas têm contribuído para uma efetiva mudança social na vida desses jovens, bem como se os que estão concluindo o Ensino Médio têm mais acesso à universidade e se estão ingressando no mundo do trabalho com as habilidades e competências da modernidade construídas, que surgiram dos conhecidos códigos da modernidade onde o filósofo José Bernardo Toro (2015) expõe sobre as capacidades e competências mínimas para participação produtiva no Século XXI.

Enfim, o ensino básico não tem contribuído para uma melhor formação do jovem para atuar nesse contexto social (Toro, 2015). Também com esse viés, a filosofia adotada nessas instituições propõe uma concepção de educação interdimensional, subsidiada pelos fundamentos das quatro dimensões: racionalidade, afetividade, corporeidade e espiritualidade, respalda-se no desenvolvimento do protagonismo juvenil, as competências socioemocionais ganham espaço fundamental no currículo das EREM.

Outro viés é o respaldo nos conceitos que permeiam os Quatro Pilares da Educação⁵, Brasília (2010) princípios defendidos pela Unesco que vê na educação um trunfo indispensável, temática que será retomada adiante sobre a ótica da teoria do capital humano.

Outra questão é prática forte dessas escolas, é o entendimento da filosofia apreendida pela liderança da instituição, no caso, é a figura do gestor, pois para os implementadores da política, ele é fundamental para a disseminação dessa proposta pedagógica, e tem como o gestor-educador, portanto, a apropriação do educador é fundamental, segundo o Costa (2007):

[...] a adesão do educador à perspectiva metodológica do protagonismo juvenil deve traduzir-se num compromisso de natureza ética de respeito às possibilidades e limitações próprias da condição peculiar de desenvolvimento dos seus educandos, que, no caso, é a adolescência. [...] Além do compromisso ético, [...] um vínculo claro da ação educativa com a democracia, a solidariedade e a participação. É anti-educativo mobilizar os jovens por causas que não sejam inequivocamente democráticas. O fim político do protagonismo juvenil é justamente elevar os níveis de participação democráticas da população (COSTA, 2007).

⁵ Os Quatro Pilares da Educação estão sugeridos como princípio para educação do século XXI no quarto capítulo do relatório da Unesco, o qual é tomado como uma das premissas da educação integral de Pernambuco. Jacques Delors traz uma reflexão cujo o título inicial do relatório é educação ou a utopia necessária que perante os múltiplos desafios suscitados pelo futuro, a educação surge como um trunfo indispensável para que a humanidade tenha a possibilidade de progredir na consolidação dos ideais da paz, da liberdade e da justiça social. No desfecho de seus trabalhos, a Comissão faz questão de afirmar sua fé no papel essencial da educação para o desenvolvimento contínuo das pessoas e das sociedades: não como um remédio milagroso, menos ainda como um “abre te sésamo” de um mundo que tivesse realizado todos os seus ideais, mas como uma via – certamente, entre outros caminhos, embora mais eficaz – a serviço de um desenvolvimento humano mais harmonioso e autêntico, de modo a contribuir para a diminuição da pobreza, da exclusão social, das incompreensões, das opressões, das guerras... Por meio de análises, reflexões e propostas, a Comissão deseja compartilhar esta convicção com o maior número de pessoas, em um contexto em que as políticas educacionais enfrentam acaloradas críticas ou, então, são descartadas, por razões econômicas e financeiras, para o último lugar das prioridades, é importante buscar a leitura do relatório como também da publicação do livro feito pela organização da Unesco no Brasil em 2010.

As concepções e ideias filosóficas acima, citadas propõem que gestor tenha, e ou, desenvolvam características de líder, para que possa fortalecer as premissas e princípios da educação integral que permeiam a proposta da política pública ora vigente em Pernambuco. A proposta é que haja a articulação do conteúdo propedêutico com a reflexão de valores sociais e humanos de forma interdisciplinar que promovam a valorização e autonomia dos educandos.

Também formação veiculada articule-se a princípios e valores que reflitam sobre ética, solidariedade, liberdade, respeito mútuo, priorizando a apreensão dos conteúdos curriculares articulados à vivência de princípios democráticos por meio da vivência de projetos integradores, elaborados com diversos atores da comunidade escolar com foco na formação integral do jovem como ser humano e cidadão (Costa, 2007).

Outro conceito a ressaltar é a metodologia dessas escolas, que se empenha no sentido de fazer do protagonismo juvenil um traço importante de sua estratégia educativa. Propõe-se a formar o jovem autônomo, solidário e produtivo.

A proposta pedagógica adotada visa atribuir sentido ao desafio da educação integral e à relação atual entre os diversos espaços educativos por onde os adolescentes circulam: escola, família, comunidade, além da sala de aula. É uma concepção de educação que propõe ações educativas sistemáticas com foco na integralidade do ser e nos Pilares da Educação: aprender a aprender, aprender a ser, aprender a conviver, aprender a fazer.

Com essa visão, a educação tem como proposta dar um salto qualitativo para a Educação Integral de adolescentes para além do tempo estendido, visto que as concepções suscitadas pretendem prover uma apreensão significativa dos conteúdos sistematizados pela escola, e consequentemente promover a aprendizagem pelos estudantes e, para então propiciar a progressão no desempenho dos jovens oriundos das escolas integrais. E, consequentemente, cumpra-se na prática o crescimento das EREM, enquanto política instituída na última década. O que está explícito por meio dos dados a cada aferição de avaliação institucional sobre os números que apresenta a educação de Pernambuco.

Outra característica dessa política, é o viés da formação técnica, defende que o jovem também precisa dialogar com o mundo de trabalho, com a base específica dos cursos, além das disciplinas de Direitos Humanos e Empreendedorismo, e Projeto de Vida, que estão na matriz curricular⁶ dessa etapa de ensino. Além das ETE que ofertam curso técnicos, 60 (sessenta)

⁶ Ver matriz curricular para o Ensino médio do Estado de Pernambuco e suas orientações acerca das disciplinas, no portal avançamaipse.see.gov.br secretaria de educação de Pernambuco.

EREM, são também polos que ofertam cursos técnicos na modalidade Ead, a partir do segundo ano, a todos os educandos matriculados (SEE, 2018).

Há uma inquietação para elucidar, à luz das teorias, os crescentes resultados que apresentam essas escolas que fazem parte da recém-política implantada no Estado de Pernambuco desde 2008. Como afirma Dutra: [...] tem-se aí uma educação voltada não apenas para a construção dos conhecimentos cognitivos, mas pautada por uma filosofia na qual o homem é sujeito da sua história e torna-se capaz de intervir na realidade e no seu contexto social, a fim de transformá-los (2014, p.25). Esse é um recorte feito em relação ao resultado das escolas do ensino médio integral do Estado para justificar o delineamento da pesquisa aqui proposta. Os gráficos apresentados anteriormente justificam essa inquietação.

É possível que nesse grupo de escolas haja algo de inovador a ser estudado, entendido e disseminado, por isso se faz necessário aprofundar o estudo referente ao que a escola do ensino médio em geral apresenta, razão pela qual propomos esta pesquisa, mas supõe-se que há algo de diferente nas EREM, e buscar entender o que elas propõem para obter um resultado satisfatório que desponta entre os demais estados da federação.

Muitas variáveis podem ser observadas: metodologia, matriz curricular, currículo, monitoramento, gestão, tempo entre outras, visto que a avaliação faz parte desse contexto e é um desafio constante da escola exercitá-la como uma proposta de acolher o estudante. Toda essa filosofia foi uma aposta nessa política como diferencial, e são questões que poderão ser respondidas ao longo do trabalho, e/ou descobertas novas indagações a serem respondidas no processo ou em uma próxima dessa pesquisa.

3 A REFORMA DO “NOVO” ENSINO MÉDIO: VIÉSES POLÍTICOS E OS INTERESSES QUE SUBJAZEM A REFORMA

Para entender os interesses da recente reforma do ensino médio, é importante contextualizar essa etapa de ensino no âmbito do contexto educacional. Nas últimas décadas, o país vem avançando na educação básica, principalmente na questão da universalização do acesso. Segundo relatório do Todos Pela Educação⁷ (2013), o Brasil registrou que 93,6% da população de 04 a 17 anos está matriculada na educação básica. E a população de 06 a 14 anos é que tem o maior percentual, 98,8%, frequentando a escola em 2013. A questão do acesso tem avançado na última década, o desafio continua na permanência e conclusão desses jovens. Esse dado hoje gira em torno a 96.4%, segundo o mesmo relatório ainda tem um 1,5 milhão de jovens nessa faixa etária estão fora da escola.

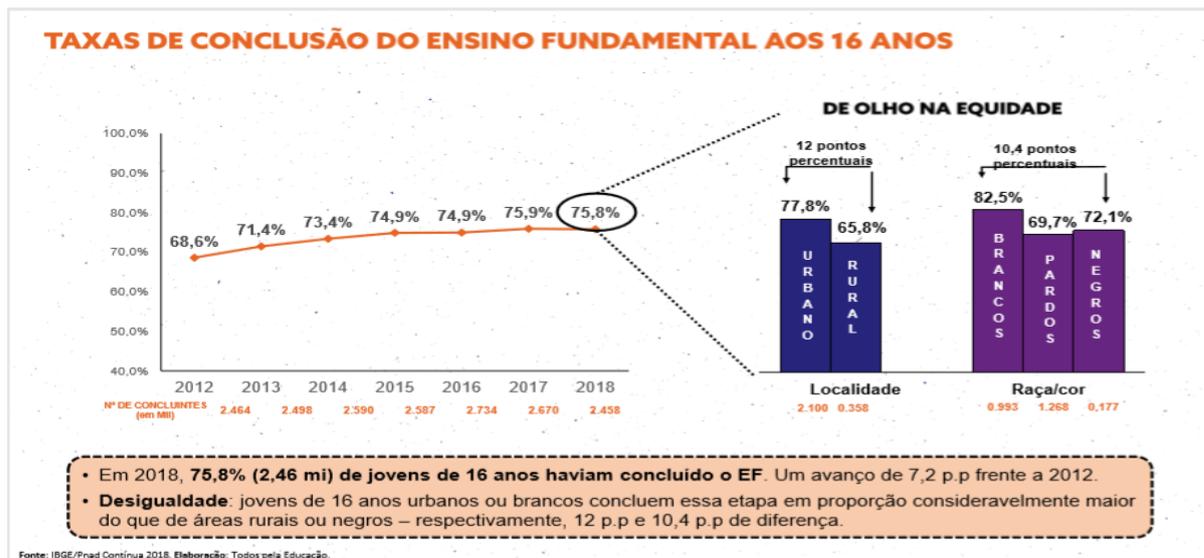
Recentemente, publicado um novo relatório sobre o cenário da educação brasileira, respaldados nas sinopses do INEP- Pesquisa nacional de amostra por domicílio continuada (PnadC) – e nos apresentam informações por meio de dados da pesquisa de 2018 analisada comparada aos dados de 2012, referentes ao atendimento escolar dos 4 aos 16, e dos jovens de 17 a 19 anos, sobre o índice de conclusão dos jovens nessas etapas de ensino, fundamental e médio, respetivamente, nos estados da federação, Todos Pela Educação(2018). Observa-se um crescimento de alguns pontos percentuais (p.p.) em relação ao ano de 2012. No relatório também apresentam questões importantes relacionadas à educação. Nota-se um crescimento de 75,8% em 2018 dos 2,46 (milhões e quarenta e seis mil) no universo de jovens de 16 (dezesseis) anos haviam concluído o ensino fundamental.

Quando observados os dados em relação a localização, percebe-se há ainda existe um distanciamento entre a zona urbana e zona rural; são 77.8% os que concluem e moram na zona urbana em detrimento do percentual dos que concluem e se localizam na zona rural, esse

⁷ O Todos Pela Educação é um movimento da sociedade civil, fundado em 2006, com a missão de engajar o poder público e a sociedade brasileira no compromisso pela efetivação do direito das crianças e jovens a uma Educação Básica de qualidade **De Olho nas Metas** – relatório bienal que mensura e analisa o esforço do Brasil, dos estados e dos municípios para as que 5 Metas sejam cumpridas. **Pesquisas** – identificação e promoção dos estudos necessários para o aperfeiçoamento dos diagnósticos e das políticas públicas. O Todos Pela Educação é uma instituição que atua como produtora de conhecimento, fomentadora e mobilizadora. Com o objetivo de contribuir de forma decisiva para que a oferta de Educação de qualidade passe do patamar de importante para urgente no País, a atuação está estruturada em três áreas que funcionam de maneira interligada e complementar, baseada nas 5 Metas, 5 Bandeiras e 5 Atitudes: é um site que analisa a educação do País sob olhar e objetivo da instituição privada, caso queira conhecer as referidas Metas, Bandeiras e Atitudes consultar o sitio: [Nhttps://www.todospelaeducacao.org.br/quem-somos/como-atua/?tid_lang=1](https://www.todospelaeducacao.org.br/quem-somos/como-atua/?tid_lang=1)

percentual foi de 65,8% p.p. O que corresponde um avanço de 7,2 pontos percentuais (p.p) em 2018, em relação a essa aferição no ano de 2012. Houve um crescimento, mas esse dado diz muito da discriminação existente entre os estudantes, dependendo de sua origem socioeconômica, de cor ou raça. O desafio da agenda educação pública desse século. Observe-se na Figura 1 os dados a seguir de indicadores importantes da educação:

Figura 1: Taxas de conclusão do Ensino Fundamental



Fonte: Inep/ Todos Pela educação-2018

Ainda em relação à desigualdade de raça e cor o percentual foi o seguinte; 82,5% dos que concluem são brancos; 69,7% são pardos, e 72,1% são negros entre esses jovens. E apresenta ainda uma diferença expressiva de 12% e 10,4% p.p. Esses dados endossam a exclusão que inerente à sociedade e se reproduz também o cenário da educação. Problemática que tem sido amplamente discutida entre os estudiosos da educação e que tem enfrentada no âmbito da escola.

Percebe-se um crescimento especialmente em 2018, permite-nos uma inferência que nos últimos anos tem se apresentado algumas políticas voltadas para educação como O Mais Educação (MEC) para o EF e Proemi para o EM, como tentativa de inovação das práticas nessas etapas de ensino. Visto que uns dos motivos, além da questão socioeconômica, é também a falta de atratividade da escola. Mesmo com esse crescimento em 2018, o desafio ainda é grande.

Mas os desafios continuam na sociedade; a qualidade da educação básica pública do 1º ao 9º ano e do Ensino Médio ainda é crítica. Os alunos continuam ingressando no ensino médio com o nível de aprendizagem aquém do desejado, apesar de o estado ter um dos melhores desempenhos da avaliação externa nessa etapa de ensino a proficiência ainda é um dos desafios, precisa melhorar. Todo texto da dissertação traz dados de diferentes órgãos de pesquisa acerca

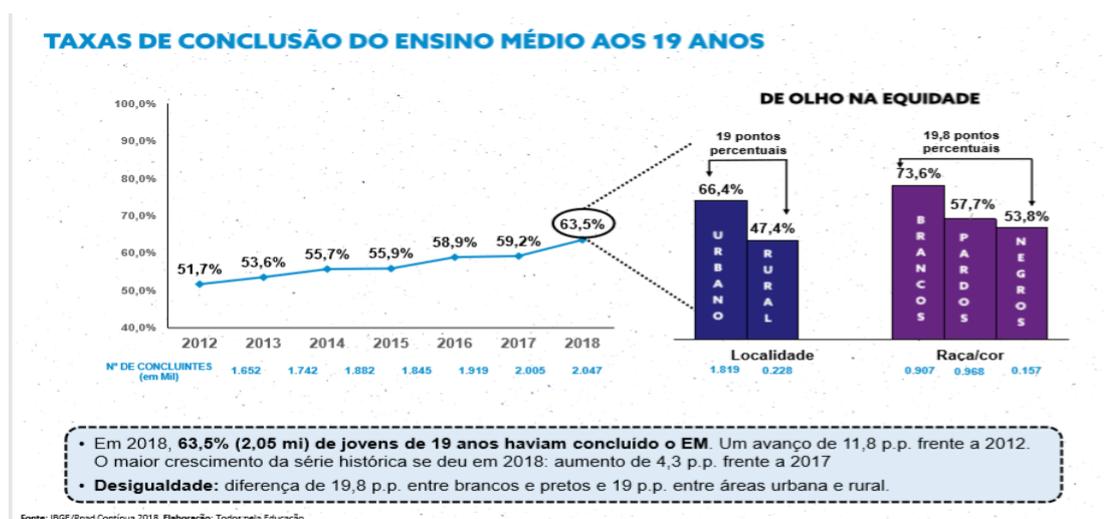
da temática, nesse especificamente apresenta-se os dados de uma ONG que é entusiasta do ideário da reforma orquestrada impositivamente pelo governo Temer por meio da Medida Provisória (MP) nº 746/2016, aprovada e transformada na Lei nº 13.415 de fevereiro de 2017.

É certo, que os índices educacionais acima citados trazem um pouco da fragilidade do ensino no País e suas mazelas enraizadas historicamente; a desigualdade e a sua face educacional, são fatos infelizmente tolerado, porque não inferir, fabricado no Brasil, considerando toda história e reformas da educação que será tratada adiante.

Inclusive a discussão sobre a reforma do ensino e o retrocesso que ela propicia ao ensino público, segundo argumentam alguns teóricos e estudiosos da educação, porque segundo eles, nos remete a uma época em que o ensino público estritamente voltado às classes dominantes, denominada de escola dual (SAVIANI) um escola pro rico, a universidade, e uma outra para o pobre, os cursos técnicos institucionalizados pela LDB de nº 9694/96.

Ensino Médio carrega as carências, lacunas e ineficiências das etapas anteriores, na alfabetização fragilizada, no acesso à escola, no aprendizado durante o ensino fundamental, e isso apresenta impactos preocupantes nas estatísticas educacionais. Segundo relatório “De olho nas metas” (2013), do Programa Todos Pela Educação, apenas metade dos jovens de 19 anos têm o Ensino Médio concluído. Sobre essa questão, é importante retomar a leitura da sinopse do Inep sobre os dados do EM, no que se refere a conclusão dos jovens nessa etapa de ensino, uma aferição comparativa com os resultados da Pesquisa nacional de amostra por domicílio continuada (PnadC) realizada em 2012 com a de 2018 (Figura 2).

Figura 2: Taxas de conclusão do EM



Fonte: Inep/ Todos Pela educação-2018

Essa sinopse também avaliou as taxas de conclusão do EM e a equidade nessa faixa etária de 17 a 19 anos entre jovens da área rural e urbana que concluem essa etapa de ensino.

Em 2018, um percentual de 63,5% que corresponde a 2,05 milhões de jovens de 19 anos, que haviam concluído o EM nesse período. Um avanço de 11,8 % frente a 2012, um crescimento expressivo para essa etapa de ensino.

Quando o recorte é feito sobre a localidade, onde moram esses jovens, os dados acentuam a diferença, pois 66.4% dos que concluíram EM moram na zona urbana e 47,4% são da rural, uma distância acentuada entre eles de 19% pontos percentuais. Os dados também se reproduzem, quando a análise ocorre pelo viés da cor e raça; 73,6% dos que concluem são brancos, 57,7% são pardos e 53,8% são negros, 19,8 p.p é a desigualdade entre brancos e negros. Embora tenha havido um crescimento maior em 2018, a desigualdade é muito grande na sociedade, e a educação é um reflexo disso reproduz essa desigualdade, essa discussão será aprofundada adiante sob a reflexão do capital humano, Frigotto (2001).

Diante do exposto, entende-se que há necessidade de uma reforma para o ensino médio, e a discussão acerca da temática já existia no âmbito das organizações, no entanto, desconsiderando toda uma construção coletiva, e abruptamente o governo(também impositivo) lança pacotes por medidas provisórias que intencionalmente atingem a educação, saúde e a seguridade social, como é o caso da PEC nº 55. Como defende Gonçalves (2017, p.134) “Em 2016, o Brasil sofre um Golpe civil, jurídico e midiático, no qual a presidenta Dilma Rousseff é afastada ...Uma série de ações do governo começam a ser operacionalizadas e verifica-se um grande retrocesso no campo das políticas sociais e educacionais”. Os teóricos educacionais críticos da reforma veem como um retrocesso as atuais medidas visto que limita as possibilidades de acesso e abrangência às camadas populares a escola com a devida qualidade social.

Portanto, é considerando esse viés ideológico que serão avaliados os dados que servem de base à reflexão de acordo dos diferentes olhares. É também oportuno destacar que a proficiência dos estudantes nos primeiros anos da Educação Básica é maior em relação aos anos finais, criando assim um funil de aproveitamento dos estudantes no Ensino Médio no Brasil, embora se propague a prioridade da educação no Brasil, é uma proclamação pouco realista na prática.

O recorte no Ensino Médio na análise dos resultados de avaliações de desempenho dos estudantes tanto interna como externamente, detectam-se as grandes fragilidades na formação dos estudantes, e como têm se lançado no mundo do trabalho os jovens despreparados. Esses são argumentos não apenas dos apoiadores da reforma, entende-se a necessidade de rever o currículo do EM, mas não sob a lógica perversa que está subjacente a referida medida provisória

transformada em lei que atende apenas as intenções da iniciativa privada, pode servir de acentuar a desigualdade meticulosamente analisada anteriormente.

As problematizações acerca da reforma do ensino médio desenvolvidas nesse texto resultam de uma inquietação e análises de pesquisas de estudiosos realizadas nos últimos anos acerca das políticas educacionais, bem como de debates de atividades acadêmico-científicas sobre as políticas públicas para Educação Básica (EB), em especial os que tratam do Ensino Médio (EM). convém destacar que o EM passou a compor a EB com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação de nº 9394 em 1996 que só anos depois começa se efetivar na prática, como expõe Krawczyk (2011) algumas das limitações do EM:

[...] a premissa da obrigatoriedade só ocorreu por meio da Emenda Constitucional Emenda Constitucional n. 59/2009, que amplia a obrigatoriedade escolar para a faixa dos 6 aos 17 anos de idade, acompanhando uma tendência regional e respondendo a pressões como as do Fundo das Nações Unidas para a Infância – Unicef. No debate, ainda incipiente, se reconhece a importância de responder a essa dívida social para com a população, mas se alerta para a necessidade de ampliação dos recursos disponíveis a fim de criar condições de atendimento a toda a população de 15 a 17 anos. As políticas de expansão do ensino médio respondem não somente às aspirações das camadas populares por mais escolarização, mas também à necessidade de tornar o país mais competitivo no cenário econômico internacional (KRAWCZYK;755).

A autora enfatiza que é recente a inclusão dessa etapa de ensino como educação básica, não foi ainda o suficiente para redirecionar as lacunas de aprendizagens que advêm das demais etapas. Desde então, muito se discute sobre sua falta de identidade, tendo em vista que, como última etapa da EB, muitas vezes foi compreendido como trampolim para o acesso à universidade ou como responsável por oportunizar uma formação profissional, outra questão levantada que requer contextualização com as demais leis d reformas do ensino profissional bem como as intenções políticas que subjazem.

A formação profissional no âmbito do EM é um ponto de grande tensionamento no debate educacional, pois a visão preparatória para o mercado do trabalho, “os sujeitos da reforma”⁸ parece não entenderem que as dificuldades nessa etapa de ensino, é também

⁸ O termo “sujeitos da reforma” e utilizado por Motta e Frigotto no texto; POR QUE A URGÊNCIA DA REFORMA DO ENSINO MÉDIO? MEDIDA PROVISÓRIA Nº 746/2016 (LEI Nº 13.415/2017) O artigo analisa o porquê da urgência da reforma do Ensino Médio proposta pela Medida Provisória nº 746/2016, transformada na Lei nº 13.415/2017, tendo em vista os “sujeitos dessa reforma” e o contexto de regressão da regressão teórica e política. Trata-se de uma pesquisa documental que adota a chave analítica da teoria social crítica, em especial de Gramsci e de Fernandes, inserida nos debates sobre trabalho-educação. Indicamos elementos para constatar que essa “reforma” expressa a contradição ético-política do pensamento e da moral capitalista do tipo dependente. Em seguida, buscamos evidenciar a estreita relação entre a Proposta de Emenda Constitucional nº 55, o Projeto de Lei nº 867/2015 e a Medida Provisória nº 746/2016 como um tríplex retrocesso na educação básica. Constatamos que tal “urgência” tem como pano de fundo a administração da “questão social”, negando os fundamentos das ciências que permitem aos jovens entender e dominar o funcionamento do mundo das coisas e da sociedade humana.

consequências das medidas tardias nessa para o EM, em compor a Educação Básica, é muito recente enquanto política educacional, apenas 20 (vinte) anos de vivência, e apenas alguns estados começam a despontar com experiências e práticas que apontam indícios de inovação, pois apresentam resultados sustentáveis de aprendizagens, dentre os quais destaco Pernambuco que tem crescido com consistência nas últimas aferições do IDEB.

3.1 O Ponto e o Contraponto da Reforma: um diálogo necessário sobre o EM como educação básica

Nos últimos dez anos o Brasil começa entender sobre educação integral por meio do ensino médio inovador e sobre o ensino Médio Integrado como experiência nas escolas técnicas estaduais com o ensino profissional. Os estados brasileiros como Pernambuco e Ceará têm experiências exitosas nessas etapas de ensino e promovem uma ruptura de paradigmas educacionais, e defendem como política pública de educação para os filhos dos trabalhadores e trabalhadoras desse país estão chegando à escola. E não deixam de atender ao mercado de trabalho, porque os jovens estão saindo melhores formados pelas escolas de referências (no caso de Pernambuco), mas estão saindo as pesquisas comprovam por meio dos dados de Pernambuco como objeto de estudo dessa pesquisa.

O documento Exposição de Motivos n. 00084/1026/MEC assinado pelo então ministro de Educação Mendonça Filho, apresenta mais de vinte argumentos para justificar a reforma. A maioria delas muito focada nos resultados da avaliação externa, PISA, evasão, muitos dos dados acima analisados, e principalmente voltada para o mercado de trabalho.

A primeira Exposição de Motivos é sobre o ingresso do EM na composição da EB, parece que os “sujeitos da reforma²” não querem contextualizar os entraves e entenderem que o (EM) está no processo de universalização, também desconsideram as diversas e históricas fragilidades na educação pública, talvez não seja o propósito desse grupo! Concordo com Frigotto (2017) ao afirmar: “destacamos que se trata de uma reforma contra os filhos da classe trabalhadora, negando-lhes o conhecimento necessário ao trabalho complexo e à autonomia de pensamento para lutar por seus direitos” (FRIGOTTO, p.357;2017).

Segundo o autor, a reforma em tela não atende aos preceitos de jovens da escola pública, porque traz a lógica do mercado. A reforma do Ensino Médio é urgente para os dirigentes atuais do MEC, porque segundo eles, é necessário destravar as barreiras que impedem o crescimento econômico. Com o advento da teoria do capital humano que potencializa a produtividade, que é o ideal do capital. Portanto, a educação é o alvo, principalmente a educação profissional,

segundo esses teóricos, é um fator importante para a retomada do crescimento econômico, sendo assim a reforma se explica sob essa ótica. Porque a história parece se repetir, são os filhos da classe trabalhadora que serão tecnicamente preparados para esses postos de trabalho.

Outro dado externo, também considerado nessa análise é o PISA, o resultado de 2015 está longe de ser um presente para o nosso país, 59º lugar em leitura, 63º em ciência e 66º em matemática, apresentando uma leve queda na performance. Sobre o assunto, a revista semanal Carta Capital (2016) traz um texto do especialista em avaliação Ocimar Munhoz Alavarse, professor da Faculdade de Educação da USP, diz que os resultados são compatíveis com as edições anteriores e condizentes com a realidade educacional brasileira. “O Pisa não avalia tudo que a escola faz, mas mede aspectos importantes”.

A verdade é que o exame sempre mostrou resultados baixos e preocupantes. Mas, ao se você analisar a curva de tendência, a projeção é que o Brasil passe, inclusive, a média da OCDE. O problema é que isso vai levar muito tempo”. Segundo o professor, para passar a média de leitura, por exemplo, o País levará 58 anos (Carta Educação, 2016). Há uma coerência teórica entre os autores aqui citados sobre a concepção refletida da reforma do ensino médio e os interesses da burguesia brasileira que se preparou para esse momento como argumenta Frigotto (2017):

Ao longo das últimas décadas organizou-se organicamente como classe na defesa dos interesses maiores e estruturou-se em todas as esferas do Estado— Parlamento, Ministério Público, parte ativa do poder judiciário em seu órgão máximo e na burocracia do Estado. No âmbito da sociedade civil, as frações burguesas dominantes ampliaram suas organizações privadas — aparelhos de luta hegemônica da classe dominante — e intensificaram as disputas do projeto de sociedade e educação, aparelhos esses que, no núcleo duro, se expressam nos 14 grupos econômicos fundadores — denominados mantenedores — do movimento “Todos pela Educação” e das 18 organizações que aparecem como parceiras. Colocamos “Todos pela Educação” entre aspas, pois a sutil mudança do ideário da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), “Educação para Todos”, pode ser interpretada como “todos pela educação”, que convém ao e ao capital (FRIGOTTO, P.366).

É importante provocar essa discussão para entender as vieses políticos ideológicos que subjazem as políticas públicas e reformas propostas e atentar para os prejuízos causados pelas reformas que em sua maioria visa atender aos interesses que convém ao capital, por meio de grupos hegemônicos da classe dominante de organizações civis que chegam como “parceiros” nas instituições públicas, a exemplo do Todos pela Educação citado por Frigotto (2017), entre outras OCIP, ONGs e institutos intensificam as disputas do projeto de sociedade e educação impondo suas intenções ideológicas e interesses a serviço do capital e de um grupo específico.

Portanto, de forma sutil e inteligente interferem nas mudanças provocadas pelas reformas nos diferentes setores da organização pública inclusive nas medidas do Plano Nacional de Educação (PNE), porque as metas do plano estão vinculadas aos recursos financeiros, a principal a meta financeira é a 20, que determinava atingir 7% do PIB para investir na educação nos primeiros cinco anos, chegando a 10% ao final do período de dez anos. Essas decisões não desprovidas das intervenções do poder grupo representantes da elite. Esse embate político ideológico é uma constante em todas as reformas, e escola não está a parte nem fora desse contexto. Resta saber se todos que a compõem tem esse entendimento de seu papel político na essência da palavra.

Como o plano foi aprovado em 2014, então a meta de 10% do PIB, deveria ser atingida até 2024. Com a aprovação da emenda constitucional por 20 anos, impedindo investimentos públicos, e iniciando-se a partir de 2017, segundo autores citados, isto conduz essa limitação até 2037. Como o plano vence em 2024, as metas ficaram inviabilizadas.

Outro ponto de convergência entre os críticos da MP transformada em lei, é que ela implica um retrocesso para a década de 1940, a Reforma Capanema onde ensino secundário industrial, comercial e agrícola e não tinham equivalência, que delimitava formação profissional de um lado e a formação das elites de outro.

Então, em 1942, o decreto que é conhecido como Lei Orgânica do Ensino Secundário, determinava que o ensino secundário se destinava às elites condutoras, e nesse mesmo ano de 1942, foi aprovado um outro decreto, conhecido como Lei Orgânica do Ensino Industrial, regulando o ensino industrial, com o mesmo período de duração do ensino médio, quatro anos de primeiro ciclo, chamado ginásio, e três anos do segundo ciclo, o colegial, para formar os chamados técnicos de nível médio. Se o ensino secundário era destinado às elites condutoras, infere-se que o ensino profissional era destinado ao povo conduzido.

Em 1942 foi a Lei Orgânica do Ensino Industrial, e em 1943 a do Ensino Comercial, depois em 1946 saiu a do Ensino Agrícola. A reforma atual, prevê cinco itinerários: os quatro primeiros correspondem àquelas áreas do antigo ensino secundário, e o último é o ensino profissional. Argumenta-se que esses itinerários são para flexibilizar o curso e permitir a escolha dos alunos, amplia-se, portanto, o leque de equivalência.

Um outro questionamento, é que se atribui a adolescentes de 15 anos, a responsabilidade de definirem o seu percurso, os seus projetos de vida, quando boa parte deles nem sabem o que querem ser, essa experiência funciona em países onde a educação infantil e fundamental é integral e os jovens têm uma boa base. Concordo com Frigotto e Motta (2017) e

Gonçalves, que segundo eles atingem as gerações atuais e as futuras gerações interditando seus futuros.

Então, na verdade, por um lado é uma justificativa falsa, porque a tendência é que a maioria vá para o itinerário profissional; inclusive, segundo a justificativa que normalmente se apresenta com esse itinerário ele teria imediatamente a chance de ter um emprego, enquanto que nos outros itinerários ele dependeria de ir para o ensino superior.

De outro lado, não há garantia de que as escolas ofereçam os cinco itinerários. Então, a tendência vai ser oferecer predominantemente o quinto itinerário de formação profissional, e algum dos outros de forma mais restrita. Por detrás disto está o entendimento de que a grande maioria vai para aquelas profissões de caráter não-intelectual, que implica maior precariedade e salários mais baixos.

Então, a diferença entre as elites condutoras e a população trabalhadora de modo geral, proclamada lá na reforma de 1942, tende a se acentuar nessa proposta. Segundo esses autores, retoma, de forma pior, o Decreto nº 2.208/1996, que já aprofundava a dualidade estrutural entre educação profissional e educação básica. O anúncio do MédioTec pelo MEC indica, de forma clara, a incorporação do Pronatec no Ensino Médio regular. Uma comprovação inquestionável de que se trata de uma contrarreforma destinada aos filhos da classe trabalhadora. Também uma confissão explícita de que o MEC assume, de fato, uma divisão classista da educação.

3.2 A Reforma Do Ensino Médio, Educação Integral e a Lei 1024/2018? Há um diálogo possível?

Como discutido no capítulo anterior sobre as intenções da urgência da reforma do ensino médio efetuado recentemente, nesse bojo surge a proposta de ampliação da jornada dessa etapa de ensino como uma das possibilidades de reverter os dados educacionais e as carências e lacunas de aprendizagens do EM. Essa não é uma discussão nova no âmbito da educação.

A educação integral retorna a agenda nacional como proposta e que precisa ser analisada em um escopo político mais amplo, por essa razão, a revisitação teórica retomando às diversas leis efetuadas ao longo da história educacional, econômica, administrativa e política do país, como muitos autores aqui citados argumentam, servirão para o contraponto dos reais motivos, intenções e benefícios e beneficiados com a reforma.

A Medida Provisória (MP) nº 746/2.016, aprovada e transformada na Lei nº 13.415 de fevereiro de 2017, devido ao contexto político de como chegara ao poder o governo Temer e as forças que ele representa, provocara uma desconfiança entre os defensores da educação pública,

por ser um tema que vem sendo discutido acerca da políticas educacionais e nas atividades acadêmicas - científicos e as políticas públicas na Educação Básica (EB), como foi imposto pela MP o que configurou uma postura antidemocrática diante de uma questão tão importante como é o debate proposto sobre as reformas do ensino amplamente debatido nas câmaras de educação.

Por essa razão, muitos estudiosos dessa temática como Frigotto e Mota (2017), Krawczyk (2011) e Gonçalves (2017); enfatizam que há implícito à reforma os interesses que estão na contramão dos ideias de coletividade que incluem a maioria da população, como denomina Gonçalves(2017) em um artigo intitulado de “interesses mercadológicos⁹, ela faz uma breve análises sobre as alterações da organização curricular a partir da Lei nº 13.415, que modifica o artigo 36 da LDB, que inclui os itinerários formativos o que provoca uma instabilidade na garantia da oferta.

Segundo a autora não está claro no texto da lei que a escola garanta os cinco itinerários formativos para que o aluno escolha como afirma o MEC, uma vez que é sabido as condições das escolas públicas tanto em relação às condições de infraestrutura, e de profissionais para dar conta com ênfase também as diversidades geográficas.

Tal argumentação, permite-nos inferir que, devido a certeza dessa impossibilidade do sistema público em atender à reforma como está prescrita, considerando as dificuldades inerentes ao próprio contexto como foi acima citado. O governo sabiamente, ou melhor, intencionalmente alterou a Lei nº 11494/2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), abrindo a possibilidade de parcerias com o setor privado para a oferta do itinerário V, portanto, é o sistema S que se fortalece e comemora o texto da reforma. O ensino médio é a última etapa da EB, a mudança em curso inclui muitos pontos a prestarem atenção, mudança na carga horária, e no currículo e no próprio sentido educacional EM.

Por esta razão, Gonçalves (2017) chama atenção para os interesses por traz dessas reformas estão apoiados à lógica produtivista e mercadológica, apoiados no setor privado e que também é uma ameaça para privatização da escola pública especialmente ao que remete ao

⁹ O artigo apresenta uma reflexão sobre lógica da reforma do EM cujo título: **Interesses mercadológicos E o “novo” ensino médio** de Suzane da Rocha Vieira Gonçalves traz algumas problematizações acerca do “novo” ensino médio, implementado no Brasil a partir da aprovação da Lei n. 13.415, em fevereiro de 2017, em estreita correlação com interesses mercadológicos, por meio da interlocução do governo brasileiro com o empresariado e seu explícito interesse na preparação de mão de obra. Discute-se, aqui, a importância do ensino médio como última etapa da educação básica e seu papel social, político e cultural para a vida dos estudantes, questionando a postura e os encaminhamentos do atual governo.

ensino técnico com a possibilidade oferta de curso FIC e ou outros de forma aligeirados sem um aprofundamento na formação técnica e formação integral dos jovens para sua inserção ao mundo do trabalho com uma apropriação maior do conhecimento.

Como o currículo do ensino técnico não é o objeto de estudo desse trabalho, foi tomado aqui como um recorte, um adendo por achar pertinente apresentar essa informação acerca de como ocorre a oferta dos cursos técnicos no estado como reflexão das atuais mudanças educacionais por se tratar de uma etapa de ensino que para Pernambuco tem um destaque na formação do jovem, devido a Política Educação Profissional pela Lei 13.968 de 15/12/2009, por meio das Escolas Técnicas Estaduais (ETE), que trazem uma lógica diferente das propostas de reforma em curso, e trabalham com a filosofia da educação interdimensional, por funcionarem também como escolas integrais.

Porém, o ponto de atenção da reforma é a respeito da concepção de educação integral inerente a proposta EM nacional por meio do Programa de Fomento instituído pelo governo federal à Implementação de Escolas em Tempo Integral (EMTI), criado pela Portaria MEC nº 1.145, de 10 de outubro de 2016, em consonância com a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, por meio da Medida Provisória nº 746, de 22 de setembro de 2016. Foi criada a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, implantando as primeiras turmas em 2017.

Posteriormente, a Portaria MEC nº 727, de 13 de junho de 2017, estabeleceu novas diretrizes, novos parâmetros e critérios para o EMTI, em conformidade com a Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Essa mudança posterior pela portaria 727/2017 em conformidade com a Lei 13.415/2017, nos alerta à reflexão à junção das duas legislações que tratam tanto da adesão às escolas do Fomento e o recurso a elas destinadas, o estado optava ou não em fazer a adesão.

Com a junção da portaria atrelada a Portaria nº 649, de 10 de julho de 2018, que Institui o Programa de Apoio ao Novo Ensino Médio e estabelece diretrizes, parâmetros e critérios para participação ao “novo EM, vincula a obrigatoriedade da adesão dos estados ao programa para que as escolas possam receber recurso do PDDE para o ano de 2019. Vale salientar que, o PDDE até a presente lei, era um recurso destinado a todas escolas do país para manutenção dessas cujos critérios pré-definidos e quantitativos de estudantes. A intenção do atual governo é forçar a adesão dos estados ao “Novo Ensino Médio”, devido a resistência desses a aderir para esse ano às escolas em tempo integral. Essa mudança na legislação foi impositiva ao vincular a adesão aos recursos do governo federal, que normalmente, há anos foram destinados às escolas,

como PDDE e o Ensino Médio Inovador, e nessa última década fortaleceram o ensino regular nos estados e municípios.

A Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral (EMTI), em 2017, teve como objetivo geral apoiar a ampliação da oferta de educação de ensino médio em tempo integral nas redes públicas dos Estados e do Distrito Federal por meio da transferência de recursos às Secretarias Estaduais e Distrital de Educação (SEE), que participarem do programa e o desenvolverem de acordo com as diretrizes e critérios da Portaria MEC 727/2017.

O programa tem duração de dez anos a partir da adesão, considerando-se sua implantação, seu acompanhamento e a mensuração dos resultados alcançados, conforme diretrizes da Portaria acima, e ainda a Portaria nº1.023/2018 que estabelece diretrizes, parâmetros e critérios para avaliação de impacto as EMTI.

Porém, a publicação mais recente sobre essas reformas é a portaria nº 1.024, de 4 de outubro de 2018, que define as diretrizes do apoio financeiro por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola às unidades escolares pertencentes às secretarias participantes do Programa de Apoio ao Novo Ensino Médio, que formaliza a junção da seleção das escolas do fomento ao aporte financeiro direcionados às instituições por meio do PDDE, amarrando estrategicamente a adesão dos estados aos recursos da União, como está posto no artigo 1º da referida portaria

Art. 1º Esta Portaria regulamenta o apoio financeiro do Programa de Apoio ao Novo Ensino Médio, instituído pela Portaria MEC nº 649, de 10 de julho de 2018, e às escolas participantes da avaliação de impacto do Programa de fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral - EMTI, instituída pela Portaria MEC nº 1.023, de 4 de outubro de 2018, a ser realizado por meio do Pro-Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE, regido pela Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, e destinado às escolas que cumprirem com os requisitos estipulados nesta portaria e na Resolução CD/FNDE nº 10, de 18 de abril de 2013, do PDDE, MEC/2018: Art. 2º São elegíveis para receber o apoio financeiro as escolas públicas que:

- I - tenham estudantes matriculados no ensino médio, conforme dados do censo escolar da educação básica publicado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP;
- II – sejam mantidas por Secretarias de Educação dos Estados e do Distrito Federal - SEE que aderiram ao Programa de Apoio ao Novo Ensino Médio;
- III - tenham sido selecionadas por sua respectiva SEE;
- IV - cumpram com os requisitos gerais de participação no PDDE;
- V - sejam participantes da ação de Avaliação de Impacto do EMTI, conforme a Portaria MEC nº 1.023, de 2018.

De acordo com a legislação no inciso II deixa claro que os recursos chegarão à escola mediante adesão dos seus estados, “que aderiam ao Programa de Apoio ao Novo Ensino Médio” (SEB/2018), essa medida modifica a legislação anterior do PDDE, e força os estados aderirem para que as escolas não sofram um prejuízo financeiro e os próprios estados também, visto que a dificuldade de recurso impede a continuidade das políticas em andamento. Há de fato uma

centralidade nas metas de avaliação externa e no monitoramento pelo MEC, a legislação comprova isso e justifica a crítica de muitos dos teóricos citados nesse texto acerca dessas reformas como expõe retomar Gonçalves (2017):

Ao o modelo curricular dividido por opções formativas, houve retrocesso, pois, esta forma de organização já foi vivenciada no período da ditadura militar e fortemente criticado. Por isso, usamos ao longo de Todo este texto o “novo” entre aspas, pois aos nossos olhos ele não é novo, por resgatar modelos já vivenciados em outros momentos históricos (GONÇALVES; 2017, p. 139).

Todas essas reflexões sobre as medidas educacionais no contexto aqui apresentado requer uma abordagem dialógica dos contextos sociais e político-econômicos em se insere a escola, visto que o ensino médio exige uma atenção especial, porque muitos jovens ainda não conseguem permanecer na escola, e os que permanecem ainda saem com lacunas de aprendizagem isso também é uma constatação, muito dos pontos que afetam a escola estão intimamente ligados ao modelo sociedade que temos e os preceitos defendidos por ela.

Por esta razão a preocupação de qual proposta de ensino integral se propõe nessa legislação, é uma inquietação pertinente, porque educação integral é muito mais do que educação em tempo integral e isso não está muito claro. O Brasil evoluiu nos últimos tempos com essa proposta com o Ensino Médio Inovador – PROEMI. E Pernambuco tem uma experiência nessa etapa de ensino, e muito do que se vivencia nesse estado tem subsidiado a implantação das escolas do fomento a nível nacional, desde 2017 quando começou o primeiro lote de escolas que aderiram ao programa.

No texto a seguir aprofundaremos sobre os processos externos de avaliação e como eles podem ser úteis à formação integral dos jovens e também dialogar com a natureza da lógica da avaliação como instrumento seletivo a serviço da sociedade, como reflexão importante para que possa não apenas compreender o papel fundamental da escola para superação de algumas filosofias e práticas que mascaram o trabalho escolar desqualificando a escola, como diz Antônio Letieri (apud Frigotto, 2001): “O capitalismo de hoje de fato não recusa o direito à escola: o que ele recusa é mudar a função social da escola” (FRIGOTTO, 2001; p.133).

3.3 Educação Integral X Tempo Integral: Qualidade e Quantidade são Sinônimo de Aprendizagem?

O atual debate sobre o Ensino Médio em curso retoma uma discussão acerca da qualidade da educação que permeia em todas as etapas da educação, especialmente nessa etapa

de ensino, visto que ela como a última etapa da educação básica, sofre a ineficiência das etapas anteriores.

Percebemos que a proficiência dos estudantes nos primeiros anos da Educação Básica é maior em relação aos anos finais, criando assim um funil de aproveitamento dos estudantes no Ensino Médio no Brasil, em Pernambuco e conseqüentemente nas escolas públicas de Ensino Médio, embora se propague a prioridade da educação no Brasil, é uma proclamação pouco realista. Os índices educacionais citados no decorrer desse texto comprovavam isso, a desigualdade e sua face educacional é um fato infelizmente tolerado no Brasil.

Esse resultado permite olhar para educação de Pernambuco de forma mais otimista, pois os desempenhos do Ensino Médio têm contrariado os dados educacionais, visto que têm apresentado um crescimento nessa modalidade, apesar das fragilidades das etapas anteriores, por esta razão a Política Educacional do Ensino Médio implantada no Estado é o foco dessa pesquisa.

Para tanto, é necessário se respaldar em todos os dados que explicitam o desempenho da aprendizagem do ensino médio no País, e no Estado e, nesse contexto, o IDEB - Índice Nacional de Desenvolvimento- é um dos dados importantes a ser analisado, e nas últimas pesquisas apresenta um nível muito baixo de aprendizagem e/ou uma tímida evolução. Esta tem sido uma avaliação muito importante na última década para os tecnocratas analisarem o desempenho educacional e verificar o nível da educação no Brasil e nos estados da federação, para o planejamento e o redesenho educacional do país.

Sobre essa questão afirma Frigotto (2001): “A educação, então, é o principal capital humano enquanto é concebida como produtora de capacidade de trabalho, potenciadora do fator trabalho. Nesse sentido é um investimento como qualquer outro.” (FRIGOTTO; 2001, p.40). Ele traz uma discussão sobre a teoria do capital do capital humano a luz da visão de autores como Schultz, Harbinson e Myres, Gintis e outros; sobre essa teoria e mais extensivamente de recursos humanos, numa abordagem macroeconômica. Bem como busca explicar teoricamente o investimento no fator humano que a nação faz visando aumentar a produtividade para superação do atraso econômico, como também nos indivíduos, ponto de vista da microestrutura, investimentos nos indivíduos na expectativa de ganhos futuros.

Esse é um viés importante para provocar uma discussão desse conceito no âmbito escolar, embora não o tenham como prática de discussão na formação continuada, esse é um ponto importante de reflexão acerca dos conceitos postos nas medidas e reformas nacionais no âmbito da educação. É necessário que haja o entendimento do real papel da escola no bojo da sociedade vigente. Então se compreenderá melhor sobre avaliações internas e externas,

entendendo, que elas, as avaliações, não estão descoladas dos interesses do capital, pelo contrário estão serviço dele. Vale retornar a sinopse e ao relatório do INEP que comprovam, por meio dos dados a desigualdade social reproduzida na escola por meio de suas práticas. A Figura 3 mostra os dados de reprovação e/ou abandono dos ensinos fundamental e médio no ano de 2017.

Figura 3: Taxas de Insucesso- Reprovação e Abandono no EF e no EM



Fonte: Inep/ Todos Pela educação-2018

Os dados da Figura 3 comprovam o que está sendo refletido nesse texto, os mecanismos seletivos internos à escola atingem a um extrato da sociedade, esse relatório também mostra dados e quem não consegue concluir o EM, apenas 53,8 dos negros conseguem concluir para 73,6% dos brancos, uma diferença de 19,9% , uma desigualdade que continua vigente embora tenha tido uma diminuição de 4,3 em 2018, considerada o melhor crescimento nos últimos anos. Essa é uma dívida histórica, o gráfico acima mostra como a reprovação ainda é ativa no âmbito do trabalho escolar. Por mais que se discuta sobre avaliação a reprovação permanece nos sextos anos do EF e nos primeiros anos do EM.

Cientes da função da escola, é fundamental conhecer bem a lógica do capital para melhor usá-la no trabalho da escola. Embora, todos saibam que os pactos e metas vivenciadas como estratégias dos planejamentos administrativos são oriundos de acordos assinados com o bloco econômico, tanto o pacto nacional como mundial, mas na prática não há uma relação crítica discutida no chão da escola sob ótica da função da escola, a prática de avaliação e a íntima relação com o capital, dados do Inep mostram que os jovens que não conseguem concluir o EM, a grande maioria são negros e em seguidas os pardos.

A concepção de homem defendida nesse texto difere da circularidade e análises decorrente do método positivista adotado pelo o interesse da classe burguesa(dominante) na concepção de homem de sociedade de seu interesse, aqui se propões a...

[...] explicitar que uma das funções efetivas da teoria do capital humano reside não enquanto revela, mas enquanto esconde a verdadeira natureza dos fenômenos. Sair do aparente, da pseudoconcreticidade, do empírico imediato, implicaria mudança de método – o que parte do empírico do concreto, e que por via do pensamento, pela análise progressiva das contradições internas dos fenômenos chega às leis que produzem tais fenômenos (FRIGOTTO; 2001, p.53).

A proposição do autor é a superação dessa circularidade, da teoria do capital humano sob a ótica da classe dominada a única interessada na mudança das relações social, ideia que comunga com a essência teórica dessa tese. A escola integral, aqui defendida, pressupõe o rompimento e análise das relações de exploração no âmbito da sociedade capitalista por meio do método histórico-dialético, com afirma Frigotto (2001) “...da elevação do empírico aparente ao concreto do real, do senso comum à consciência crítica. Método que é a um tempo instrumento de produção do conhecimento do real e instrumento de intervenção prática neste real”, (FRIGOTTO,2001; p.54). Pois propõe uma aprendizagem significativa que conduz o jovem a romper barreiras históricas de reprovação e exclusão escolar.

A exemplo, a filosofia defendida tem como base o texto de Delores, “Um tesouro a se descobrir” e Bernado Toro, “As competências do Milênio”, ambos frutos do debate no acordo de Jomtier. Enfim, a concepção do professor de hoje não é tão ingênua assim! É possível uma revisão crítica na prática da escola nesse universo capitalista, até porque, há uma um grande envolvimento dos educadores com formação dos educandos, como diz, Frigotto (2001):

Aceitar análise dos autores tal qual é apresentada, é cair no imobilismo e na crença da impossibilidade de organizar no interior da escola, família, fábrica, na sociedade civil, em seu conjunto, os interesses dos dominados. O caráter reducionista da análise não permite aos autores perceberem que a reprodução via a escola, família, etc., que Efetivamente ocorre, não se dá de forma tão linear, mas por meio de ações de diferentes naturezas da mesma forma, não percebem que o trabalho escolar pode, igualmente por mediação desenvolver um tipo de relação que favorece a ótica dos dominados. O problema básico problema básico da linha de análise dos citados autores reside na não apreensão das categorias fundamentais de análise do método histórico dialético (FRIGOTTO, 2001; p.49).

Descobrir as intenções intrínsecas às políticas educacionais é importante saber que ao tempo em que escola é esse espaço de reprodução, mas também pode ser um palco de mudanças a serviço daqueles, maioria que está à margem da sociedade, que mais precisam dela (a escola). Por isso, o olhar aprofundado para o IDEP uma avaliação aplicada de 02 (dois) em 02 (dois) por amostragem, e que, a partir do ano de 2017, foi redirecionada e passou a ser censitária, também para o ensino médio.

Pois, até então era aplicada anualmente apenas no ensino fundamental (anos iniciais e finais), em todas as escolas. As disciplinas avaliadas são as de Português e Matemática, segundo informações do MEC-2017. Retomar esses dados do rendimento escolar, a permanência ou não, ao longo da trajetória escolar são analisados considerando os diferentes fatores. E fazer dessas informações um objeto de reflexão que lhes apontem caminho para o ensino aprendizagem romper o paradigma da reprovação instituído na concepção pedagógica.

Os sistemas de avaliação externa estão efetivos em todas instituições, no Estado, temos também a avaliação estadual, SAEPE - Sistema de Avaliação da Educação de Pernambuco - que é aplicada anualmente, e avalia os componentes curriculares de Língua Portuguesa e Matemática em todas as séries com terminalidade de um ciclo.

Ela é censitária porque avalia todos os alunos do 5º ano, 9º ano e do 3º ano do Ensino Médio. A avaliação é uma prioridade em todas as esferas, seja estado, união e o município. E no caso das Erem ela é um instrumento de processo, caminhada de aprendizagem do educando e não apenas ponto chegada. Está intimamente ligada ao projeto de vida desses jovens e dos sonhos que projetam rumo à universidade.

Os dados apresentados balizam a tomada de decisão em torno das políticas projetadas em cada esfera, é o que endossa a reflexão, tanto acerca da reforma do ensino médio, como na observação feita pelos teóricos do capital humano, ao replicar os mecanismos seletivos ao movimento interno da escola e em suas práticas. E Frigotto resume: “Em suma, para esses autores, a educação escolar é um aspecto da reprodução capitalista do trabalho.

A organização escola, em seus principais aspectos é uma réplica das relações de dominação e submissão da esfera econômica”. (FRIGOTTO, 2001; p. 48). Esse entendimento da função da escola é comum ao mundo acadêmico. E se reconhece esse papel, mas a proposta que permeia essa dissertação é que a escola não é, e nem seja, apenas isso, reprodutora da sociedade elitizada. Ela aponta outro caminho, parafraseando Chico Buarque: “cutucou por baixo o de cima cai”, sabendo também que a escola não pode tudo, mas alguma coisa ela pode. Os teóricos que embasam esse trabalho são adeptos dessa função social transformadora da escola enquanto instituição de formação acadêmica.

E esse movimento da gestão por resultados pode ser redirecionado, com um olhar firme, acolhedor e consciente da necessidade e do poder que têm os sujeitos da escola, que lidam com a transposição do conhecimento, que poderá ser útil para imprimir essa qualidade ao coletivo da sociedade. Muito depende da perspectiva de quem os olha. E os resultados da avaliação podem ser utilizados como o contraponto da reprodução instituída, além de servir como

referência para as políticas públicas e, assim, podem minorar os problemas apontados, acompanhando o desempenho, conforme se verifica no Quadro 4.

Quadro 4- Comparativo IDEB e IDEPE

	IDEB				IDEPE						
	2011	2013	2015	2017	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
BRASIL	3,4	3,4	3,5	3,5	NÃO SE APLICA						
PERNAMBUCO	3,1	3,6	3,9	4,0	3,2	3,36	3,54	3,75	3,9	4,1	4,4

Fonte: INEP/SEEP

Esse resultado, observado no Quadro 4 é a média de todas as escolas de ensino médio do Estado, ou seja, as Regulares e Integrais e ETE. Embora Pernambuco apresente um crescimento gradativo e tenha sido o Estado que mais cresceu no último IDEB 2015, primeiro lugar entre os vinte e sete estados da federação com a média de 3,9 e continua em 2017 entre os 03 (três) primeiros colocados, porém, ainda está distante de atingir nota 6,0 (seis), média dos países desenvolvidos. Mas vem crescendo nas últimas aferições, inclusive pesquisa mostra que ele é o único estado que vem nesse crescente.

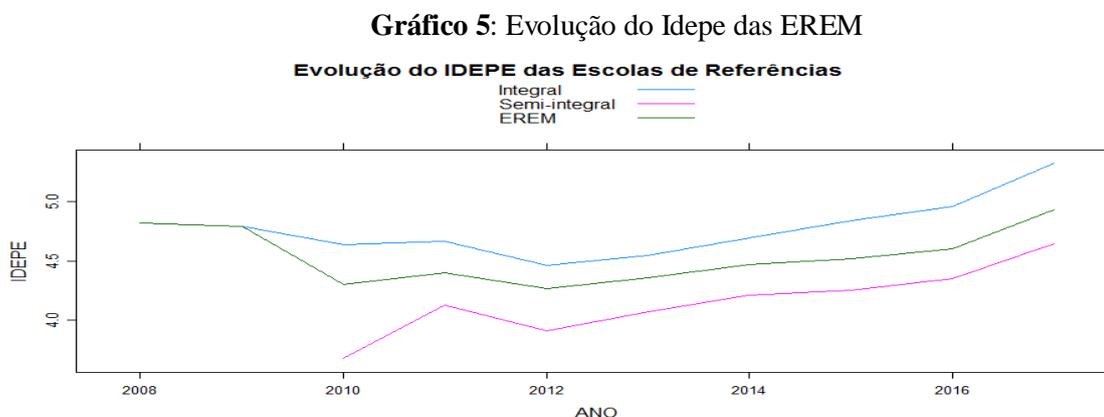
Como apresenta uma pesquisa do CEMPEC (2014), comparando os dados de 2003 a 2014, sobre os estados da federação que ranqueavam na época essas avaliações, são eles Ceará, São Paulo, Goiás e Pernambuco, e mostra que: No período entre 2005 e 2013, considerando apenas os estados pesquisados,, os maiores avanços no Idepe foram obtidos por Pernambuco 33,3% e Goiás 31,0% , seguidos de São Paulo 12% , e Ceará 10%, enquanto o Brasil cresceu 13%, Cempec (2014).

Pernambuco é um case a estudar, portanto, é necessário estudar esse fenômeno de aprendizagem que ocorre no ensino médio, quando o ensino fundamental ainda continua entregando estudantes com muitas lacunas de aprendizagem. O quadro acima 04(quatro) expõe a média do estado, no entanto as Escolas de Referências apresentam uma média superior quando analisada separadamente (ver gráfico adiante).

Portanto, faz-se necessário entender os dados para compreender sobre a metodologia pedagógica diferenciada, as inovações da prática vivenciadas na Rede de Escolas de Referência, para então visualizar o que contribui para que o estado de Pernambuco apresente o melhor resultado entre os estados da federação nessa avaliação, tanto na proficiência como no fluxo e conseqüentemente no IDEB e IDEPE.

Destacando, principalmente, as escolas integrais estaduais que apresentam um resultado superior em relação às demais escolas de ensino regular. Essa constatação tem despertado a

inquietação o motivo de estudo dessa pesquisa, que teve como propósito a leitura dos dados apresentados no texto, como apresenta-se no Gráfico 5:



Fonte: SEE/SAEPE/CAED

As escolas integrais apresentam notas bem acima da média do regular observando os quatro anos analisados, bem como está acima da média nacional, é um crescimento gradativo e aparentemente sustentável que, mesmo com a implantação de novas escolas, o resultado continua crescendo. Por isso a importância de coletar e analisar esses dados para entender e justificar esse crescimento nessa etapa de ensino, especialmente nas EREM, quando se sabe que todas as escolas do ensino médio recebem as mesmas orientações e acompanhamento, no entanto o crescimento não é o mesmo.

Há uma prática de acompanhamento às escolas regulares, as quais têm um acompanhamento diferenciado, mais direto pelos técnicos da GRE e SEPLAG os quais, reúnem as equipes em lócus, para análise dos dados, esse monitoramento tem contribuído. Elas também têm crescido o seu desempenho, mas não se comparam ao desempenho constatado nas escolas de referências, as médias dessas escolas estão muito acima da média do estado, (SEE/PE, 2018).

Vale salientar que mesmo algumas teorias e pesquisas da educação argumentem que resultado na área de educação se dê em longo prazo, e que para o resultado aparecer, precisa-se investir desde as séries iniciais, o que é uma verdade. No entanto, em dez anos da política implantada no Estado, o Ensino Médio de Pernambuco desponta no País como um possível modelo a ser seguido, mesmo com os anos iniciais ainda com resultados muito fragilizados.

Ou seja, pode-se inferir que, quando as orientações das políticas públicas são bem direcionadas, focadas em metodologias educacionais que vão além do cognitivo e que investem na formação de pessoas, despertam os projetos de vida, a concepção de protagonismo regado à luz do conhecimento e o sentimento de pertencimento, conseqüentemente, o resultado aparece, e o fortalecimento do serviço público ocorre.

Como foi esboçado Cruz, Cuconato e Sá (2018), sobre a política de educação integral de Pernambuco no relatório de Política Educacional: Escola em Tempo Integral o que chamou de programas de sucesso que vão além de jogos e dinâmicas recreativas e incentivam a inclusão de matérias de suporte. Analisaram mais 3 (três) estados brasileiros, São Paulo, Ceará e Rio de Janeiro além de dois países, Chile e Paraguai. Assim resume:

[...] estes programas mostram que escolas de tempo integral podem ter um impacto positivo na aprendizagem, no desempenho, e na redução da evasão dos alunos. Mas para que tais efeitos possam ser observados, os fatores indicativos são: o currículo escolar, a estrutura da escola, os professores e os alunos e o uso do tempo extra (CRUZ, et all, 2018; p.24).

Concordo com a explicação das autoras sobre sua abordagem a respeito do ensino integral desse estado ao destacarem que desempenho dos estudantes em português e matemática melhorou de forma significativa, nos dois modelos: tanto na jornada do integral, como na jornada do semi-integral. Essa explicação está em conformidade com análise dos dados dessa pesquisa.

Vale ressaltar que essa pesquisa se propõe a olhar também (e principalmente) para além dos dados explicitados pelas as diversas avaliações externas. Por isso, a urgência de pesquisar a dinâmica interna dessas escolas para saber dos usuários dessa política em que a escola integral contribuído além da aprendizagem e analisar esses resultados de forma que se possa compreender o movimento da prática e dos processos avaliativos usados internamente.

O monitoramento aplicado à gestão da educação também traz uma cultura diferenciada ao acompanhamento dos processos internos à escola. E, por meio dele, buscar o diferencial dessas escolas, e o que está sendo feito de inovador que tem elevado os resultados, mesmo recebendo alunos de um ensino fundamental com severas lacunas de aprendizagem. E o crescimento entre as jornadas Semi-Integral e Integrais são perceptíveis, como expõe o quadro comparativo das médias por modalidade avaliada, apresentado no Quadro 5.

Quadro 5-Média IDEPE e Número de Escolas por ano de implantação 2014 – 2017

MÉDIA IDEPE	2014		2015		2016		2017	
	Média	Quant.	Média	Quant.	Média	Quant.	Média	Quant.
Integral	4,6	125	4,78	125	4,96	124	5,32	160
Semi-integral	3,92	175	4,12	175	4,35	176	4,64	172

Pacto pela Educação/SEEP

Os dados do Quadro 5 é um indicativo sobre o movimento positivo que ocorre na Política Educacional do Estado, sobretudo em relação a concepção e o trabalho que perpassa na gestão, e na liderança exercida, o monitoramento das ações vivenciadas nessas escolas, que se traduzem em resultados, os quais explicitam se materializam em avanço no desempenho da aprendizagem das escolas referência, que difere das demais escolas de Ensino Médio no Estado.

Vale salientar que, a política mesmo em implantação, manteve o crescimento de resultado, chegando a trezentas escolas integrais em 2014, as quais completam seu primeiro ciclo como integral em 2016, cumpre-se completando a meta do ex-governador Eduardo Campos de chegar a 300 (trezentas) EREM, um destaque importante ao fortalecimento dessa política educacional que foi continuada dela no governo Paulo Câmara.

Não sendo mais implantada nenhuma escola de referência nos anos de 2015 e 2016 e, neste último ano, todas as EREM passaram mais uma vez por uma avaliação para verificar a concepção metodológica aplicada, e se essa proposta de escola trouxe de fato inovações educacionais para essa faixa etária. A pesquisa foi realizada com objetivo de avaliar a política e verificar se a filosofia que subsidia a prática pedagógica estava presente no cotidiano escolar, foi uma pesquisa realizada pelo o Instituto Lemann¹⁰ nas 300 (trezentas) instituições que ofertam o ensino integral.

O resultado foi positivo e em 2017, para o estado e a política se fortalece e resolve-se implantar mais 29 (vinte e nove) escolas regulares que passam a ser transformadas em integral, e 07 (sete) semi-integral transformadas em integral, totalizando 36 (trinta e seis) novas EREM. O estado, em parceria com o MEC, firma adesão ao Programa de Fomento do Governo Federal criado através da portaria N° 1.145 de 10 de outubro de 2016. Pernambuco passa, a partir de 2017, expandir a Educação Integral em mais 32 (trinta e duas) Escolas.

E em 2018 entram mais 26 (vinte e Seis) escolas transformadas em Erem pela adesão ao Programa do Fomento em parceria com o MEC, passando a 345 (trezentas e quarenta e cinco) escolas de Referência. Nesse contexto, entende-se a importância da pesquisa dessas unidades buscando compreender o que efetivamente é vivenciado nas escolas integrais que possa, em certa medida, apontar as razões das diferenças desses resultados.

As escolas foram gradativamente implantadas, e o resultado delas continua crescendo, mesmo com a política em andamento. Observa-se que a média delas, quando avaliadas isoladamente, é maior do que a média nacional e a média do estado. Tomando como referência os aportes teóricos, que vêm sendo discutidos neste capítulo, sobre as avaliações externas e suas

¹⁰ Instituto Lemann- Fundação Lemann - é uma organização sem fins lucrativos brasileira criada em 2002 pelo empresário Jorge Paulo Lemann. A entidade é atuante na área da educação no Brasil. A instituição realiza uma série de ações voltadas à inovação, gestão, políticas educacionais e à formação de uma rede de jovens talentos. A Fundação Lemann promove diversos cursos para estudantes e professores, assim como parceria com outras instituições, cursos em outras instituições. Entre essas destacam-se as Universidade estadunidenses, como Harvard University, YaleUniversity, Standfort University, Columbia University, University off Illinois, University off Califórnia e MIT [i1][2][3]. E no ano de 2016, realizou uma pesquisa em todas as escolas do Ensino Médio de Pernambuco cujo objetivo de avaliar a concepção pedagógica vivenciada nesse estado. A pesquisa trouxe uma comprovação de inovação pedagógica vivenciada na prática dessas escolas.

diversas atribuições e conceitos emitidos no contexto das políticas administrativas e gerenciais, que rebatem efetivamente na política educacional, e conseqüentemente, no fazer pedagógico, acerca das áreas do conhecimento ganham força por meio da formação na escola

No entanto, é relevante não apenas comparar a disparidade das notas e a proficiência de um grupo dessas escolas de ensino médio que estão acima da média do país e do Estado, mas contextualizar o resultado atingido pontuando a evolução de um grupo de escolas em diferentes gerências regionais (GRE), para entender os avanços e limites apresentados ao longo dessa década, considerando a singularidade de cada região.

A intenção da pesquisa além de desvelar o porquê dessa disparidade, uma vez que a política tem características semelhantes, e todas as escolas e gerências recebem as mesmas orientações administrativas e estudos pedagógicas. Também busca entender e explicitar o quê de inovador está sendo incorporado na prática das escolas para justificar a evolução, e o crescente desempenho dessas escolas, bem como o que poderá ser redirecionado para promover a aprendizagem dos estudantes nas demais unidades.

Observa-se que o desempenho das Escolas Integrais continua evoluindo, inclusive às que estão acima de cinco. O Sistema de Avaliação do Estado de Pernambuco – SAEPE, avalia todas as turmas finais do Ensino Fundamental I e II e as turmas finais do Ensino Médio, nas disciplinas de português e matemática. E esses dados serve de parâmetros não para análises externas, mas principalmente para uma intervenção interna com os sujeitos no âmbito escolar, gestão e equipe, educadores, educandos e educadores familiares, todos os envolvidos nos processos de aprendizagem e ensino. Isso diz muito do crescimento nos dados dessas escolas.

É importante a decisão política de implantação e continuidade da política educacional na gestão dos governos, mas é igualmente importante ou mais até, a compreensão dos do que estão no chão da escola implementando essa política, analisando, redirecionando e criticando os seus processos para que essa possa consolida-se como um diferencial na formação acadêmica e na vida social dos educandos.

4 REVISITANDO OS CONCEITOS BUROCRÁTICOS E GERENCIAIS NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA INTEGRAL DE PERNAMBUCO

O alemão Max Weber foi um dos mais renomados pensadores sociais, fundador e expoente da teoria sociológica clássica. Ele elaborou um conceito de burocracia baseado em elementos jurídicos do século XIX, concebidos por teóricos do direito. Numa perspectiva jurídica, o termo era empregado para indicar funções da administração pública, que era guiada por normas, atribuições específicas, esferas de competência bem delimitadas e critérios de seleção de funcionários, subsidiados numa perspectiva racional e em um padrão ideal.

Segundo Weber (1973), a burocracia, então, podia ser definida da seguinte forma: aparato técnico-administrativo, formado por profissionais especializados, selecionados segundo critérios racionais e que se encarregavam de diversas tarefas importantes dentro do sistema. A teoria burocrática de Max Weber (1973) é uma espécie de organização humana baseada na racionalidade, ou seja, os meios devem ser analisados e estabelecidos de maneira totalmente formal e impessoal, a fim de alcançarem os fins pretendidos.

Dessa forma, na teoria burocrática há grande ênfase na eficiência, mas alguns autores que discutem esse conceito afirmam que o tipo ideal de Weber (CABOBIANGO, 2010), nunca será alcançado, porque as organizações são essencialmente sistemas sociais, feitos de pessoas, e as pessoas não existem apenas nas organizações, essas têm interesses independentes que levam para dentro das organizações em que trabalham as impressões de toda a sua vida externa, e trazem consigo interesses e intenções individuais para as organizações. Portanto, a imparcialidade, segundo eles, não é uma vivência fácil no âmbito das instituições devido aos interesses que são inerentes às pessoas que nelas convivem.

Além disso, segundo esses autores a organização burocrática idealizada por Weber (CAPOBIANGO, 2010) parece servir melhor para lidar com tarefas estáveis e de rotina, por desconsiderar a possibilidade de que as organizações são dinâmicas, e as mudanças são constantes, como tal, somente se reproduzirão, em organizações mecanicistas, orientadas basicamente para as atividades padronizadas e repetitivas.

As mudanças ocorridas na década de 1990 na sociedade brasileira se deram com a implementação de reformas que redirecionaram o foco na Administração Pública. A contar, desde o primeiro governo de Vargas, em 1930, com a criação do DASP, Departamento de Administração Pública, numa tentativa de romper com as oligarquias rurais, instaura-se a

primeira Reforma Burocrática, respaldada no modelo de racionalização weberiano. A segunda Reforma Administrativa se deu por meio do Decreto – Lei nº 200 de 1967, Brasil, que segundo Capobiango, do Nascimento, Silva e Faroni (2010, p. 61):

[...] introduziu o tríplice sentido da descentralização “dentro dos quadros da administração federal: da administração governamental para órbita administrativa para as funções comuns a todos os órgãos, o que em princípio facilitou a descentralização da gestão de recursos (material, finanças).

Ambas as reformas (primeira-1930 e segunda-1967) ocorreram em um contexto de ditadura militar e com limitações de participação da sociedade. Os autores ainda endossam que essa última reforma que imprime o modelo gerencial é reafirmada pela reforma de 1988 cujas práticas patrimonialistas continuam vigentes no cotidiano da administração pública. Em 1988, a Constituição Federal consolida a redemocratização do país, com o objetivo de fortalecer os princípios democráticos.

Porém, no Governo Collor, a Reforma Administrativa descaracterizou os serviços públicos, desestruturou o Estado com o discurso de racionalização e desestatização, diminuindo a interferência estatal no domínio econômico. Com o mote de “pegar marajás”, o Presidente Collor fortalece o pensamento ideológico-liberal das elites, e com a crise instalada surge o movimento do impeachment, e ele renuncia em dezembro de 1992, (CAPOBIANGO, 2010).

No entanto, é no Governo de Fernando Henrique, em 1995, que a reforma do Estado é iniciada pelo MARE - Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado – que, nessa linha histórica das reformas administrativas no Brasil, tem seu ápice, como afirma Fonseca, (2009)

[...] implementou uma série de mudanças no âmbito da chamada Reforma do estado (Brasil/MARE, 1995). A primeira delas foi a substituição da administração burocrática pela administração gerencial. Foi elaborado o plano plurianual de governo (principal instrumento de planejamento instituído pela Constituição Federal de 1988). As ações foram organizadas na forma de projetos, interligados em rede nacional, cada um sob a responsabilidade de um gerente. Vale lembrar que embora fosse apresentada com inovação, a modalidade de administração por projetos já havia sido adotada na reforma administrativa do setor público, Decreto – Lei n. 200, de 1967 (FONSECA, 2009, p.168).

A autora enfatiza que a reforma gerencial surge em substituição do modelo burocrático, o conceito da qualidade da educação no âmbito da dinâmica socioeconômica e cultural, tratou especificamente de como política educacional interage com os projetos nacionais de desenvolvimento, bem como a articulação desses com a economia mundial. Por isso, a analogia feita a reforma de 1995 liderada por Bresser Pereira, passou a ser o foco do governo de FHC, respaldados em ideias de países em desenvolvimento, e sustentadas pelos argumentos das críticas feitas burocracia nas instituições do estado brasileiro que fragiliza e responsabiliza pela

ineficiência e os males da gestão pública por não conseguir resolver as crescentes demandas da sociedade.

As mudanças educacionais no país atendem aos preceitos da Reforma do Estado, a qualidade da educação escolar resultaria de uma adequada revisão curricular, da eficiência da gestão institucional e da competitividade por meio do processo de avaliação externa. A intenção foi também a de diminuir as funções públicas do estado o que se convencionou de estado mínimo, acelera o processo de privatização nos serviços públicos. O discurso se sustenta em supostos e princípios de autonomia de descentralização, e objetivamente a reforma gerencial era para aumentar eficiência e a efetividade dos órgãos do Estado, discurso bem alinhado com a teoria de Weber, principalmente, porque os dois modelos (burocrático e gerencial) têm em comum é a preocupação com a função controle.

4.1 Como o conceito de eficácia se reproduz na educação pública do estado de Pernambuco?

O Estado brasileiro tem efetuado reformas que introduzem nas instituições públicas, sobretudo na educação, novos conceitos, instrumentos de avaliação dos processos, concepção de planejamento estratégico e monitoramentos, que se destinam a acompanhar o desempenho da gestão pública nas instituições. As mudanças efetivadas têm alterado, especialmente, a organização da gestão pública da educação no estado de Pernambuco e, sobretudo, a gestão da escola.

Diante a reflexão dos autores, Ramos (1983) e Capobianco (2013), é possível inferir que a inovação na administração e gestão escolar que ora se contempla na rede não advém apenas das teorias e instrumentos de gestão, há teorias pedagógicas subjacentes às práticas, e também a possibilidade de que implícito a esse movimento haja um conceito e concepção de sociedade, que é fomentado a partir das medidas e reformas políticas executadas no do país ao longo da história. Para tanto, há necessidade de apurar o entendimento dos que se envolvem na execução dessas ações com finalidade de compreender o sentido e intenção das políticas pensadas e de como elas se efetivam na prática.

Portanto, a importância de entender como, quando e por que ocorrem as reformas, e como essas se reproduzem nas escolas. Afinal, é também papel da educação imprimir reflexão crítica à suas práticas. Os autores aqui citados levantam argumentos de que nenhuma política é desprovida de intencionalidades e ideologias, e essas trazem consigo os vieses do grupo de coalisão que está no poder.

Dessa forma cabem aos gestores, educadores e demais funcionários desmistificá-la para que os direitos coletivos sejam assegurados e, portanto, implementá-la enquanto sujeito-servidores-públicos. Há uma necessidade de exercer uma prática mais reflexiva por meio das referidas instituições. Inclusive rever as práticas clientelistas e as vantagens políticas aditadas nas atividades estatais.

Ao considerar as críticas e aprimoramentos de modelos e princípios ao longo dessa trajetória de reformas citadas nesse texto, surge, nesse bojo, uma nova proposta para administração pública, como sugere Capobianco: “Neste cenário, duas vertentes se apresentam como alternativas para a gestão pública gerencial, sob a égide da Nova Gestão Pública (NGP) e administração pública societal sob a égide do Novo Serviço Público (NSP)” (CAPOBIANGO et al, 2010, p.61). posteriormente as reformas de Bresser, o governo seguinte apoia-se em na concepção da administração e fortalece os conceitos e os modelos de governança que vieram fortalecer os serviços públicos, pelo viés democrático que defendia.

A organização do Estado acontece sobre a égide de cada governo, que tem seu regime próprio, e no caso do Brasil, que defende um modelo de sociedade democrática fundamentada nos princípios da democracia. A gestão é realizada por cidadãos escolhidos democraticamente para administrar o Estado em seus diferentes níveis, nacional, estadual e municipal, sendo o governo, de cada época, o responsável para garantir os direitos básicos da população.

Diante do exposto pelos os autores, parece fácil, no entanto, não é tão simples e prático assim, embora todos saibam teoricamente disso, efetivamente não é o que normalmente acontece. O que se visualiza é uma disparidade entre os discursos e as teorias e práticas realizadas pelos governos ao longo da construção do processo democrático desse país.

E como defendem autores progressistas da educação como Freire (2017), Frigotto (2001), entendem que a defesa da democracia é um processo gradual de construção, portanto, as leis conquistadas foram importantes para que os chamados setores progressistas não atuassem mais na ilegalidade, porém o desafio hoje da sociedade brasileira é a compreensão e a efetividade dessas leis pela população. E Paulo Freire complementa sobre o papel da gestão no bojo dessa sociedade, Freire (2017):

De modo geral, do ponto de vista da direita, a gestão é democrática na medida em que o professor ensine, o aluno estude, o zelador use bem suas mãos, o cozinheiro faça comida e o diretor ordene. O que não significa, na perspectiva progressista, não dever professor ensinar, o aluno estudar, o zelador não usar as mãos, a cozinheira não cozinhar, e o diretor não dirigir. Significa na perspectiva progressista, deverem ser respeitadas e dignificar das essas tarefas, importantes todas, para o avanço da escola. Sem fugir à responsabilidade de intervir, de dirigir, de coordenar, de estabelecer limites, o diretor não é, porém, na prática realmente democrática, o proprietário da vontade dos demais. sozinho ele não é escola. Sua palavra não deve ser a única assim

ouvido me como é boa digita todinho não é a única a ser ouvida (FREIRE,2017; P. 123).

É desse perfil de gestor que necessita escola desse contexto, use de toda inovação e conceitos que subsidiam as reformas postas em meio a educação, mas que compreenda a sua função nessa escala na organização da sociedade capitalista e de poder, compreenda também o seu papel e dos educadores de desvelar, desconstruir as intencionalidades intrínsecas aos discursos enviesados e manipuladores presentes na sociedade e reproduzidos na prática escolar, isso inclui mudanças e reformas que chegam postas às instituições públicas e especialmente à escola.

A reflexão permite-nos intuir que nem sempre todos os que falam dos direitos básicos da população, os defendem na essência e os garantem de fato. Os discursos políticos pós-ditadura militar são semelhantes, daí a importância de se analisar em diferentes contextos, os implícitos e os pressupostos via prática da gestão pública implementada por cada governo.

Por isso, a discussão sobre gestão pública precisa ser aprofundada no contexto educacional e em todos os âmbitos da educação da secretaria, sobretudo no interior das escolas. A discussão não perpassa apenas pela reflexão das práticas pedagógicas, mas principalmente pela função da gestão em todas suas dimensões; desde a dimensão de planejamento e liderança à dimensão administrativa e financeira da escola, entender criticamente como ocorre esse movimento como proposta de melhoramento dos serviços públicos prestados à população.

4.2 O gerencialismo se materializa na política pública das instituições educacionais de Pernambuco

Para entender o conceito de gerencialismo, um dos organizacionais, definido por alguns teóricos como modelo pós-burocrático, e importante se reportar um pouco ao modelo burocrático weberiano, portanto conhecer as teorias clássicas, é um indicativo para compreender o contexto dos fundamentos teóricos do modelo de gestão do pública aplicada nas instituições públicas do estado.

O modelo de administração pública gerencial (AGP) e a governança pública (GE) surge para substituir as disfunções do modelo burocrático, desfrutou de prestígio de disseminação nas administrações públicas no século XX em todo o mundo. Mas, no século XVI, na Europa já era um modelo difundido entre as organizações públicas, organizações religiosas e militares. No setor privado, a burocracia weberiana consolida a prescrição de Taylor, sobre a divisão das tarefas entre executivos (usando a mente) e operadores (usando os músculos), Secchi (2009).

ênfaze então a lógica da separação do trabalho intelectual e o trabalho operacional que reforça a divisão da sociedade em classes, sob a visão gerencial.

Buscar entender essas teorias da administração é pré-requisito para analisar e rever as práticas vigentes, considerando que a cada reforma executada, há implícitos os interesses de seus implementadores, e no caso da educação há uma estreita relação entre a articulação dos planos educacionais e o programas estratégicos de desenvolvimento, respaldados nessa premissa, Capobiango (2010, p.61) endossa que a reforma de Bresser, em 1998, reafirma o conceito gerencial impresso na segunda reforma de 1968. Por meio da Reforma n. 666.296/70, dava ênfase aos aspectos organizacionais (meios) e não aos aspectos substantivos ou finalísticos da educação como projetos prioritários, intensa participação de empresas privadas e consultorias e os planos educacionais foram incorporados aos programas estratégicos dos governos militares, Fonseca (2009).

No caso das instituições públicas, nem sempre os conceitos e padrão weberianos são garantidos, a impessoalidade, formalidade, o mérito e a capacidade técnica, fundamentos da administração burocrática, não são priorizados. Isso porque, ainda há uma visão corporativista nas instituições públicas que precisa ser combatida. No entanto, aqueles pressupostos administrativos citados nesse texto precisam ser amplamente disseminados nas instituições/escolas para compreenderem que administrador/gestor não são proprietários, pelo contrário administram em nome de terceiros.

Justamente devido as críticas feitas ao modelo burocrático, sobre abuso senioridade, corporativismo e resistência a mudanças etc. que surge o modelo gerencial (APG e GE), modelos pós - burocráticos da organização. Como diz Secchi (2009):

Os dois modelos compartilham os valores da produtividade, orientação ao serviço, descentralização, eficiência de serviços, marketization e accountability a administração pública gerencial ou nova gestão “pública (nem public management) é um modelo normativo pós-burocrático para estruturação a gestão da administração pública baseado em valores de eficiência, eficácia e competitividade (SECCHI, 2009; p.354).

Os conceitos aqui debatidos, são prudentes e necessários a esse contexto é, principalmente, uma reflexão de que, possam ser aplicados em qualquer gestão, inclusive na gestão escolar, sem que a escola perca sua essencialidade de um espaço público, o papel de veicular os conhecimentos e de ensinar a todos com a devida qualidade, não esquecer de escola não empresa.

No que se refere à educação de Pernambuco, não há mais muita negação dos educadores sobre a vivência desses novos conceitos gerenciais aplicados à educação, devido à origem teórica da rede do integral ter raízes na administração privada e nos princípios neoliberais, como

já foi discutido nesse projeto, hoje são entendidos pedagogicamente instrumentos de gestão visto que a compreensão filosófica da educação é subsidiada por fundamentos que superaram o entendimento inicial de privatização.

Atualmente há uma preocupação filosófica com a política pública de educação que imprima de fato a qualidade na aprendizagem de crianças e jovens, embasam alguns dos princípios suscitados por Weber como competência técnica, separação entre o público e privado e o exercício da imparcialidade são práticas vigentes que começam a fazer sentido no âmbito da educação, quando qualifica, forma e seleciona suas equipes, portanto a tecnologia de gestão está sendo utilizada com outra compreensão pelos educadores. Há um entendimento mais reflexivo hoje no meio educacional de que a entrega do serviço público prestado precisa ser mais organizada e de melhor qualidade.

Na última década, o Estado de Pernambuco, por meio de Pacto pela Educação¹¹ implementa um sistema de acompanhamento às escolas de Ensino Médio. A priori foram as escolas integrais do estado, atualmente são todas escolas da Rede. Surgiram fundamentados no modelo gerencial cujas orientações e formações foram elucidadas nessa concepção, estabelecendo os objetivos e as metas, e que, gradativamente, a escola busca compreender e contribuir para que a inovação dos processos pedagógicos ocorra, a

Assim, como o acompanhamento pontual, em todas as dimensões da gestão, realmente se efetive. Os resultados positivos têm aparecido na educação, visto que a escola tem melhorado seus processos e resultados, destacando-se na sociedade como a instituição responsável pela disseminação do conhecimento, por ser ela a instituição legitimada para essa função, visto que a escola não é neutra no seio da organização macrossocial.

E com essa compreensão de que o conceito do Gerencialismo trouxe um conhecimento que se articula com o fortalecimento da prática e algumas preocupações, que no capítulo seguinte aprofundaremos alguns termos e palavras-chaves inerentes aos discursos dos teóricos e reformistas disseminados na educação para que elucidemos cada vez mais conceitos, ideologias, intenções na prática do discurso e a extensão na prática cotidiana do ambiente escolar que serão debatidos no texto que segue.

¹¹ Pacto Pela Educação, (doravante PPE) implantado em 2011 na gestão do então governador Eduardo Campos como aperfeiçoamento do modelo de Gestão por Resultados implantados desde 2007 com o Pacto Pela Vida, quando ele assumiu. O PPE busca alinhar as ações estratégicas do Governo para obter melhorias dos serviços ofertados por meio dos indicadores de resultado e em 2013, pelo Decreto nº 39.336. Ver Módulo de Gestão por Resultado na Educação de Edmar Rodrigues et al.

4.3 Os diferentes contextos políticos da Administração Pública, Gestão Pública e Gestão Escolar

Nessa perspectiva, a escola não é mais só um instrumento de reprodução para o sistema vigente, ela também pode ser um espaço de transformação e de construção dos processos democráticos por meio da apreensão do instrumento de poder que é o conhecimento veiculado socialmente. Embora tenhamos a clareza de que ela não produz conhecimento, papel esse que é da universidade, mas ela é, oficialmente, a instituição que dissemina as ciências produzidas ao longo da história e da sociedade.

Os conceitos de descentralização, participação e autonomia, no contexto dos diferentes governos, foram amplamente discutidos pelos autores e despertam um convite para repensar as práticas de gestão vigentes e buscar entender qual é o pressuposto teórico que está sendo praticado como conceito e prática no âmbito das escolas integrais da Rede.

Buscamos aqui trazer essas temáticas para uma possível discussão no âmbito das escolas integrais com o objetivo de provocar a reflexão e aquisição desse conhecimento pelos profissionais da educação que estão nas EREM, para que eles compreendam o movimento da prática vivenciada na escola no contexto das mudanças políticas e sociais.

É pré-requisito que os trabalhadores em educação fundamentem-se sobre os conceitos administrativos implantados como modelo de gestão, e, busquem compreender o movimento sócio-político da sociedade brasileira, bem como, o delineamento ideológico em diferentes épocas da história política do país, para então entenderem melhor o movimento da prática na escola, e teoricamente analisar a suas práxis¹², se são capazes de visualizar a favor de quem está o trabalho executado na instituição e que qualidade social está sendo impressa a prática vivenciada pela gestão e pela equipe escolar.

É pertinente que os profissionais tenham clareza de que tipo de cidadão a escola se propõe a formar e que todos conheçam a proposta a ser vivenciada, como visto em Gadotti (2014) e Freire (1996), essa é uma necessidade teórica aos que fazem parte da educação, e se estendem às demais instituições administrativas, segundo Capobianco (2010) é um argumento

¹² Práxis – é um conceito usado por Paulo Freire na Pedagogia Histórico-Crítica e também por Moacir Gadotti em seus livros: Pedagogia da Práxis e Educação e poder ao se referir aos princípios da educação popular, e para explicar essa filosofia no âmbito da prática cotidiana dos educadores no contexto da sociedade de classes. São dois autores importantes que trazem uma reflexão filosófica sobre educação e a luta de classes, é um convite à leitura de ambos. Mas o termo Práxis tem suas raízes em Aristóteles, bem anterior a filosofia marxista, mas foi Karl Marx que aprofundou o conceito e passou a ser um elemento central da Materialismo Dialético, foi um termo cunhado por Gramsci para Substituir o Materialismo Dialético.

comum a todos os autores aqui citados, que o movimento da Reforma Pública, a qual traz a visão de gestão pública ocorrido nas décadas de 1980 e 1990 na América Latina, Glade (2006 *apud* CAPOBIANO et al., 2010).

Ele ressalta que há um fortalecimento das ideias neoliberais e no processo de discussão de globalização no Brasil e no mundo, é uma ideologia disseminada pelo cenário econômico e político da época, e que redirecionou a organização administrativa de todas as instituições públicas (CAPOBIANCO, 2010). Portanto, foi o modelo adotado no Brasil, e, conseqüentemente, foi reproduzido pelos estados da federação. Nessa época, cresce também o movimento para as privatizações de estatais e às parcerias público-privadas, o que propôs uma ampla descentralização para estímulos às agências.

Para alguns autores aqui citados, os conceitos de autonomia e descentralização postos neste contexto são ideologicamente antidemocráticos, ferem a luta histórica de brasileiros que defenderam a democracia e a liberdade, com o conceito fundamentado pela pseudo-descentralização e a autonomia alimentada pelo princípio da participação. No âmbito financeiro, as instituições educacionais não têm autonomia financeira e os recursos que chegam são escassos, portanto se descentralizam os serviços, mas não os financiam, e há também um crescimento, nesse período, da inserção de contratos no serviço meio como forma de ampliação da privatização, o que enfraquece o serviço público pela ausência de concurso nessa área.

Embora esses pressupostos subsidiem as reformas também do Estado, as Erem surgem com a premissa de utilizar-se dessas teorias para redirecionar o papel e função da escola com mais qualidade social. O gestor escolar assume uma função “estratégica” à frente da gestão da escola, especialmente nas escolas integrais, pois é de sua competência cuidar de todas as dimensões da gestão: liderança, a administrativa e financeira, pedagógica etc. portanto a compreensão crítica do gestor diante de sua função e a importância do trabalho que realiza na comunidade escolar é fundamental para que efetivamente as medidas tomadas acerca da política educacional na escola aconteça de fato e de direito.

4.4 Como as escolas se comportam com as mudanças administrativas na última década?

Como vem sendo abordado ao longo desse capítulo sobre a influência dessas medidas administrativas na educação que redirecionam as práticas cotidianas da escola, e por vezes a compreensão sobre a escola se confunde com a visão empresarial. A extração de toda essa teoria é o que a escola se utiliza dessas ferramentas de gestão, sem perder de vista o cuidado com a

essência da escola que é cuidar da qualidade da educação, observada pela função social na medida em que prepara o indivíduo para o exercício da ética profissional e da cidadania.

Para tanto, faz-se necessário compreender se há entendimento pelos sujeitos que implementam na prática essa política e efetivam essas mudanças, visualizam os conceitos, princípios e ideologias mediatizados pelos processos burocráticos, ou apenas os executam e cumprem determinações sem refletirem sobre as filosofias subjacentes. Essa percepção é possível quando a equipe acompanha os seus processos internos, mesmo sem grandes aprofundamentos teóricos desses conceitos – até porque não é essa a proposta – pelo contrário, é apenas cuidar da aprendizagem significativa dos educandos, a priori é para isso que se avalia.

Assim é importante saber se as equipes e gestores percebem as ideologias e intenções que subjazem essas mudanças que ocorrem na Gestão Pública, como também identificam se a burocracia vivenciada pela escola é avanço na instituição pública, como afirma Weber, ou se há limitação, como afirmam os autores marxistas. Sobre esse conceito, Guerreiros Ramos (1983, p.187) traz a visão de Ludwuiq von Mises que nega totalmente a ideia de estratégia a serviço da modernização ou do desenvolvimento quando diz:

Ninguém pode ser, ao mesmo tempo, um correto burocrata e um inovador. O progresso é precisamente aquilo que as regras e os regulamentos não preveem; está necessariamente fora do campo burocrático. (...) segundo esses autores, jamais se poderia admitir que a burocracia pudesse assumir papel de agente ativo das mudanças sociais notadamente orientadas para status quo (RAMOS (1983, P.187).

Há certo ceticismo na argumentação desses autores, quando dizem “que jamais se poderia admitir que a burocracia pudesse assumir papel de agente ativo das mudanças sociais” que no caso da educação é possível que se encontre outra resposta, mas vale ressaltar a pertinência dos demais argumentos do autor, pois para ele toda vez que um grupo assume o poder surge um grupo que monopoliza as decisões.

Por outro lado, traz também um ânimo a essa visão, porque vislumbra a possibilidade de que fatores históricos, sociais e psicossociais possam mudar a natureza da burocracia. Mesmo expressando uma visão pessimista assegura a manipulação, e, como contraponto, pode-se admitir a hipótese de que se há manipulação, a burocracia pode ser usada nesse sentido nas instituições públicas.

Apoiando-se em Ramos (1983), que traz a contribuição de Crozier, o qual se limita em ressaltar as características gerais dos funcionários, que exercem a função e ou posição de liderança. Ele explica que o conservadorismo, o ritualismo, a oposição e a rebelião dos burocratas são estratégias para se protegerem contra a organização. Esse conceito de liderança

e planejamento estratégico no interior das práticas escolares nesse contexto necessita de um olhar mais crítico diante da política educacional em andamento.

A educação precisa estar a serviço da coletividade. A terminologia “gestor” usada aos cargos administrativos na educação advém da lógica mercadológica, e a escola precisa entender a sua função nesse contexto; como aborda Frigotto (2001; p.63) “Os gerentes, os administradores, embora não-proprietários, são escolhidos e controlados por estes tal sorte que administram em nome do capitalista”. Essa é uma regra da sociedade capitalista que intervém na educação visto que essa é uma instituição definida por muitos teóricos como “Aparelho Ideológico do Estado”, servindo de instrumento repressivo - simbólico à serviço desse contexto social do capital, a escola é um espaço de poder de transformação.

Segundo Frigotto (2001), mesmo que eles quisessem administrar contra o lucro e a ganância seriam impedidos devido às regras estabelecidas pela própria natureza das relações sociais desse grupo hegemônico. Portanto, é fundamental que os educadores entendam esse movimento da sociedade em que a escola está inserida e o que nesse contexto pode-se trabalhar fazendo o movimento contrário para que a classe trabalhadora tenha acesso ao conhecimento sonogado ao longo da história da educação, como afirma Freire (2017);

[...] é exatamente por isso que, ao lado da tarefa reprodutora que tem, indiscutivelmente a educação, há uma outra, a de contradizer aquela. Aos progressistas é esta a tarefa que nos cabe e não fatalistamente cruzar os braços. [...] a tarefa dos educadores e das educadoras progressistas é *desocultar* as verdades, jamais mentir. A *desocultação* não é de fato tarefa para os educadores a serviço do sistema. Evidentemente, numa sociedade de classes como a nossa, é muito mais difícil trabalhar em favor da *desocultação*, que é nadar contra a correnteza, do que trabalhar ocultando, que é nadar ocultando, que é nadar a favor da correnteza. É difícil, mas possível (FREIRE, 2017; p.115/117).

Educar nesse contexto é uma missão, a sociedade atual exige novas competências e habilidades no seio de uma sociedade tecnológica, em um ritmo acelerado devido às inovações do mundo globalizado, mas a essência do homem, seus valores e princípios precisam ser parte efetiva dessas inovações, e *desocultar* as intenções subjacentes é tarefa para os educadores e educadoras, desvendar e desmistificar os pressupostos dessa sociedade é cuidar do Ser, desse estrato social que está a reboque dessa correnteza, fora dos bens produzidos socialmente. O maior bem aqui exposto é a garantia do conhecimento crítico, participativo para esses estão à margem do processo educacional.

“Não há prática educativa, como de resto nenhuma prática, que escape à limites ideológicos, epistemológicos, políticos econômicos, culturais” (Freire, 2017, p. 113). É o exercício dessa função social da educação e da escola que se almeja nesse texto e na política educacional do integral. A apreensão do conhecimento por todos e todas, e que as teorias

explicitadas nessa dissertação tenham como objetivo estar a serviço dessa proposta de educação, visto que os resultados do ensino médio em Pernambuco já apontam uma direção e aprendizagem, e as escolas atendem aos jovens de estratos sociais mais baixos, uma vez que tem escolas integrais em todas as cidades do estado. É uma política que está chegando de forma inclusiva, de forma distributiva nos planejamentos de políticas macro de estado. Portanto, um novo olhar para a equipe de liderança precisa ser editado à tecnocracia estatal para além dos interesses da burguesia.

À luz do que Ramos chama de “análise estratégica”, inclusive ratifica alguns pontos de dois outros autores, Mannheim e Merton, (RAMOS, 1983), ao se referir ao deslocamento dos objetivos, os quais tentam mostrar que é errôneo, portanto tal fenômeno, explica-se apenas pela rigidez da personalidade humana aos interesses criados.

Segundo Ramos (1983), Crozier denomina como episódico, porque tende a desaparecer com a evolução, especialmente nas organizações modernas. Segundo ele, isso ocorre pelo refinamento das técnicas de previsão na organização, o crescimento das tecnologias na produção, ampliando e melhorando o trabalho das chefias. O qual se torna cada vez menos vivenciado em moldes autocráticos, coercitivos e rígidos, visto que muitas das decisões são políticas e cada vez mais negociadas.

Para Crozier (RAMOS, 1983), a burocracia é um mecanismo de defesa para os trabalhadores contra a rigidez e a pressão acima mencionadas das chefias e também com o crescimento do nível cultural dos trabalhadores, essa relação não é tão passiva, como ele mesmo diz “o caráter da própria organização será participativo, em outras palavras, supõe relações de trabalho em que os subordinados não negociam “com as costas na parede”, mas sob condições mais livres, flexíveis e independentes” (CROZIER apud RAMOS; 1983, p. 190), e nessa perspectiva esse estudo se propõe a compreender a função dos que hoje fazem a implementação da política no Estado; portanto é importante trazer os conceitos desses autores que explicam como se reproduz a burocracia nas instituições públicas, que abriu espaço para conceito gerencial contraditoriamente traz uma nova abordagem para administração pública. Os capítulos a seguir pretendem trazer ao debate o trabalho da gestão amparado pelo conceito gerencial tem agregado um novo valor para da visão do neocapitalismo¹³

¹³ O termo neocapitalista é amplamente discutido por Gaudêncio Frigotto em seu livro *A Produtividade da Escola Improdutiva*, que faz uma abordagem da função e o papel da escola no interior da sociedade capitalista. E dentro do contexto de desenvolvimento que a teoria do capital humano vai erigir seu corpus de postulados e vai se apresentar como sendo um dos fatores explicativos do desenvolvimento, da modernização. O desenvolvimento da ideia de capital humano nos países latino-americanos segue rigorosamente atrás a trajetória das relações imperialistas que vão se dar no âmbito econômico, político e social. A ligação estreita da educação no projeto desenvolvimentista esboçado no projeto de aliança para o progresso não é

4.5 Rompendo paradigmas da produtividade: Os instrumentos gerenciais de monitoramento como objeto de reflexão e práticas de aprendizagem

A discussão aqui proposta surge a título de aprofundamento visto que nessa década, a educação do Estado teve instituído o monitoramento institucional, e os profissionais da educação são servidores públicos, se, por seu tecido social intelectualizado se inserem nesse contexto como sujeitos ativos na implementação da política, e entendem os fundamentos burocráticos que permeiam essa concepção.

Talvez seja por isso o resultado positivo, o uso de uma política gerencial de administração, especialmente na educação, gerou um espaço de formação qualificada no campo de atuação dos profissionais da educação, que entenderam o monitoramento como ponto de partida e processo de avaliação, ao usar pedagogicamente os instrumentos de monitoramento e não apenas ranqueando os dados, e conseqüentemente vem ofertando um “produto” (grifo meu) educacional com mais qualidade à sociedade. Os argumentos são comprovados na evolução dados educacionais da Rede nessa área, especialmente no ensino médio que teve toda a política voltada para essa etapa de ensino.

Há avanços constatados nos resultados, mas todos os envolvidos no processo educacional precisam entender a influência que tem ou não essas reformas no resultado. Por essa razão é importante se debruçar sobre as teorias das reformas administrativas, que na educação teve sua contribuição no que concerne a organização da rede de educação, mas não será determinante nos resultados, pois o perfil dos sujeitos que estão na instituição de educação pode contribuir ou não para o sucesso das políticas.

Segundo esse argumento, a natureza e qualidade da organização, refletem as condições sociais de cada sociedade e, em particular, o sistema burocrático vivenciado, pode ser um mecanismo de análise estratégica e diferenciada, dependendo do nível cultural, as organizações podem ganhar com as inovações.

Com essa reflexão permite-se inferir que o avanço consolidado na educação integral tenha a ver com o nível intelectual dos seus sujeitos, também pelo investimento feito à formação do gestor, equipe e professores para que possam dar conta da complexidade da sociedade

fortuito. Pelo contrário, trata-se da concepção adequada de educação (um capital) às visões neocapitalista a Carta de Punta Del Leste expressa claramente essa ligação. é a ideia que eu desenvolvimento nada tem a ver com as relações de poder, mas se trata fundamentalmente de um problema de mudança ou modernização e alguns fatores, onde os recursos humanos qualificados - capital humano - se constitui no elemento fundamental. O desenvolvimento é concebido como uma entelúquia a-história sem conflitos de classes nem de países, e a educação, um treinamento a chave para montar política gradualista.

contemporânea. Há uma possibilidade de levá-los a entender o papel dos profissionais que atuam nesse contexto por meio da aquisição de conhecimentos e conceitos que refutem os ideais neoliberais impressos às práticas de políticas administrativas no Brasil, estende-se à política educacional de Pernambuco, sobre essa questão Frigotto (2001), argumenta:

[...] quando se radicaliza o modelo um desenvolvimento amplamente concentrador associado de forma exacerbada ao movimento do capital internacional, que é a tese do capital humano passa a ser utilizada de forma insistente. A utilização da teoria, aqui também assume uma dupla dimensão. A educação passa a ser evocada como instrumento de modernização – o fator preponderante para a diminuição das “disparidades” regionais. O equilíbrio, entre as regiões – subdesenvolvidas, não desenvolvidas, e em desenvolvimento e desenvolvidas - se daria mediante a modernização dos fatores de produção, especialmente pela qualificação da mão de obra. Do ponto de vista da desigualdade social, a teoria do capital humano vai permitir aos formuladores e executores do modelo concentrador de desenvolvimento justificar o processo de concentração do capital mediante o desenvolvimento da crença de que a dupla forma de ser “proprietário”: proprietário dos meios e instrumentos de produção ou “proprietário do capital humano” (FRIGOTTO, 2001; p.128/129).

O autor convoca-nos à reflexão do papel e da função da escola no contexto da sociedade atual acerca das políticas que aceleram o processo de acumulação e concentração de renda, e a reprodução desse conceito por meio do discurso da prática pedagógica.

É um discurso que vem desde a década de 60, que ainda é vigente na sociedade de que a democratização da educação propicia a distribuição de renda. É verdade que o nível de escolaridade possibilita mais espaço no mundo do trabalho, mas não garante essa acumulação e apropriação dos meios de produção.

E a política de educação por resultados pode reforçar esse discurso, caso os educadores e equipe não estejam atentos ao papel político pedagógico da gestão da escola para usar os instrumentos para emancipação dos educandos por meio dos conhecimentos veiculados na escola e a compreensão crítica dos educandos nesse contexto.

Nesse bojo, trazer textos e autores que permitam uma discussão e reflexão acerca de alguns elementos que podem caracterizar a mudança de conceitos como “Gerencialismo” à “Governança Pública” (ABRUCIO, 2006) como parâmetro para administração e gestão pública com foco na participação e nas teorias educacionais e administrativas de forma articulada e democrática. Enfim, considerando todas as variáveis aqui explicitadas.

A descentralização foi aplicada aos conceitos com características de desconcentração, na medida em que as políticas públicas são regidas pelos princípios econômicos puros e exclusivamente, afirmam os direitos sociais, no entanto, sem provimentos para garantir esses direitos. E no contexto educacional, por ser uma concepção defendida na época das reforma implementada por Bresser Pereira, ressalta o ideário neoliberal no cultural e ideológico ao utilizar um vocabulário já existente como: participação e descentralização entendidas no âmbito

de conceitos democráticos pelos grupos progressistas, ressignificando-se na prática a processos antidemocráticos, visto que desobriga o Estado de algumas funções e serviços abrindo para os entes da iniciativa privada a se responsabilizarem por serviços públicos não essenciais, segundo mentores da Reforma Bresser.

Esses são conceitos que não estão no foco da discussão efetivamente no contexto educacional, por isso a provocação de tratar dos instrumentos de monitoramento e reformas feitas pelo governo do Estado no seio dessas abordagens teóricas, não se pode discutir políticas educacionais descolado do que acontece no contexto nacional.

A história se repete, sob a égide da legalidade e da democracia representativa, em 2017, com a aprovação da PEC dos gastos se fortalecem esses princípios privatistas ora discutidos. O governo atual toma o poder com o mesmo ideário de sociedade, que “coincidentemente” (grifos nossos), junto ao mesmo grupo político da época das reformas administrativas, traz de volta políticas e reformas que retomam o ideário de estado mínimo, as quais atingem primeiro a educação e a saúde, os serviços básicos da população, como também aceleram as privatizações de empresas públicas.

Tais mudanças interferem, portanto, nas relações vivenciadas na escola, fortalecendo o trabalho compartimentado, competitivo e excludente, porque se perde o sentido do espaço da escola como efetivo local de participação de construção de práticas emancipadoras. O conceito de eficiência e eficácia exposto por Bresser Pereira (2009), contrapõem-se aos princípios democráticos como participação efetiva, a descentralização e a autonomia como fundamentos para uma efetiva democracia, que apenas se consolida ao propiciar oportunidades iguais a todos.

Desse modo, é necessário refletir à luz desses pressupostos e identificar a intencionalidade das políticas postas como medidas governamentais, pois precisam ser bem compreendidas na sua essência, para que possa, enquanto educadores, não permitir ainda mais a reprodução massificada de conceitos antidemocráticos que coloquem em risco as ideias inovadoras que se tentam imprimir hoje no interior das escolas.

O processo de construção da tão sonhada autonomia, as barreiras da exclusão começam a ser rompidas por meio de projetos efetivos realizados para melhoria das escolas, na tentativa de promover a participação de todos e propiciar uma reflexão para a construção de um novo olhar por meio da aquisição do conhecimento, e o fazer diferente editado pela escola.

A publicização da educação brasileira nessa última década é um fato; os recursos mesmo que escassos, chegam direto às UEx – Unidade Executora - da escola por meio dos programas do FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – e o PDDE – Programa Dinheiro Direto na Escola - poder interativo, mais educação, e assim como também os recursos

estaduais, via conta da instituição ou via GRE – Gerência Regional de Educação, órgãos oficiais de repasse financeiro às instituições. que está sobre ameaça de mudança, retomar o capítulo da reforma do EM, veja o que dizem as portarias de nº 1.023/2018 E DE 2.024/2018, sobre as regras dos recursos ProEMI de outrora, e atualmente em 2018, o “Novo PDDE”.

Portanto, pode-se deduzir, que nesse contexto das reformas educacionais um ponto a considerar no âmbito da gestão e a administração é a descentralização dos recursos, (PDDE, PROEMI), embora limitados para prover a escola, acelerou o processo de compreensão da autonomia e participação nas instituições educacionais, provocando uma reflexão com seus pares sobre as ações da escola em relação à qualidade dos serviços entregue à sociedade, a família está mais presente na escola, inclusive participando dos conselhos, projetos e decisões na comunidade escolar.

Os recursos devem ser usados de acordo com as prioridades da escola, as quais são estabelecidas pela equipe escolar a partir das análises do PPP - Projeto Político Pedagógico - das escolas, com foco na aprendizagem dos estudantes, e os recursos direcionados, embora escassos, estão sendo aplicados e não apenas gastos, porque estabelecem prioridades que priorizam a aprendizagem dos jovens.

Essa descentralização dos recursos das secretarias estaduais para as escolas, foi subsidiada por formações sobre planejamento, estudos sobre liderança e monitoramento com as equipes gestoras, o que possibilitou um melhor redirecionamento nas ações pedagógicas, o entendimento e autonomia financeira foi uma ação importante que tem contribuído com a melhoria dos resultados educacionais.

5 O GERENCIALISMO, E A POLÍTICA DE RESULTADOS: UM DIÁLOGO DESSES CONCEITOS COM A PRÁTICA DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO INTEGRAL NO ESTADO

Diante de toda a fundamentação explicitada no capítulo quatro sobre a burocracia e seus efeitos na administração pública bem como o modelo gerencial aplica à gestão (GAP e GE), ora vigente a política educacional de Pernambuco. O que é proposto nesse ensaio teórico traçado no desenvolvimento desse trabalho em capítulos anteriores e entender a priori, o que há em comum entre esses modelos, e como vêm inserindo-se no trabalho da escola, no que se refere ao fortalecimento de suas práticas para que a aprendizagem realmente se efetive.

E, assim se aproxime da qualidade defendida pelas correntes sustentadoras da educação de qualidade para a maioria da população, o que difere da “qualidade” implícita aos modelos de reforma da educação. Promover o diálogo entre teoria e prática é a missão da escola, visto que é um desafio posto às escolas de referência que vivenciam desde sua implantação, a prática de monitoramento. Entende-se o viés do privado que subjaz a origem dessa política que foi redimensionado posteriormente, em 2008 ao se transformar em uma política pública.

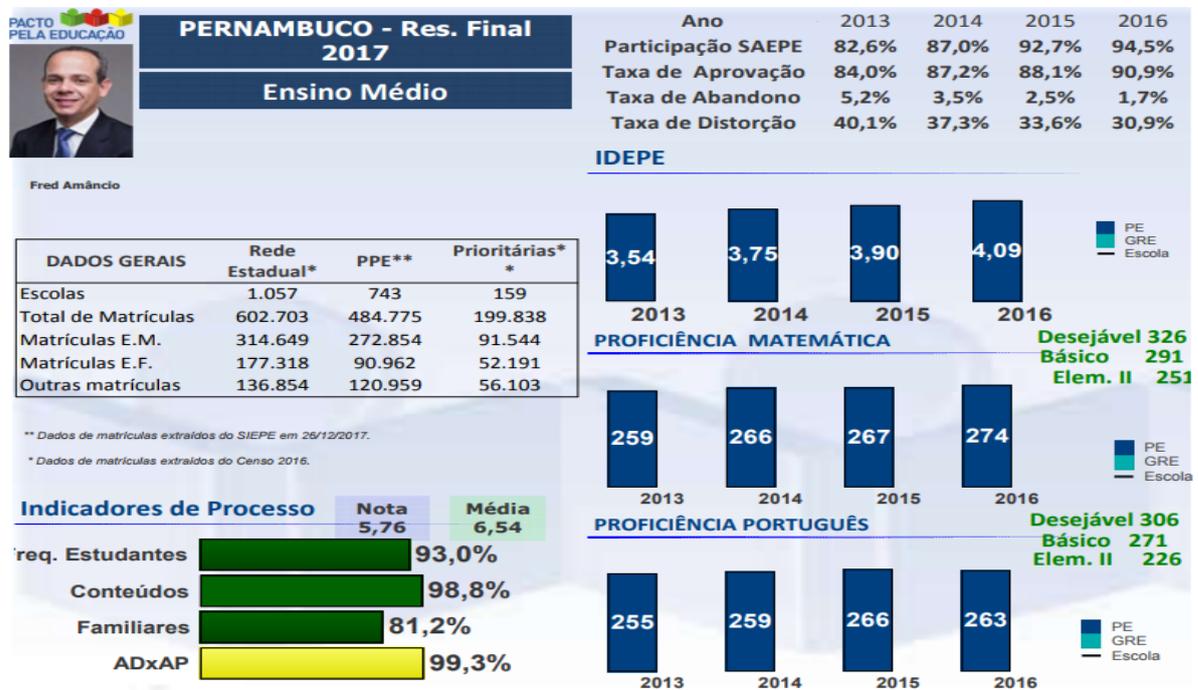
Na verdade, a chegada da formalização do Pacto trouxe uma organização administrativa para rede, é certo que as escolas integrais só ganharam com a tecnologia dessa política, por já exercitarem o monitoramento e terem uma compreensão teórica implícita e posta em prática com as escolas de referência. O que é mensurado no pacto são variáveis históricas como aprovação, reprovação, evasão etc.: o rendimento escolar, um debate antigo no âmbito educacional, e suas causas quase metafísica.

A permanência ou não na trajetória escolar está relacionada à muitas variáveis desde aos aspectos socioeconômicos, como fator de mobilidade social e aumento de renda individual, é a educação sob a ótica do capital humano, uma apologia das relações sociais de produção e da prática educativa inerente ao modo de produção capitalista, Frigotto (2001). O entendimento da filosofia posta como base da abordagem teórica dessas escolas, tem trazido um diferencial dos resultados, pois os indicadores avaliados permitem uma reflexão pedagógica, visto que o objeto avaliado não é tão objetivo assim, exige das equipes uma compreensão, técnica para além dos dados, a Figura 04 mostra o exemplo de dados e cálculos acompanhados pelo Pacto.

Na sequência a figura 5 sistematiza em números alguns indicadores de processos acompanhados bimestralmente pelo Pacto que já faziam parte das rotinas da escola, como já dito anteriormente. No entanto, esse instrumento de gestão trouxe uma organização administrativa que faltava na rede e os dados educacionais começam a ser mais bem

aproveitados pelas equipes escolares, numa perspectiva de superação da circularidade do capital humano, transgredindo a individualidade do “eduque-se e vença”, (Frigotto; 2001).

Figura 4 - Pacto da Educação: indicadores educacionais



Fonte: Secretaria de Educação de Pernambuco 2017.

Porém, os indicadores de processos que são acompanhados necessitam de um olhar técnico-pedagógico, não é basta ver o percentual, se estão altos ou baixos, na verdade o diálogo entre o que fazer com ele, quem e o que vai acessar é que precisa ser dimensionado.

A conversa teórica exige profundidade filosóficas, de práticas de avaliação da aprendizagem, abordagens epistemológicas, sociológicas, psicológicas e pedagógicas. Não basta ter estratégias de planejamento se não fizer uma boa leitura do diagnóstico dos problemas, não basta dar um mergulho raso, superficial nos dados, sem uma leitura reflexiva de contexto. É importante não retomar a metodologia tecnicista como se escola por meio de um conjunto de técnicas fossem suficientes para resolver as deficiências da educação, como reforça Frigotto:

O remédio para tirar o sistema educacional da sua inoperância e ineficácia era “tecnificar a educação”, isto é, conceber o sistema educacional como uma empresa e aplicar-lhe as técnicas e as máquinas que haviam produzido ótimos resultados no desempenho industrial (FRIGOTTO, 2001, p.121).

Compactuando com Frigotto, o sistema de educação precisa ser fortalecido, mas não sob a égide de velhos e randômicos conceitos implícitos à reforma educacionais. A educação precisa melhorar para além da ênfase histórica ao cognitivo e ou apenas endossar os dados.

Embora o integral a priori tenha se respaldado na teoria gerencial aplicada a gestão do privado, sua transposição à educação no formato de política pública em Pernambuco agrega um novo olhar, um aporte pedagógico com intenções inclusivas, pois traz em seu âmago a progressão de todos os jovens na trajetória educacional com sucesso, e atende ao número expressivo de educandos de estratos sociais mais baixos, tendo como fundamental os estudos de formação, o foco na equipe técnica de gestão.

A forma de gestão dos dados educacionais tem sido um aprendizado gradativo para os profissionais em educação, atualmente é utilizado por toda rede, ensino fundamental e médio, não mais só escolas integrais como foi na implantação do pacto em 2008. Ação que se efetiva por meio da prática em cada instituição, é um movimento de dentro para fora da escola, não pode acontecer de forma verticalizada, porque inevitavelmente o diálogo reflexivo sobre as práticas vivenciadas é provocado nas reuniões pedagógicas promovidas pela gestão escolar.

Embora seja o que as reformas políticas imponham as mudanças, mas a prática dessas ações permite que a escola vivencie os processos democráticos. É necessário respeitá-los, para que a mudança de paradigmas de fato ocorra. E os critérios avaliados no Pacto acompanham indicadores de processos importantes como a presença de familiares, o que avança em relação ao processo tradicional de avaliação que só cuidava do resultado, da nota do estudante, rompendo a eterna lógica do paradigma econométrico das variáveis do processo escolar que tem justificado a produtividade da escola, trocadilho irônico e crítico, analisado por Frigotto na teoria do capital humano:

Busca-se averiguar quais os principais fatores responsáveis pela repetência, evasão, atraso e fraco rendimento, através de uma matriz de variáveis relacionadas com as características da família (educação dos pais, status ocupacional, renda etc), características do meio-ambiente, características pessoais do aluno, características da escola, etc.

O rendimento escolar, a permanência ou não ao longo da trajetória escolar são tidos como função de um conjunto de “fatores”. As análises multivariadas, com elaborada sofisticação estatística, chegam sempre a mesma conclusão (quase metafísica) – o fator socioeconômico é que tem peso maior na “determinação” das diferenças encontradas; em seguida, os fatores ligados a educação dos pais, etc (FRIGOTTO, 2001; p. 49).

O autor justifica em sua teoria como historicamente a produtividade da escola ocorre para o capital por meio de “fatores” internos aos processos seletivos da prática escolar como a reprovação e a evasão. E de forma determinista atinge apenas a um estrato da sociedade, os mais carentes, ou seja, essa improdutividade da escola tem nível socioeconômico, tem cor etc. e a escola tem sido produtiva para o mercado improdutiva em seu processos gerando um exército de reserva para a sociedade, chegando ao século XXI com dados vergonhosos de

analfabetos no país e entre os jovens chega a ser ainda mais excludentes. A escola precisa rever a seu espaço diante deste contexto e das novas reformas implantadas e suas intenções.

Esse é outro caminho importante na política educacional: entender qual a função social da educação pelos sujeitos que implementam a política, no caso os educadores, porém prover a educação é papel do Estado, afinal, os projetos neoliberais e neoconservadores fortalecidos ainda no governo de FHC e Bresser estão sendo desvelados e o Estado brasileiro precisa materializar políticas públicas que assegurem os direitos básicos da população

Essas reflexões só validam o entendimento de que o Brasil deve isso à população, é impossível fazer educação de qualidade para todos sem financiamento. E hoje esse termo e sua compreensão, são polêmicos e provocam diálogos e confrontos com os governantes e a sociedade civil organizada, mas precisam estar postos e aprovados nas metas do novo PNE – Plano Nacional de Educação - 2011 a 2020, pois todos os âmbitos da gestão precisam ser fortalecidos, e fazer da prática a formação dos que trabalham na educação para compreender o movimento dessas reformas, o cotidiano das escolas não está à parte desse contexto.

O autor Bresser-Pereira (1998) atribui ao primeiro governo de Fernando Henrique a tentativa de uma reforma gerencial da administração pública brasileira voltada para o atendimento dos cidadãos e o ajuste fiscal, que teve continuidade em seu segundo governo.

Ainda segundo Bresser, embora a reforma gerencial tenha atingido algumas metas – como com a EC nº19/98, por meio do princípio da eficiência na gestão pública; a aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000), buscando o equilíbrio fiscal e a coalizão em torno do PPA – Planejamento Plurianual - e da ideia de planejamento, por meio da adoção de indicadores, ela não foi implementada em sua plenitude no Brasil. Ao avançar nas abordagens administrativas acima citadas, Dias e Cario (2014; p.103), propõem:

[...] uma reunificação entre política e administração no campo da Administração Pública, neste texto se entende que Governança Pública preconiza a participação dos atores das diversas esferas sociais que essa participação deve acontecer em dois momentos do processo de policy marking, ou seja, na formulação e na implementação da política pública.

Segundo Dias, o movimento de Governança Pública se complementa aos movimentos anteriores podendo definir-se como pós-burocrático e pós-gerencialista com características democráticas, para que o processo de cooperação entre Estado, mercado e sociedade civil ocorra por meio do desenvolvimento baseado em critérios de equidade e responsividade que vão além da economia. Ou seja, “Governança Pública em qualquer perspectiva, a administração de um processo dinâmico, pelo qual se busca compreender como os atores controlam as atividades e produzem os resultados que desejam” (DIAS *apud* KOOIMAN, 2003). O cenário educacional

brasileiro tem apontado numa direção de pesquisa, com a aplicação das avaliações externas; como IDEB – Índice da Educação Básica – por exemplo, que desde 2005 avalia a proficiência dos estudantes, também outros segmentos da educação.

No caso educacional aqui delineado, vai além do resultado ranqueado, no entanto o que é preciso se oportunizar de fato e efetivamente é: a equalização das oportunidades educacionais a todos, indistintamente ao estrato social, não compete mais endossar a lógica excludente da educação acerca da permanência do jovem à escola “ o que é determinante vira determinado” Frigotto, (2001). Entendendo que a educação é tida pelo capital humano como fator básico de mobilidade social e aumento da renda individual atrelado ao fator socioeconômico concentrador.

5.1 A avaliação externa como ponto de partida e não apenas ponto de chegada: A educação integral para além do ranque das avaliações externas

Embora a Constituição Brasileira e a LDB/1996, garantam no texto da lei o direito à educação, na prática esse direito ainda é um mito na educação brasileira, os dados já citados comprovam esse argumento. No entanto, para a educação pública de Pernambuco é um início de realidade, os dados do Pacto Pela Educação, censo/Inep (2018), relatório (CEMPEC) também comprovam essa afirmativa, visto que os dados da educação integral apontam um outro caminho: O caminho da aprendizagem dos educandos que se dar por meios das diferentes ações pensadas e planejadas para o efetivo trabalho na educação.

Trazer para as entrelinhas do planejamento estratégico e tático (linguagem gerencial) a reflexão filosófica, epistemológicas e pedagógicas das práticas pedagógica da escola. Esse movimento que vive a escola dando sentido, significados aos dados, é uma inferência que pode justificar os dados abaixo:

Quadro 6-Histórico das médias das EREM por faixa de nota

ANO	2013	2014	2015	2016	2017
FAIXA DE NOTA	EREM	EREM	EREM	EREM	EREM
Escolas acima de 6	0	1	2	8	18
Escolas acima de 5,99 e 5,0	27	37	55	69	115
Escolas entre 4,99 e 4,1	92	126	141	170	142
Escolas entre 4,09 e 3,5	43	43	77	43	21
Escolas abaixo de 3,5	11	10	25	10	4
TOTAL	173	217	300	300	300

IDEPE (2013-2017). Fonte: SEE/SEEP

E quando o recorte chega à escola, esse resultado da maioria delas é acima de 4,1 (quatro), são 274 (duzentas setenta e quatro), 91.6% das erem. As que estão acima de 5.0 (cinco) são 132 (cento e trinta e duas) escolas o que corresponde 44% das erem sendo 17 (dezesete) com notas acima de 6.0 (seis). O crescimento em 2017 foi expressivo, bem maior em relação ao ano anterior. Apresenta uma média bem maior do que a média nacional do IDEB que é 3,9, observe que mais que o dobro de escolas com nota 6.0, eram 8 (oito) em 2016 e passou para 17 (dezesete) em 2017.

As erem abaixo de 3.5 (três e meio) eram 10 (dez) em 2016 e em 2017 são apenas 4 (quatro) escolas mais de cinquenta por cento de crescimento. Um dado importante para destacar é a quantidade de escolas que estavam entre 3,5 (três e meio) e 4.0 (quatro) eram 43 (quarenta e três) em 2016, para 21 (vinte e uma) em 2017, analise a tabela e veja o número de escolas que cresceram sua nota entre os anos de 2016 e 2017.

O EM tem apresentado uma evolução da aprendizagem a partir dos indicadores internos acompanhados pelas escolas estaduais, veja na figura abaixo os processos que o gestor de uma EREM acompanha bimestralmente com sua equipe de gestão e professores. Essa EREM é uma das 18 (dezoito) escolas que têm média acima de (seis) 6.0 nessa etapa de ensino. Na imagem seguir os itens avaliados são os indicadores de processos e de resultados, que têm uma íntima relação com a prática cotidiana da escola. Nesse contexto, os indicadores de processo, seja visto como um avanço pedagógico do monitoramento na educação do estado, pois a mensuração desses processos que até pouco tempo não se quantificavam qualitativamente esses dados.

O olhar era apenas quantitativo e na busca de encontrar culpados. Talvez tenha sido o redirecionamento dado as avaliações externas a partir de 2005/Mec. Ao considerar o pacto pela educação como avanço, é no sentido de trazer para a discussão escolar, bimestralmente essa análise dos conteúdos previstos e conteúdos trabalhados, reunião com os familiares e proporcionar o planejamento coletivo, pois a discussão será necessária na escola. E os indicadores são fundamentais, se forem bem acompanhados para melhorar as práticas e consequentemente os resultados. Além de promover o exercício da corresponsabilidade, pois nesse formato passa ser discutida efetivamente para que cada um, em seus respectivos papéis assumam sua responsabilidade com os processos de aprendizagem

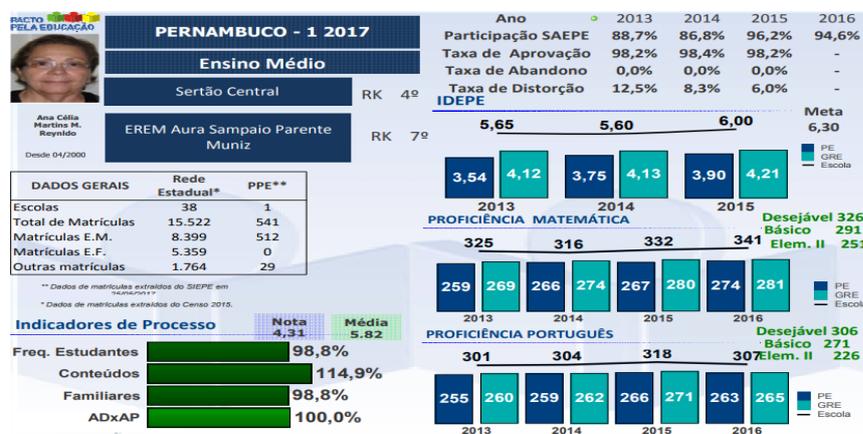
Essas informações estão no diário online o que dinamizam o trabalho burocrático (a eficiência weberiana/gerencial) na instituição, dar celeridade ao retorno das fragilidades da escola que necessitam de uma intervenção imediata pela equipe gestora da escola, a própria regional e ou equipe central, porque se monitoram, se avaliam para dar um retorno aos sujeitos avaliados.

Ainda, apenas voltados para português e matemática, é a lógica da equipe de monitoramento da SEPLAG na educação, muito vinculada aos conceitos das reformas na educação e propostas de avaliações nacional e estadual. E modelo de gestão instituído no estado para as instituições públicas e conseqüentemente na educação, uma secretaria com processos específicos de acompanhamento. Não tão simples de acompanhar.

Porém, a superintendência pedagógica da Secretaria de Educação Profissional (SEEP) e coordenação geral do integral nas GRE (CGIP), fazem um acompanhamento das informações e de resultados de todas as áreas do conhecimento e componentes curriculares com todas as Erem e ETE, por meio de um monitoramento interno do setor através de um portal online, essas escolas têm um acompanhamento mais específico devido a diversidade e peculiaridade do currículo. .

O pacto acompanha todas as 1.050 as escolas da rede. No monitoramento dos dados estão presentes todos os movimentos pedagógicos e de resultados da escola, como está exposto resumidamente os dois movimentos da escola por meios dos indicadores de processo e de resultados (Figura 5):

Figura 5 – Indicadores de Processo e de Resultados



FONTE: Secretaria de Educação de Pernambuco - 2017

Os indicadores de resultado são bem apresentados o que fica claro para a leitura das informações com escola. É uma malha autoexplicativa o que facilita a interpretação dos dados equipe escolar. Hoje é uma prática o monitoramento por escola, e o mais importante é o tratamento das informações explícitas e implícitas aos dados por toda equipe da escola, que deverá ser uma prática constante da escola.

A educação começa a se utilizar com mais propriedade e avaliando criticamente os instrumentos gerenciais de gestão e monitoramento, conceitos advindos da iniciativa privada, testados e usados em instituições públicas. E diferentemente da esfera federal, esses conceitos vêm sendo disseminados para os estados brasileiros nos últimos vinte anos.

Os estados de São Paulo, Minas Gerais, Pernambuco, Rio Grande do Sul, Goiás e Espírito Santo são alguns exemplos que têm adotado a gestão por resultados e contratualização como mecanismos para alavancar o desempenho da administração pública. Também alvo de pesquisa do Cempec (2017)¹⁴ nos anos de 2015 e 2016 faz uma análise crítica sobre política de educação integral nos estados de Goiás, São Paulo, Ceará e Pernambuco. No caso de Pernambuco destaca que embora no conjunto avaliado não se diferencia dos demais estados, porém no que se diz respeito a matrícula e nível socioeconômico em período integral, traz indicações importantes para assegurar o acesso a essa escola de qualidade, e destaca como importante:

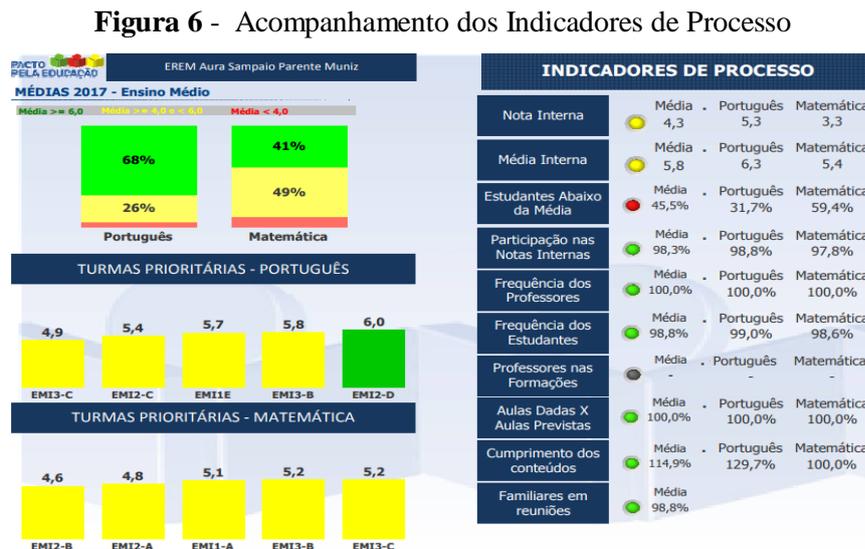
[...] há dois tipos de carga horária: a integral e 45 horas aula semanais, distribuídas em 5 (cinco) dias, e a ser integral com 35 horas semanais, e somente 3 (três) dias de horário integral. Além disso, possui característica, em sua implementação que podem se tiverem continuidade, favorecer um acesso mais equitativo a escolas de maior qualidade. Todos os municípios do estado têm pelo uma escola integral. Embora não tenha sido capaz de impactar suficientemente a composição social no do conjunto de matrícula do estado, a implementação progressiva da matrícula em período integral pode-se supor que, critérios dessa natureza continuarem a ser utilizados, poderão contribuir para maior equidade. Nos demais estados pesquisados, pelo menos a metade dos municípios não tem escola integral, sendo que nestes municípios, a média do rendimento domiciliar per capita dos domicílios por estudantes do Ensino Médio regular público é menor. Em Pernambuco, mesmo os municípios pequenos e de menor renda têm uma escola integral, garantindo que mais alunos de menor nível socioeconômico tenham acesso a ela (CEMPEC, 2017, p. 28).

O importante dessa avaliação nos destaca como qualidade além de possibilitar uma escola integral em cada município é um indicativo de qualidade social porque democratiza-se nessas escolas, e conseqüentemente o conhecimento. Outro ponto foi o destaque às duas cargas horária que compõem o currículo e nossas escolas como uma flexibilidade democrática e garantia a permanência das escolas como saída para superação das desigualdades sociais.

Nesse contexto das reformas, Pernambuco tem se destacado mais na educação, e isso tem despertados a inquietação e a pesquisa para o olhar mais analítico dessa política, assim entender esse crescimento considerando todos aspectos dela. Convém destacar que outras secretarias dos estados participam também do pacto e não se destacam em seus resultados como esta secretaria analisada nessa pesquisa.

¹⁴A pesquisa feita pelo Cenpec e publicada em 2017 fala sobre as políticas de educação integral nos estados de Goiás Ceará Pernambuco e São Paulo que estão publicadas no livro; Políticas para o Ensino Médio Estrutura e Desigualdades escolares e sociais. Realizada entre 2015 2016 sobre o que há em comum entre os quatro estados em relação ao monitoramento Sistema de avaliação a ação docente oferta e ampliação da rede integral desses estados. Bem como se reproduzem na prática o ensino das escolas acerca da qualidade e a implementação dos direitos dos estudantes avalia e resume as intenções políticas desses estados em relação à proposta de educação integral Como ela ser seguido pelo Brasil por ser esse os estados que inicialmente têm proposta nesse formato. Faz uma análise crítica sobre o que há em comum entre as políticas nesses e as diferenças, seus avanços e limitações para o fortalecimento local da política.

Mais um indicativo de que os sujeitos dessa pesquisa, pelo seu perfil e entendimento sobre esses conceitos ora refletidos, imprimem o resultado diferenciado. Acentua o que reflito ao longo desse texto. Esses dados são tratados bimestralmente com toda equipe das escolas, alunos e educadores familiares, uma prática pontuada por todos o que participaram da pesquisa. A Figura 6, a seguir apresenta todos os indicadores de processo que fazem parte bimestralmente desse monitoramento:



Fonte: Secretaria de Educação de Pernambuco - 2017

Muitas são as estratégias de trabalho vivenciadas usando esses dados e formato de reuniões promovidas pela equipe que analisam em cada regional os dados do Pacto com as escolas prioritárias de cada uma delas. São vários esforços feitos conjuntamente, formações das equipes para um efetivo acompanhamento da aprendizagem para esse estado chegar ao ser destaque no estado da federação em educação.

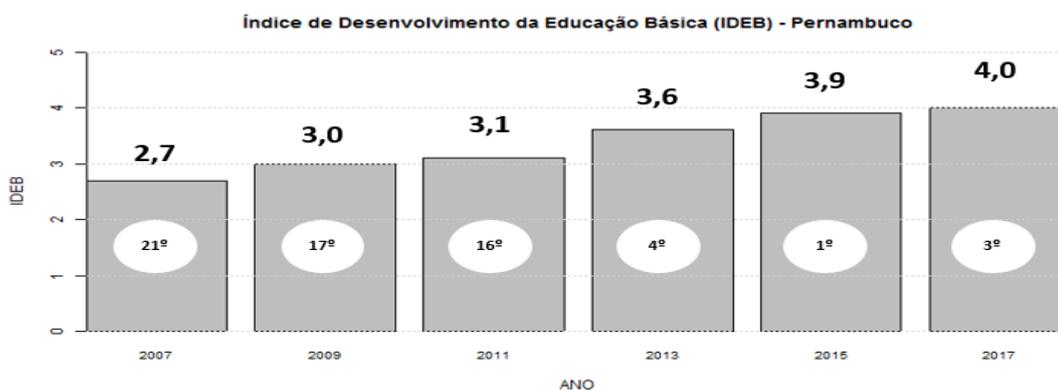
O que se acompanha em cada escola está sustentado pelos estudos promovidos pela SEE e GRE, nas formações na escola que são orientadas pelas equipes do integral apoiado na Pedagogia da Presença, e demais premissas, cujo entendimento do integral esteja pautado para além do tempo. Cientes de que o professor precisa ficar na escola, são orientados a entrar e só sair com o estudante, uma das premissas dessas escolas. Esse tempo se qualifica, acontece a formação em serviço com a equipe, porque eles têm o tempo para esse estudo, além das demais formações ofertadas pelo estado.

Esse é parte do formato da vivência dessas escolas. Por tudo isso, é que o resultado expresso não pode se restringir apenas à política de monitoramento gerencial, mas se deve considerar um conjunto de ações que vêm sendo implementadas desde o ano de 2008, tais como:

O Programa Ganha o Mundo¹⁵, (PGM) entre outras. A educação integral enquanto política educacional do estado no Ensino Médio, que tem despertado nos educandos o interesse por estudarem e projetarem seus sonhos e futuro por meio da educação. implantação das escolas integrais e suas filosofias

E essas medidas têm trazido uma evolução na educação, na melhoria da aprendizagem e do fluxo educacional, vê figura acima o que se acompanha cotidianamente no interior dessas escolas, é uma organização dos dados pelo modelo gerencial, mas acrescido de uma reflexão filosófica, pedagógica e humana do trabalho, que tem levado o estado ao primeiro lugar em educação no País a média do IDEB do estado é 4,0, e mais importante é que tem consistência o crescimento, é o único estado da federação que cresceu em todas as aferições. Observa-se a evolução da educação de Pernambuco.

Gráfico – 6 Crescimento do IDEB de Pernambuco: 2007 - 2017



Fonte: Inep/ Todos Pela educação-2018

Há uma linha gradativa de crescimento no índice de desenvolvimento da aprendizagem- IDEB, e em uma década da política. o que contraria a convecção do discurso acadêmico de que o retorno como resultado em educação é demorado. Os dados mostram outra perspectiva, de que o retorno é possível. Mesmo não sendo uma nota que nos orgulhe, é pertinente comemorar

¹⁵ Ganhe o Mundo foi criado em 2011, na gestão do Governador do Estado Eduardo Campos e instituído como política pública do Governo de Pernambuco, através da LEI N°14.512 de 7 de dezembro de 2011. O Programa, supervisionado e custeado pelo Governo do Estado, através da Secretaria de Educação de Pernambuco, visa ofertar a 25 mil alunos do ensino médio da Rede Pública do Estado de Pernambuco, de forma gratuita, um ano de curso intensivo de língua inglesa ou espanhola, no contra turno da escola, somando ao todo 324 horas/aula. Além disso, é ofertado aos 1000 melhores alunos participantes do curso de línguas uma oportunidade de intercâmbio internacional em escolas públicas ou privadas dos países parceiros que tenham como língua pátria o inglês ou o espanhol. Este intercâmbio, com duração de um semestre letivo, é executado por empresas especializadas contratadas através de processo licitatório, com o objetivo de possibilitar o aprendizado de língua estrangeira para o desenvolvimento de habilidades e competências dos estudantes da Rede Estadual de Educação, tornando-os indivíduos com potencial competitivo para o mercado de trabalho e fomentar a integração família-escola-comunidade.

esse primeiro lugar, uma vez que o foco é o processo, pois é a consistência de crescimento que o gráfico acima apresenta, que se deve analisar.

Pensar, por exemplo, que algumas ações inovadoras estão em implementação para que se justifiquem esse percurso no crescimento. Porque, ao sair do vigésimo sexto lugar para primeiro no país, no mínimo algo diferenciado de positivo está acontecendo. Por isso, o cuidado necessário é preciso ao verificar, analisar e teorizar o que está acontecendo no âmbito da educação.

5.2 Gestão Por Resultado X Avaliação Da Aprendizagem, Dois Mundos e Uma Proposta: A educação integral do educando

A evolução da educação está relacionada de alguma forma com a adoção da política de Gestão por Resultados desde 2007, que surgiu com a implantação das 20 (vinte) escolas integrais ainda como Centros nos anos de 2004 a 2007, cuja filosofia era assentada no viés conceitual de educação pública-privada. Com a mudança de governos, essa concepção educacional foi redirecionada e respaldada numa visão de uma política pública, já em 2008. Subsidiada por uma filosofia de política pública estadual, teve alguns redirecionamentos acerca da sua continuidade com viés público e estadual, mas no que concerne ao modelo de gestão são mudadas algumas composições no formato e estrutura, mas em relação à política gerencial veio fortalecer com a implantação do Pacto Pela Vida.

Em 2011, o modelo de Gestão por Resultado foi aperfeiçoado e expandido a outras secretarias. Surgiu então o Pacto Pela Educação-PPE, que foi oficializado em 2013, pelo Decreto nº 39.336, pelo estado de Pernambuco, que normatizou as diretrizes de gestão por resultado reguladora dos Pactos.

O Decreto nº 32.200 institui o Bônus de Desempenho Da Educação - BDE¹⁶ a partir do atingimento das metas pactuadas pelas escolas, que recebem um décimo quarto salário com intuito de valorizar professores e funcionários das escolas que cumprem as metas estabelecidas

¹⁶O BDE existe desde 2008, pela lei de nº 13.486, para premiar os profissionais das escolas que cumprissem parcial ou integralmente as metas para o Idepe. A partir de 2009, o BDE passou a incluir também as GREs. O cálculo do BDE corresponde ao percentual de atingimento de metas acordadas em Termo de Compromisso assinado por cada unidade de ensino e o secretário de Educação do Estado e a equipe gestora. Para aprofundar o conhecimento sobre o os detalhes do BDE por Regional segue site para pesquisa dos resultados de todas escolas da rede: www.educacao.pe.gov.br/portal/?pag=1&cat=18&art=3203

para o biênio avaliado, por meio das avaliações externas aplicadas anualmente pelo SAEPE, em todas as escolas públicas do estado, em seus anos finais.

O termo do decreto traz um conjunto de conceitos e ferramentas de gestão adotada para obtenção de Valor Público definido nos instrumentos de planejamento e pactuação governamental. Oficializa-se, portanto, a Administração Pública Gerencial na educação do estado. Retomar sempre ao modelo de planejamento proposto à educação

Talvez essas medidas não tenham sido a principal causa de mudança da leve melhoria nos resultados da educação de Pernambuco, mas, certamente, têm contribuído com as instituições educacionais, fortalecendo a cultura de monitoramento das informações e análises de dados para tratamento da informação, acrescidas do conhecimento filosófico e pedagógico inerente à formação dos educadores e suas equipes, que têm tido uma formação diferenciada ao longo da implantação dessa política.

6. METODOLOGIA

A metodologia de pesquisa está subsidiada pela bibliografia citada ao longo do texto, com o viés de análise mais qualitativa do que quantitativa com base na análise de conteúdos sugeridos e usados nesse projeto como embasamento teórico acerca do tema: A Avaliação dos Resultados da Política Pública da Educação Integral para o Ensino Médio de Pernambuco, dada a abrangência de concepções teóricas de abordagem nessa área.

Ao articular autores e temas diversos para delimitar metodologicamente o caminho do pensamento e a prática da realidade a ser pesquisada, articula-se com ela (a prática observada) o conteúdo, os instrumentos e técnicas com o pensamento, como explica Minayo (2002) “[...] a teoria e a metodologia caminham juntas, intrincavelmente inseparáveis. Enquanto conjunto de técnicas, a metodologia deve dispor de um instrumental claro, coerente, elaborado capaz de encaminhar os impasses teóricos para desafio da prática” (MINAYO; p.12, 2002).

Segundo Minayo (2002), a primeira etapa de um projeto denomina-se de fase exploratória de pesquisa, período da inquietação e das perguntas em torno do objeto de pesquisa, esse é o momento que contextualiza essa fase desse projeto, que apresentam dados que por si já impõem algumas reflexões e ponderações acerca do problema levantado, nessa fase as análises dos dados do SIEPE já nos proporcionam uma análise sobre as Erem para problematizar e seguir para a pesquisa por meio de entrevistas online e presencial direcionada.

Minayo destaca essa fase do diagnóstico como uma etapa importante da pesquisa para identificar e definir o problema, seguido da ação (planejamento), a definição de pressupostos e teorias pertinentes. Algumas dessas características já compõem essa pesquisa, também em relação às metodologias adequadas para levar e vivenciar em campo a pesquisa.

Também busquei utilizar um viés teórico, segundo os autores citados ao longo desse texto, que subsidiam os fundamentos da metodologia e gestão em avaliação, principal instrumento de coleta de dados dessa pesquisa, pois, oficialmente, o estado tem o monitoramento da abordagem Pacto, que fornecem informações, como está suscitado na base teórica ao longo do texto a e problematização nesse projeto.

O que não anula nessa pesquisa uma análise com o uso da abordagem quantitativa, o que se traduz em números muito da prática expostas pelos entrevistados, consolidada nas respostas desse trabalho e nas concepções vivenciadas no contexto da política educacional, o objeto central dessa pesquisa. Também uso nessa análise, um viés da análise de conteúdo no que diz especificamente na análise documental, cuja finalidade é a de esclarecer a

especificidade da informação a partir da coleta de dados, organizando as categorias das perguntas e os temas abordados nos questionários aplicados.

A partir das informações originais consolidadas em fichas e em um documento mais específico. No caso, tenho a informação consolidada por escola (ficha-01), consolidada por GRE (ficha-02), e o consolidado das respostas de todas as GRE (ficha-03), entrando nessa fase secundária condensando a ideia e os resumos das informações.

Diante dos dados da pesquisa, o passo seguinte foi a indexação e classificação por informações nos documentos escolhidos, as respostas organizadas por categorias de informação, que no caso dessa pesquisa trataremos o resumo das informações por Gre- a ficha 04- por exemplo: onde estão organizados as respostas por categorias de conteúdo, para uma análise mais acurada das informações e pensamentos dos quatro sujeitos da pesquisa acerca do nosso objeto de análise: a política de educação integral de Pernambuco. Para Minayo “[...] O conjunto de dados quantitativos e qualitativos, porém, não se opõem. Ao contrário, se complementam, pois, a realidade abrangida por eles interage dinamicamente, excluindo qualquer dicotomia” (MINAYO; p.22, 2002).

O que a autora recomenda é a nossa atenção para os aportes teóricos de correntes de pensamentos que se opõem como o Positivismo e a Sociologia Compreensiva e a abordagem Dialética, a qual pensa a relação da quantidade como uma das qualidades dos fatos e fenômenos. Considerando as correntes de pensamento seguiremos no próximo capítulo a análise acerca das respostas dos nossos respondentes sobre o objeto de pesquisa.

6.1 Tipo e natureza da pesquisa

Considerando que a pesquisa científica aplicada requer um diálogo teórico com seus diversos conceitos, e essa tem como premissa definir o significado da pesquisa como o processo de reunir ou investigar informações, de compreendê-la como uma etapa de construção, que tem como meta principal: gerar novos conhecimentos, corroborar ou refutar um conhecimento existente no contexto histórico das relações entre conhecimento e sociedade.

Outras metodologias também foram utilizadas acerca do conteúdo por meio da indexação das informações acerca de temas e dados da exploração do material da pesquisa para que o tratamento dos resultados obtidos seja interpretado coerentemente, e possam também ser confrontados e entendido claramente por todos, como explica Minayo (2002) “[...] o conceito deve ser de tal forma claro, específico e abrangente que permita sua compreensão pelos os interlocutores participantes da mesma área de interesse” (MINAYO; p.20, 2002). O conceito

aqui discutido é a educação integral, o conteúdo e os dados a educação integral ora apresentados como objeto de estudo e de reflexão, possam responder às inquietações levantadas como um problema investigativo, sobre conceito Richardson (2013) acrescenta:

Luna (2007), qualquer que seja a pesquisa tem que ter uma finalidade, ou seja, ela(a pesquisa) destina-se a resolver um problema social ou teórico que necessita ser trabalhado cientificamente, influenciado, é claro, pela visão de mundo e pelos os compromissos sociais do pesquisador, como ser histórico (RICHARDSON, 2013, p 09).

Segundo Richardson, a pesquisa é sobretudo a capacidade de fazer escolhas e a habilidade de transformar ideias em problemas de investigação, acoplar temas investigativos com problemas reais e concretos, e, principalmente, pesquisar é transformar dúvidas em possibilidades de respostas.

Por isso, o tema proposto nessa dissertação por se tratar do universo educacional, requer uma abordagem metodológica que inclui simultaneamente a teoria da abordagem da pesquisa quantitativa e também a abordagem qualitativa utilizando uma análise conteúdo por meio da utilização de dados das instituições pesquisadas e o levantamento no sistema do SIEPE, dados do Pacto pela Educação, Censo INEP, e outros.

Inicialmente foi estratégico fazer análise bibliográfica, e tomar como base de interpretação dos dados, subsidiar-se na análise de conteúdo para compreender as informações que respondam os questionamentos dessa pesquisa. Não se trata aqui de atravessar significantes para atingir significados, olhar os dados pelos dados, mas atingir através de significantes ou de significados, enxergar novos horizontes educacionais, portanto, ao olhar nas entrelinhas das informações visualizar outros significados de natureza psicológica, pedagógica, sociológica, política e histórica etc. A análise de conteúdo reúne muitas variáveis e indicadores de interpretações distintos, seja linguísticos documentais semânticos, etc. Como conceitua Bardin (1977):

o que designa sob o termo de análise de conteúdo: Um conjunto de técnicas de análises das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimento relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 1977; p.42).

Para atender ao conceito da análise do conteúdo ao me debruçar ao dados da pesquisa tanto online com a pesquisa semiestruturada aplicada por meio de questionário as diversas técnicas, a comunicação ao conversar informalmente com os sujeitos da pesquisa, antes da aplicação dos questionários, utilizando tantos os indicadores como dados documentais da secretaria e da escola, e também fazendo inferências por meio dos dados lidos e explorados e

das informações detectadas na conversa com os presentes na hora da entrevista. Todas essas iniciativas, que

pertencem, pois, ao domínio da análise de conteúdo, ao fazer uso de um conjunto de técnicas parciais mas complementares, que meio delas consistam na explicação e sistematização do conteúdo das mensagens e da expressão deste conteúdo como contributo índices passíveis ou não quantificação, a partir de um conjunto de técnicas, que embora parciais, são complementares (BRADIN, 1977, p.45).

O conteúdo pode resumir-se de diferentes maneiras, no caso da educação os dados expostos, as intenções explicitadas por meio deles e das respostas dos questionários obtidas pelos os sujeitos da pesquisa. Que foram interpretados objetivamente e de forma descritiva, usando as variáveis da inferência ou a dedução acerca das informações, considerando suas categorias por meios de algumas metodologias e técnicas passíveis de serem aplicadas. De posse desses dados é de fundamental importância utilizar características, métodos e conteúdo de pesquisa qualitativa que possam nos propiciar o entendimento fundamentado, também na análise de conteúdo e os seus diversos significados.

6.2 Local e sujeitos da pesquisa

A pesquisa foi realizada em 06 (seis) Gerências Regionais do Estado (GRE), em diferentes regiões que têm escolas com médias a partir de seis, na rede estadual são 18 (dezoito) Erem que estão no grupo para serem entrevistadas. Vale salientar que boa parte dessas escolas ficam nas Gre do Sertão do estado, são elas: Sertão do Submédio São Francisco – Floresta tem uma escola que apresenta um resultado de 6,99 na média mensurada na última aferição do IDEPE na cidade de Tacaratu (SAEPE/2017).

No Sertão do Pajeú, a regional de Afogados da Ingazeira, são três escolas de referências pesquisadas localizadas em cidades da região: de Carnaíba, Tabira e Tuparetama, com as respectivas notas alcançadas no idepe na última aferição em 2017 com as seguintes notas: 6.32, 6,93, e 6.90. Essa é uma das regiões que vêm se destacando no desempenho nessas escolas pesquisadas e demais escolas. Essa é uma das regiões que também destaca no ensino fundamental.

O Sertão Central- Salgueiro se destaca também com três Erem, cujas notas são: 6.75, 6.51, e 6.35, também surge o Sertão do Moxotó- Arcoverde com Erem com essa média em duas cidades da região com notas 6.89 e 6.21, uma delas, é uma escola quilombola e fica na zona rural do município de Custódia, porém essas últimas não foram entrevistadas.

É importante destacar que das 18 (dezoito) escolas pesquisadas, 09 (nove) estão na região do Sertão, corresponde a 50% desse grupo de escolas pesquisadas. As demais Erem ficam na GRE da Mata Norte – Nazaré da Mata com 04(quatro) Erem nas cidades da região com notas de 6.34, 6.31, 6.20, 6.15, é uma regional que tem melhorado seu desempenho nas últimas aferições, é um dado importante porque essa GRE não tem tradição de melhores resultados como se destacam sempre as regionais do Sertão. O que é recorrente nas avaliações externas, todas as escolas estão em cidades de regionais do interior

A regional com maior número de escolas analisadas é a GRE de Limoeiro -Vale do Capibaribe- com 05 (cinco) escolas, cujas notas são: 6.94, 6.75, 6.66, 6.19 e 6.12, essa é uma regional que tem se destacado no estado com o melhor desempenho nas últimas as avaliações externas. Sempre ficando entre as primeiras colocadas nos últimos anos das avaliações do estado. Sendo a regional que mais desponta nas primeiras colocações nas avaliações do Saepe desde os últimos cinco anos. Outra regional que disputa essa colocação sempre nas aferições, sempre fica entre as primeiras do ranque, é a GRE do Sertão do Alto, Pajeú tanto na média como na proficiência.

Não há como discutir a educação integral de Pernambuco sem se debruçar sobre esses resultados para relacioná-los com sentimento de quem vive na prática cotidiana essa política, o que percebem e entendem sobre a proposta de educação vigente. Se não dialogar com aqueles que são os beneficiários dessa política: os educandos e educandas e educadores e educadoras familiares, que são os sujeitos da pesquisa. Não menos importantes, pelo contrário, fundamentais também são ouvidos nessa análise como os implementadores da política, que são eles; os educadores e educadoras das escolas de referência, o gestor ou gestora dessas instituições e ou alguém da equipe.

Esta pesquisa, também busca por meio das respostas dadas compreender por que os resultados são mais consistentes nessas regionais do sertão, Mata e Vale do Capibaribe e o que essas escolas fazem para se destacarem como vem acontecendo no estado. Nos remeteu a perguntar no questionário aplicado como elas compreendem a política de educação e se percebem ou sabem qual a diferença dessas para as demais escolas, visto que todas escolas aqui citadas têm notas acima de 6.0 (seis), como foi descrita no texto do capítulo anterior.

O recorte nesse grupo de escola não anula o olhar às demais escolas com notas entre 5.0 e 5.99, o que corresponde um número bem expressivo no âmbito das escolas integrais no ensino médio, e também é uma média muito boa se comparada com o média nacional do EM que é de 3,9. Em 2013, em Pernambuco eram 27(vinte e sete) Erem no universo de 173 escolas avaliadas com o ciclo de três anos concluídos (ver gráfico 6), que atingiram nota 5,0, em 2017 o estado

chega a 300 (trezentas) erem avaliadas, e 115 atingem a média 5.0 (cinco) nessa etapa de ensino, é um número considerável.

Mesmo sabendo que a nota 5.0 (cinco) ainda está abaixo da média mínima que é 6.0 (seis), mas o que permite ponderar é sobre a solidez desse crescimento, se há pertinência e sustentabilidade, pois se fala aqui de uma etapa de ensino que sofre intervenções e mudanças históricas, com um déficit e lacunas de aprendizagens enormes, como foi refletido no capítulo 2 desse trabalho, sobre a reforma do EM. E essa pesquisa aponta para possibilidade de que a educação pública de Pernambuco está trilhando um caminho pertinente para a melhoria da educação, e aponta para um crescimento sustentável, os dados apresentados até então permitem essa inferência.

A pesquisa de campo foi realizada entre os meses de outubro de 2018 a janeiro de 2019, prioritariamente foram escutados 587 educandos; uma média de 6 educadores por escola (foi estipulado no mínimo 3 (três), educador de português, um de matemática e outro de humanas), totalizando 112 (cento e doze) educadores; e 28 (vinte e oito) gestores. Todos responderam a um questionário aberto (ver apêndice)

Também foram postas três questões abertas para todos com as seguintes indagações: 1- Cite duas características positivas da escola; 2- cite duas características da sua escola; e 3- a escola que você estuda/trabalha está entre as EREM com o melhor desempenho no IDEPE do estado. Como você explica esse bom resultado?

O público alvo da pesquisa que foi escolhido para entrevista: educando, o educador, o gestor e o educador familiar, veja o quadro abaixo:

Quadro 7 - Sujeitos pesquisados X quantidades do público alvo da pesquisa de campo

ITENS DA PESQUISA		SUJEITOS DA PESQUISA			
GRE	Nº DE EREM	EDUCANDO (A)	ED. FAMILIAR	EDUCADOR	GESTOR/EQUIPE
LIMOEIRO	5	256	28	28	8
SERT. PAJEÚ	3	102	39	18	8
NAZARÉ	4	84	21	26	5
SALGUEIRO	3	109	48	26	3
FLORESTA	1	27	9	14	1
TOTAL	16	587	145	112	28

Fonte: Elaboração da autora (2018).

Foi solicitado pelos menos um da equipe das cinco pessoas que compõem a gestão, tive 28 (vinte e oito) respondentes, em relação ao educador familiar pelo menos 08 (oito) por escola,

desse grupo foram entrevistados 145 (cento e quarenta e cinco) educador familiar, um número expressivo de pais e ou responsáveis participaram da pesquisa. Posteriormente, utilizado como instrumento de operacionalização da pesquisa no formato presencial, um questionário (ver apêndice) para o gestor escolar, um percentual dos educandos dos terceiros anos, alguns educadores, e, também um percentual dos educadores familiares em cada escola analisada.

6.3 Instrumentos de obtenção de dados

A coleta de dados e informações foi feita, a princípio, por meio de um levantamento em documentos institucionais oficiais para análise e comparações acerca do objeto de estudo. Como a pesquisa qualitativa não se baseia no critério numérico para garantir sua representatividade. Segundo Minayo (2002), os dados são importantes, porque traduzem objetivamente uma realidade, que poderão ser lidos subjetivamente, ou melhor, qualitativamente, o que mostram essas informações.

6.3.1 Características do questionário aplicado

O questionário aplicado às escolas das 05 (cinco) regionais como objeto dessa pesquisa, as 16 (dezesesseis) continha contendo 15 (quinze) questões objetivas com cinco alternativas. Um universo de 18 (dezoito) no total, que responderam ao um questionário marcando uma das cinco opções: A- discordo totalmente; B- discordo muito; C- discordo pouco; D- concordo pouco; E- concordo muito; F- concordo totalmente. Os questionários do educando, educador, educador familiar e o do gestor, continham as mesmas questões porque o objetivo da pesquisa era o de analisar e comparar o conteúdo das respostas dos demais sujeitos da pesquisa e padronizar as questões para que análise das respostas pudessem aferir o entendimento e compreensão de todos sobre a política de educação aqui pesquisada.

Apenas o questionário do gestor foi solicitado os números e dados de aprovação em vestibulares e jovens que se passaram e estudaram em universidades públicas. Porém, foi um dos dados não coletado com muita clareza, muitas escolas não preencheram esse item, o que fragilizou o retorno e análise dos dados dessa questão.

No final do questionário tinha três questões abertas indagando sobre o que acontece nessas escolas de diferente, trazer os pontos positivos e negativos, filosofias e metodológicas para explicitarem o que acham do trabalho pedagógico das escolas destinados aos educandos.

Para os demais respondentes, educadores, educador familiar e gestor e equipe, gestora o questionário aplicado continha 12 questões; que abordavam as mesmas temáticas, visto que o objetivo desta pesquisa é verificar os impactos dessa política na comunidade escolar. E mensurar em que grau ela, (a política) contribui para ascensão do jovem na sociedade, e se o ingresso na universidade tem ampliado após a implantação dessas escolas. Foram algumas das indagações feitas. E o percentual das respostas dadas no capítulo anterior anunciam que a inserção do jovem à universidade e em relação a mudança de vida dele a escola tem tido uma forte participação.

6.3.1.1 Questionário *on line*

O questionário online foi o primeiro instrumento de pesquisa utilizado, por ser importante para coleta de algumas informações pontuais específicas, embora haja o risco de não obtenção do número de respostas plausíveis, mas é uma técnica atual e pertinente para ser usada nesse tipo de pesquisa. Outra técnica de coleta é a entrevista e a observação participante. Para Minayo (2002), ambas são pertinentes sua utilização em abordagem qualitativa de pesquisa.

A utilização do método de pesquisa online possibilitou a aplicação de questionários por meio de formulários no google docs, que foi destinado às 300 (trezentas) escolas integrais do estado, tendo um retorno de apenas 38 escolas responderam, o que corresponde a 12% (doze) das escolas. Responderam algumas questões acerca da importância da educação integral na vida do jovem e a importância para a comunidade. Mas como não tendo um retorno seguro em percentual, devido um número insuficiente de escolas que respondeu, esses dados online não deram respaldo a pesquisa.

Considerando que o retorno do conteúdo online para análise não me deu segurança para pesquisa, redirecionei meu escopo de análise de dados do projeto para pesquisa semiestruturada por meio de elaboração de questionários previamente elaborados. Nesse início dos aspectos operacionais da pesquisa, organizou-se o planejamento com a seleção e a sistematização das ideias em que ocorreu a escolha do material, dos documentos e dados a ser analisados.

6.3.1.2 Questionário aberto

O questionário contempla perguntas que buscam informações sobre o que os educandos, educador familiar (pai, avó tia, ou responsável), educadores e gestão e/ou equipe gestora, que foram indagados sobre o que acham da educação do integral em sua realidade; foi uma

entrevista com questões pontuais sobre inovação curricular, prática pedagógica, mudança na perspectiva de vida dos jovens e na comunidade e oportunidades que a escola propicia em suas vidas.

Esse segundo momento, foi feita uma pesquisa presencial onde os sujeitos pesquisados responderam a um questionário com 13(treze) a 15 (quinze) perguntas que versavam sobre a importância da escola na comunidade, e se a ela mudou a perspectiva de vida do educando, se levou mais jovens a universidade. Segundo Richardson, em qualquer pesquisa acrescentar a criatividade do pesquisador é fundamental.

6.3.2 Características da entrevista

Foram utilizados os dois tipos de entrevistas, a estruturada com perguntas previamente elaboradas e a entrevista aberta ou não estruturada, que aborda livremente o tema proposto, porém, há uma opção pela articulação dos dois formatos, que é denominada de entrevista semiestruturada. E é usando esses dois conceitos que submeto analisar o conteúdo aqui veiculado nessa pesquisa.

Por isso, optou-se de executar a visita in loco para que, por meio de diversos instrumentos investigativos e pontuais, para uma aproximação com mais clareza do objeto de pesquisa. Como no início foram utilizadas fontes secundárias como a coleta dos dados do SIEPE e Censo, segundo definição de Minayo (2002), para uma criteriosa análise reflexiva e priorização do real problema a ser desvendado ou resposta da inquietação aqui suscitada, precisa-se utilizar as diferentes formas de dialogar com essa pesquisa.

Portanto, busquei adequar as técnicas definidas apropriá-las ao tipo de trabalho aqui proposto. Outra técnica para esse tipo de pesquisa é a observação participante, Minayo (2002), que se dá pelo contato direto do pesquisador com o fenômeno pesquisado e, nesse bojo, os diferentes atores serão observados em seus contextos (gestores, professores, estudantes, pais). É claro que a empatia e a observação do investigador por parte do grupo são fatores metodológicos importantes.

Portanto, a análise e interpretação dos dados à luz das teorias de pesquisa qualitativa que subsidiam a inovação das práticas investigativas e da avaliação como instrumento emancipatório e democrático, que garanta a aquisição da teoria e prática diante do objeto e do fenômeno pesquisado, embasam esse essa dissertação, para que possa descrever com clareza como os dados estão organizados e efetuar a sistematização devidamente analisada.

Fase importante, mas também preocupante, visto que a familiaridade do pesquisador, que é o meu caso, com o tema poderá gerar uma ilusão de que os resultados são óbvios e, portanto, levar a uma simplificação dos dados gerando conclusões superficiais e equivocadas. Sobre a finalidade da análise da pesquisa, o argumento de Minayo (2002) e aponta uma reflexão:

Estabelecer uma compreensão dos dados coletados, confirmar ou não os pressupostos da pesquisa e/ou responder às questões formuladas, e ampliar o conhecimento sobre o assunto pesquisado, articulando-o ao contexto cultural da qual faz parte. Essas finalidades são complementares, em termos da pesquisa social (MINAYO; p. 69, 2002).

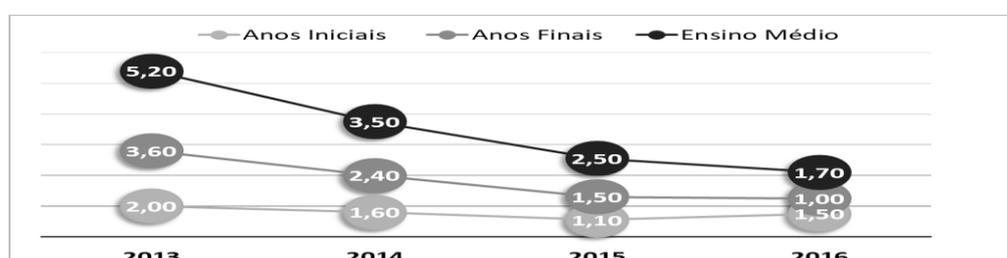
Toda essa literatura revisitada da base teórica é utilizada nessa fase do trabalho definindo as categorias da pesquisa, bem como classificando os dados encontrados no trabalho de campo. O universo a ser pesquisado e, portanto, foi um pré-requisito buscar dialogar com algumas das escolas do ensino médio selecionadas de diferentes regionais, as que apresentam melhores desempenho, para entender como se implementa a política educacional, estendendo e desvelando em suas práticas, por meio de uma reflexão-ação das práxis Richardson (2013), e assim, buscar visualizar o que mais influencia o resultado educacional, e também, o que muda. (impacta) na vida dos jovens oriundos das escolas de referência.

7 AVALIANDO OS IMPACTOS, INOVAÇÕES E EQUALIZAÇÃO SOCIAL NA VIDA DO JOVEM PERNAMBUCANO EM UMA DÉCADA DA POLÍTICA PÚBLICA DE EDUCAÇÃO INTEGRAL

A proposta desse estudo, perpassa especialmente nas escolas de Referência no Ensino Médio (EREM), por apresentar um crescimento no resultado que vem se materializando na rede, e com o intuito de verificar a influência da Política de Educação de Pernambuco delineada nessa última década, se essa medida educacional tem validado o conceito de conhecimento veiculado nessas instituições numa compreensão para além do resultado. Para tanto, a base para essa pesquisa terá como subsídio as práticas, vivências e dados da instituição de trabalho, que no caso aqui exposto, é a Secretaria de Educação do Estado (SEE) e consequentemente as escolas de referências (EREM) e Gerências Regionais de Educação (GRE). Nesse contexto, faz-se necessário buscar entender como as reformas administrativas se efetivam no cotidiano da educação na última década, bem como quais os conceitos e princípios são vivenciados.

A análise dos dados e conteúdos apresentados ao longo desse texto tem fomentado uma nova expectativa com a evolução da aprendizagem do jovem, desafio posto desde a sua implantação no ano de 2008, visto ser essa – o baixo nível de aprendizagem - a maior fragilidade dessa etapa de ensino. Pautando-se nessa afirmativa, uma abordagem importante a ser feita é a taxa de abandono escolar da rede, ela teve um crescimento pontual e reflete a expectativa criada pelo jovem em relação escola. A estagnação desse dado na educação vislumbra a garantia da permanência, significa que o jovem da educação integral está ficando na escola e dando continuidade aos estudos. O EM teve uma diminuição rápida nesse índice, e se mantido sempre decrescente 5.20 p.p. em 2013 para 1.70 p.p. em 2016. As escolas de referências têm papel fundamental nesse dado. Observa-se no Gráfico 7 uma série histórica com essas informações:

Gráfico 7 – Série histórica do abandono escolar da Educação Básica 2013-2016



Fonte: INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais

Esse é um dado: taxa de abandono escolar, que expressa mais significado do que a própria nota do IDEB ou IDEPE, no que se refere a política educacional, porque esse tem sido historicamente o maior causador da seletividade impedindo os jovens de concluírem o EM e

ingressarem com sucesso na universidade. Embora saibamos que a evasão e a reprovação são também reproduzidas pela concepção elitista de educação, mas recai sobre o estudante muitas vezes o fracasso escolar. Como já explicado anteriormente sobre o conceito da teoria do capital humano com a visão do ponto de vista do desenvolvimento econômico como da renda individual, e reforça toda a perspectiva meritocrática dentro do processo escolar (Frigotto, 2001). O ideário no mundo da produção endossa que todos os homens são livres, inculca no imaginário da comunidade escolar que para ascenderem socialmente, depende única e exclusivamente o seu esforço, da sua capacidade e da iniciativa, é uma questão racional dos recursos e da iniciativa administrativa no mundo escolar.

Nessa perspectiva a não aprendizagem, a evasão e a reprovação são problemas individuais dependem da falta de vocação de cada um. Esse discurso e a concepção apreendidos no ambiente escolar, têm provocado há anos a interrupção da continuidade escolar de crianças e jovens e acentuando a seletividade por meio da reprovação na educação. Embora o discurso hoje seja de escola para todos, esse conceito excludente revestiu-se de uma nova roupagem, e surge com mais sutileza - e subjacente a algumas políticas e reformas implantadas- nesse universo educacional, a exemplo a teoria do capital humano. Assim argumenta Frigotto (2001):

Enfim, a ótica positivista que a teoria do capital humano assume no âmbito econômico justifica as desigualdades de classe, por aspectos individuais; no âmbito educacional igualmente mascara a gênese da desigualdade no acesso, no percurso e na qualidade de educação que tem as classes sociais (FRIGOTTO; 2001, p.67).

Não é a pretensão fazer uma discussão aprofundada das abordagens filosóficas ou sociológicas sobre o capitalismo, não é o escopo dessa dissertação, tampouco sobre a concepção do capital humano. Mas uma reflexão desses dois conceitos e como se reproduzem no ambiente escolar. Mas é necessária uma reflexão e mais atenção aos discursos reproduzidos sob a ótica positivista, acerca dos resultados e notas dos educandos, para não cair no engodo do mecanismo de seletividade sutilmente utilizado na escola pela reprovação, como também cultivar uma aprovação sem a devida construção da aprendizagem.

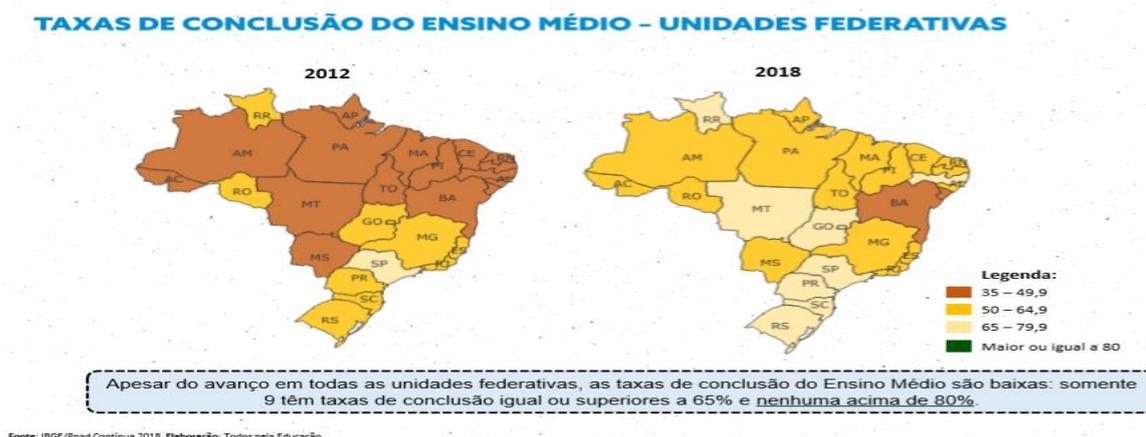
Ambas as visões são igualmente excludentes. É muito forte a presença no universo popular em atribuir a escola como a redentora, especialmente o ensino médio, sem negar a sua essencialidade na formação da juventude. No entanto há uma preocupação com discurso do contexto escolar, para não mascarar a gênese da desigualdade com o discurso da qualidade. Especialmente na questão do desempenho voltada para a lógica das avaliações externas, descolada muitas vezes do currículo. Em muitos casos o que é vivido como currículo é o elenco de descritores avaliados nas aferições. Cempec (2010). Por esta razão, cuidar da aprendizagem é papel da escola, e conseqüente da avaliação e da aprovação com a qualidade social que o

projeto de educação requer. Nessa abordagem olhar reflexivamente para os dados adiante – figura 7, apresenta em percentual o resultado de aprovação dos estados da federação, traduz um pouco do eles têm vivenciado por meio dos seus sistemas de ensino fundamenta essa pesquisa.

A aprovação que cresceu no Brasil considerando o período de aferição da pesquisa que aconteceu nos anos 2012 a 2018/INEP. No entanto, ela continua sendo um grande desafio para o país, porque ainda, 41,5% dos jovens não concluem o Ensino Médio até os 19 ano, segundo pesquisa do Inep (INEP/2018). Quase metade dos estudantes nessa idade ainda estão no Ensino Fundamental. Mas, olhando para as colocações dos estados, Pernambuco nem apareceu em 2012, ou melhor, estava nas últimas colocações. E, em 2018 está entre os estados que mais cresceram, sendo o único do estado da Região Nordeste.

É importante cruzar esse dado com os da figura anterior sobre o abandono escolar. Se os jovens pernambucanos não têm desistido do EM a figura sobre de aprovação do país nessa etapa de ensino, endossa os dados do gráfico -7, sobre o abandono. O importante nessa discussão é que se analisem os dados na perspectiva de que o estado tem uma proposta de educação integral em curso, com vieses pertinentes de uma política que está no percurso de uma aprendizagem que possa ter um crescimento contínuo para uma equalização social. Pois ela aponta caminhos nesse sentido. A Figura 7, traz um dado importante sobre as taxas de exclusão históricas nos sistemas de ensino, a aprovação:

Figura 7 - Taxa de Conclusão do Ensino Médio no País



FONTE: INEP/Todos Pela Educação-2018

Todas essas informações que permeiam os gráficos e tabelas, têm a pretensão de propor um diálogo das fundamentado e refletido na realidade encontrada no âmbito da escola. É necessário atentar e ter clareza de que nenhuma reforma proposta está descolada das intenções seletivas do grupo de coalizão do poder vigente. O subsídio a esse projeto são as abordagens teóricas atuais, que fomentam a importância das políticas públicas da educação com uma atenção especial à gestão escolar e como elas podem contribuir com disseminação da política

para elucidar e justificar a evolução desses resultados da educação do Estado. Nesse contexto, é pertinente entender o dimensionamento não apenas das políticas, mas essencialmente as filosofias que sustentam as práticas dessas escolas, outro ponto fundamental é a seleção dos teóricos com viés nos conceitos e fundamentos administrativos aqui citados, como Guerreiros Ramos (1983), Bresser Pereira (2009), Capobianco (2010), Secchi (2009), Fonseca (2009), Frigotto (2001), subsidiando essas análises e trazendo alguns conceitos acerca do gerencialismo em oposição à burocracia, que é analisado nesse estudo, por fazer parte da política governamental do estado de Pernambuco, especialmente da política educacional.

É prudente, nessa perspectiva revisitar as práticas e vivências pedagógicas das escolas pesquisadas com um viés teórico para além do olhar administrativo, visto que o Pacto Pela Educação tem como premissa a gestão por resultados, e, principalmente a base teórica dessa pesquisa usada ao longo desse texto como subsídio para reflexão dos dados encontrados, são principalmente os referenciais da pedagogia crítica, para poder analisar criticamente as metodologias veiculadas nas instituições delimitadas para esse campo de pesquisa.

Na busca de compreender o fazer pedagógico que se efetiva como prática nas unidades avaliadas, portanto, foi possível verificar o que foi apreendido por todos os sujeitos no chão da escola que são eles os responsáveis pela implantação da política. Também tomar conhecimento da apreensão de cada um e cada uma do papel que tem a escola naquela comunidade escolar, o sentimento de todos pela atuação da escola e as possibilidades sugeridas. Também visualizar a influência da política educacional disseminada na rede estadual, especificamente nas escolas integrais do EM naquelas comunidades escolares pesquisadas.

Portanto, a promoção de análise crítica dos dados da educação é o esteio desse trabalho, perceber essa evolução da rede é importante no que se refere a proficiência como também as notas das avaliações externas, dos fluxos e dos demais resultados explicitados para confrontá-los teoricamente. E, por meio de diálogos propositivos, buscar elucidar as diferentes concepções sobre os fundamentos da administração pública vivenciada no Estado desde o ano de 2008 a 2018, cumprindo uma década de atuação.

Desse modo, procurar entender se a relação desses fundamentos condiz ou não com o contexto social no seio da sociedade administrativa brasileira, e se há associação com as reformas administrativas implementadas na administração pública nacional nas últimas décadas. Ou seja, se esses conceitos se aplicam de fato à instituição pública educacional da rede educacional do integral.

É bom esclarecer que o propósito dessa pesquisa, não é focar nos conceitos da administração pública, mas encontrar os caminhos e explicações teóricas para verificar se as

inovações e legislações administrativas têm contribuído com a evolução da sociedade, pois elas dialogam por estarem concomitantemente sendo vivenciadas na rede estadual, como foi exaustivamente referenciado nesse texto.

Portanto, considerar esse viés teórico, uma vez que a educação traz resultados de crescimento consistentes, e que precisam ser analisados, e se essa influência ocorre, qual seria a proporção, contudo assegurar aqui que o olhar desse estudo estará voltado para as mudanças promovidas por meio da educação. Também igualmente importante para essa pesquisa, buscar saber o que pensam aqueles que estão na ponta, no chão da escola e na comunidade, e se eles compreendem como ocorre a evolução da instituição em relação à melhoria dos serviços prestados, e à entrega desses pela instituição à comunidade.

No capítulo a seguir iniciará o caminho da pesquisa a delimitação do universo para o estudo nas escolas desvendando, interagindo e trocando ideias com todos os envolvidos na pesquisa acerca da pesquisa proposta: a implementação das escolas integrais como uma política pública estadual promoveu o acesso dos estudantes às universidades públicas, possibilitando ascensão social desses jovens nas diferentes regiões do Estado. Esse é o desafio dessa pesquisa, buscar saber se as erem promoveram essa mudança nas comunidades escolares. Os capítulos a seguir darão subsídio a essa inquietação.

7.1 As Escolas Integrais Nas Diferentes Regiões Do Estado Conduziram O Jovem À Universidade e Possibilitou Sua Ascensão Social

Nessa etapa da pesquisa, há necessidade de efetivamente fazer a revisão de literatura, a princípio contextualizando a política educacional vigente de Pernambuco, sob a égide dos conceitos e filosofias a luz de teóricos com viés educacional, social e administrativo gerencial que possam ajudar a explicar os dados, as práticas vividas na educação integral, e conteúdos explicitados nessa pesquisa.

Alguns autores e estudiosos, na sua especificidade, vêm compor esse estudo com intuito de aprofundar conceitos administrativos testados e praticados na iniciativa privada, possam de alguma forma, estar como modelo a ser experienciado na administração pública, mais precisamente na gestão escolar e prática na gestão da sala de aula, e tenham favorecido de certa maneira o trabalho de gestão nas instituições de ensino das escolas estaduais de Pernambuco.

Alguns deles são aqui apresentados tais como; Krawczyk (2011), Gonçalves(2017), Weber (1973), Ramos (1983), Capobianco (2010), Bresser (2009), Dias (2003), que analisam as reformas administrativas e as políticas públicas, em diferentes contextos, e principalmente,

que eles possam dialogar com alguns outros teóricos que discutem a educação no contexto da sociedade capitalista tais como; Frigotto (2001 e 2017) Libâneo (2012), Gadotti (2014), Freire (1996 e 201), Saviani (2002), Bernado Toro (2014) Dutra (2014), que têm como premissas as concepções progressistas da educação.

Apoiando-se nesses defensores da pedagogia crítico e histórico-crítico, que se subsidiam no pressuposto de que é viável, mesmo numa sociedade capitalista, a possibilidade de uma educação não reprodutora da situação vigente, e sim adequada aos interesses da maioria, daqueles explorados pela classe dominante, e que essa concepção e a dialética são sinônimas Saviani (2002), esse é um recorte desse trabalho. Além desses aportes teóricos busca-se demais subsídios como os documentos institucionais, matriz curricular, SIEPE (2017), dados do censo e do INEP, site institucional SEE e os Parâmetros Curriculares vigentes articulando com a legislação nacional da educação e a legislação estadual das escolas pesquisadas.

Seguindo essa lógica de estudos foi feito um levantamento por regional para identificar as escolas de referências em cada uma delas tendo em vista que os estudos dos resultados institucionalmente são feitos nessa lógica. É importante esse dado para estabelecer uma relação entre o número de escola integrais por regional mais o resultado por Gre há uma relação plausível, ver Figura 8:

Figura 8- Percentual por GRE de escolas de EREM e ETE

GRE	INTEGRAL		SEMI-INTEGRAL		EREM		TÉCNICA		EREM + ETE		REGULAR		Total
	Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%	
AGRESTE CENTRO NORTE - CARUARU	13	21%	12	19%	25	40%	3	5%	28	45%	34	55%	62
AGRESTE MERIDIONAL - GARANHUNS	12	26%	15	32%	27	57%	2	4%	29	62%	18	38%	47
MATA CENTRO - VITÓRIA DE SANTO ANTÃO	10	26%	9	23%	19	49%	5	13%	24	62%	15	38%	39
MATA NORTE - NAZARÉ DA MATA	18	29%	9	14%	27	43%	4	6%	31	49%	32	51%	63
MATA SUL - PALMARES	9	18%	16	31%	25	49%	1	2%	26	51%	25	49%	51
METROPOLITANA NORTE	9	9%	17	18%	26	27%	3	3%	29	31%	66	69%	95
METROPOLITANA SUL	15	16%	19	20%	34	36%	6	6%	40	42%	55	58%	95
RECIFE NORTE	13	17%	10	13%	23	31%	4	5%	27	36%	48	64%	75
RECIFE SUL	10	12%	14	16%	24	28%	3	4%	27	32%	58	68%	85
SERTÃO CENTRAL - SALGUEIRO	5	15%	6	18%	11	32%	1	3%	12	35%	22	65%	34
SERTÃO DO ALTO PAJEÚ - AFOGADOS DA INGAZEIRA	11	26%	11	26%	22	52%	3	7%	25	60%	17	40%	42
SERTÃO DO ARARIPE - ARARIPINA	5	13%	8	21%	13	33%	1	3%	14	36%	25	64%	39
SERTÃO DO MÉDIO SÃO FRANCISCO - PETROLINA	15	19%	3	4%	18	23%		0%	18	23%	62	78%	80
SERTÃO DO MOXOTÓ - ARCOVERDE	8	14%	13	23%	21	38%	3	5%	24	43%	32	57%	56
SUBMÉDIO SÃO FRANCISCO - FLORESTA	7	10%	2	3%	9	13%	1	1%	10	14%	61	86%	71
VALE DO CAPIBARIBE - LIMOEIRO	13	36%	8	22%	21	58%	2	6%	23	64%	13	36%	36
Total Geral	173	36%	172	18%	345	36%	42	4%	387	40%	583	60%	970

Fonte: SEE;SEEP, SIEPE, Censo Elaboração da autora (2018) a partir do Siepe/Censo.

A Figura 8 referenda o que vem sendo discutido ao longo do texto sobre o resultado. As Gerências Regionais com os melhores resultados nos últimos anos na aferição do IDEPE, Vale do Capibaribe-Limoeiro e Sertão do Pajeú-Afogados, têm também o maior número de escolas de referências sob sua jurisdição. É um indicativo de que essas escolas puxem o resultado dessas

regionais para cima, uma vez que elas também têm os melhores resultados no Idepe do estado. Esse é também um indicativo importante a ser considerado nessa análise.

A gerência com o melhor resultado nas últimas aferições das avaliações externas do estado é a regional de Limoeiro- Vale do Capibaribe, que tem mais de 50% (cinquenta) por cento de suas escolas de referência, e se adicionarmos as Escolas Técnicas Estaduais -ETE, que também são integrais, a regional chega a 64% (sessenta e quatro) por cento da rede em tempo integral, consequentemente esses números alavancam os resultados. Gre que sempre se destaca nas primeiras colocações nessas aferições é a do Sertão do Pajeú, também é a segunda maior Gre em número de escolas de referência.

É importante essa reflexão sobre o dado acima exposto, visto que é possível que haja uma ligação com o resultado individual das escolas das referidas regionais nessas aferições, visto que nessas regionais encontram-se o maior número de escolas com notas acima de 6 (seis). Portanto, é um ponto a ser analisado acerca das respostas colhidas na pesquisa dos sujeitos entrevistados: educandos e educadores, educadores familiares e gestores, para que possamos verificar se realmente as escolas integrais têm possibilitado uma formação diferente aos jovens para que eles galguem espaços melhores na sociedade.

Esse é um dos principais vieses dessa pesquisa, identificar os impactos da Política Pública da Educação Integral implantada no Estado de Pernambuco na última década, um dos mais citados no senso comum é o acesso à universidade e o tipo de curso que hoje eles conseguem na universidade que antes não era possível. Nos últimos anos, de 2015 a 2018, esse número tem aumentado tanto na universidade pública como na universidade privada. Vale salientar que entre o percentual das universidades privadas estão os que conseguem bolsas pelo Prouni e Fies. O Gráfico 8 traz a constatação para uma resposta da hipótese dessa pesquisa.

Gráfico 8 - Aprovação no vestibular -EREM: 2011 a 2017



Fonte: SEE/SEEP/Siepe: 2018 Portal avança mais

O gráfico 8, traz um recorte das escolas de referências do estado e seu crescimento cujos números respaldam essa afirmativa do acesso dos jovens oriundos dessas escolas ao vestibular, também à universidade. Esse percentual triplicou entre os anos e 2011 a 2017, conforme os dados do gráfico acima.

E conseqüentemente essa hipótese comprovada resulta em outra constatação de que as inovações no âmbito educacional resultam na melhoria acadêmica dos jovens, portanto é um indicativo de que a equalização e avanços sociais concretos que chegam à população jovem-estudantil nas diferentes regiões do estado a partir da criação das EREM no âmbito da educação pública no estado.

Esse gráfico traz um resumo dos resultados do estado nessas referidas escolas. Compartilha-se o sentimento de que nesses dez anos as Erem têm contribuindo para conduzir o jovem à universidade e ascender socialmente. Muitos deles, ao se formar e voltar para comunidade ou até mesmo ficando em outra cidade devido as oportunidades que surgem. No capítulo seguinte, trataremos do grupo de escolas que serão o público alvo dessa pesquisa e será aprofundado esses questionamentos por meio da pesquisa realizada.

7.2 A Escola É Foco: Um olhar para os avanços e impactos em sua realidade

Nessa etapa, o recorte foi definido para o universo da pesquisa como uma forma de aproximar das respostas, foi selecionado como foco dessa pesquisa as Gerências Regionais de Educação (GRE) com o melhor desempenho de educação no estado. Foi feito um recorte das Erem que mais cresceram e que estão com média do Idepe acima de 6,0 (seis), o universo dessa pesquisa atingiu 6 (seis) regionais e 18 (dezoito) escolas de EM que estão acima de seis.

Dessas Erem, foram pesquisadas as 16 (dezesseis) delas, percentual de 88,8% desse universo responderam aos questionários de pesquisa. São escolas localizadas em diferentes regionais da Mata ao Sertão. A foto abaixo, aparecem todas as erem com médias acima de (seis) 6,0, a menor nota é 6,07, a Erem João XXIII localizada em na cidade Casinhas e pertence a Gre de Limoeiro, ela tem um crescimento sólido, e a clientela é rural, Censo (2017).

A Erem com maior nota é a João Batista da cidade Tacaratu da GRE de Floresta com média 7,99 (setenta e nove). A tabela a seguir traz as escolas de referências, que são objetos estudo dessa pesquisa, organizadas por ordem de colocação de acordo a nota adquirida na última avaliação externa do estado, e não por regional. Está delimitada nessa lógica de rendimento e nota como recorte dessa pesquisa em foco para identificar pela ordem de escola a gerência com maiores notas do Idepe (Quadro 8), mas a análise dos questionários tratada por

temas considerando o nível de entendimento da filosofia trabalhada, da aceitação e críticas feitas pelos sujeitos da pesquisa, educados e educadores, equipe gestora e educadores familiares sobre o papel e função das EREM na referida comunidade acerca das respostas coletadas e consolidadas em planilhas anexadas a esse texto. O Quadro - 8 a seguir apresenta as escolas compõem o universo da pesquisa:

Quadro 8- Relação das escolas com IDEPE acima de 6.0

Nº	Município	GRE	Escola	JORNADA	IDEPE 2017
1	TACARATU	SERT DO SUBMÉDIO S. FRANCISCOFLORESTA	EREM JOAO BATISTA DE VASCONCELOS	INTEGRAL	6,99
2	JOAO ALFREDO	VALE DO CAPIBARIBE – LIMOEIRO	EREM JARINA MAIA	INTEGRAL	6,94
3	TABIRA	SERT DO ALTO PAJEÚ AFOGDA INGAZEIRA	EREM PRO CARLOTA BRECKENFELD	INTEGRAL	6,93
4	TUPARETAMA	SER DO ALTO PAJEÚ – AFOG DA INGAZEIRA	EREM CONEGO OLIMPIO TORRES	INTEGRAL	6,9
5	IBIMIRIM	SER DO MOXOTÓ IPAN – ARCOVERDE	EREM PEDRO BEZERRA DE MELO	INTEGRAL	6,89
6	SALGUEIRO	SERTAO CENTRAL SALGUEIRO	EREM DE SALGUEIRO	INTEGRAL	6,75
7	OROBO	VALE DO CAPIBARIBE – LIMOEIRO	EREM PROFESSORA RITA MARIA DA CONCEICAO	SEMI-INTEGRAL	6,66
8	SAO JOSE DO BELMONTE	SERTÃO CENTRAL – SALGUEIRO	EREM DR WALMY CAMPOS BEZERRA	INTEGRAL	6,51
9	SALGUEIRO	SERTÃO CENTRAL – SALGUEIRO	EREM AURA SAMPAIO PARENTE MUNIZ	INTEGRAL	6,35
10	NAZARE DA MATA	MATA NORTE - NAZARÉ DA MATA	EREM DON VIEIRA	INTEGRAL	6,34
11	CARNAIBA	SER DO A. PAJEÚ AFOG DA INGAZEIRA	EREM JOAQUIM MENDES DA SILVA	INTEGRAL	6,32
12	TRACUNHAEM	MATA NORTE - NAZARÉ DA MATA	EREM DR WALFREDO LUIZ PESSOA DE MELO	INTEGRAL	6,31
13	CUSTODIA	SER DO MOXOTÓ IPANE – ARCOVERDE	EREM QUILOMBOLA VER A. TENORIO DO AMARAL	SEMI-INTEGRAL	6,21
14	TIMBAUBA	MATA NORTE - NAZARÉ DA MATA	EREM DE TIMBAUBA PROF A. J. B. DOS SANTOS	INTEGRAL	6,2
15	PASSIRA	VALE DO C. LIMOEIRO	EREM MANOEL G. SILVA	INTEGRAL	6,19
16	MACAPARANA	MATA NORTE - NAZARÉ DA MATA	EREM PROF BENEDITA DE MORAIS GUERRA	INTEGRAL	6,15
17	OROBO	VALE DO CA LIMOEIRO	EREM ABILIO BARBOSA	INTEGRAL	6,12
18	CASINHAS	VALE DO C. LIMOEIRO	EREM JOAO XXIII	INTEGRAL	6,07

Fonte: SEE; SEEP, SIEPE, Censo Elaboração da autora (2018) a partir do Siepe/Censo

Essas foram as escolas delimitadas para pesquisa de campo, cujo critério é o desempenho escolar e os bons resultados que apresentam. Um destaque feito em relação à elas é que das 18 erem 16 são integrais funcionam na jornada de 40 (quarenta) horas semanais, e 2 (duas) são semi-integral. Esse dado permite-os inferir que as escolas integrais apresentam um melhor resultado, essa é uma constatação veiculada também pelas as notas dos dados do Idepe e IDEB. As 16 (dezesseis) escolas de referências selecionadas para pesquisa estão geograficamente distribuídas em 6 (seis) regionais. Outra característica importante nessa abordagem é a avaliação e reflexão como etapas da pesquisa-ação, pois, pela característica do projeto, essa metodologia talvez seja apropriada, e se faz presente todo o tempo, do diagnóstico a ação, porém não anula a possibilidade do uso de outros métodos e procedimentos técnicos, como por exemplo a análise de conteúdos por se tratar de uma pesquisa com muitos documentos e informações a serem analisadas.

A escola passa nesse contexto, a ser o objeto central de estudo dessa pesquisa por meio de seus sujeitos: educandos, educadores, gestor e equipe e educador familiar. Para tanto, a busca inicialmente foi de pesquisar as 16 (dezesseis) regionais do estado, olhando para o seu desempenho a partir da análise do pacto pela educação e seus respectivos resultados nas avaliações externas estadual. E desconfia-se que esses avanços nas referidas regionais tenham

uma relação com as escolas integrais, pois elas têm uma ampla responsabilidade pelo bom desempenho das referidas regionais, intuído na percepção de que as escolas avaliadas, ou seja, as EREM, puxem o resultado das regionais para cima, visto que são elas que têm os melhores resultados de proficiência e de nota nas avaliações externas.

8. APRESENTAÇÃO E ANÁLISES DOS DADOS PESQUISADOS

Na realização da pesquisa ficou comprovado que o educando e o educador familiar reconhecem a mudança após acesso às escolas de referência, a tabela 3 consolida todas as 16 EREM objeto dessa pesquisa e a tabela B resume o que pensam os educadores familiares. Na primeira coluna estão consolidadas as respostas dos educandos das 05(cinco) Erem de Limoeiro. A segunda coluna são os respondentes das 04(quatro) Erem da GRE de Nazaré, a terceira coluna são os educandos da GRE Salgueiro, 03(três) escolas participando, a quarta coluna estão as respostas dos educandos da regional de Afogados e por último na quinta coluna, a única escola avaliada da GRE de Floresta. E a primeira do ranque das EREM com notas acima de 6.0 (seis) com a média de 6.99 (ver Quadro 8). A mesma lógica ocorre na organização das respostas dos educadores familiares.

Quadro 9- Consolidado das repostas dos educandos: análise das questões 4 e 9

PERGUNTAS/RESPOSTAS	GRE Limoeiro	GRE Nazaré	GRE Salgueiro	GRE Afogados	GRE Floresta
	concordo muito +				
	concordo totalmente				
4-A Erem possibilita maior adesão ao ENEM e ao Ensino superior	86%	81%	81%	96%	96%
9-Cresceu aprovação pra universidade pública depois da EREM	71%	40%	86%	89%	96%

Fonte: Elaboração da autora (2018)

O reconhecimento e validação do trabalho escola dessas escolas estão expressos nas respostas dos dois sujeitos da pesquisa, dos 597 (quinhentos e noventa e sete) educandos uma média de 81% por cento responderam que concordam muito ou concordam totalmente, que a implantação da Erem na comunidade possibilita maior adesão dos jovens ao Enem.

Na questão 9 (nove) eu quero saber para além do Enem. Ela é mais específica porque requer dados de toda escola, foi feita a eles também, para saber o sentimento do senso comum e queria descobrir se o jovem consegue passar no vestibular, e mais ainda, chegar à universidade pública. Essa é a grande luta da maioria da população.

8.1 A Compreensão Dos Usuários Dessa Política: Os Educandos E O Educador Familiar.

E as repostas dos educandos confirmam essa inquietação. A escola de referência aponta um caminhar efetivamente nessa direção. A fala aqui analisada comprovam os dados percorridos no decorrer desse texto sobre a evolução do IDEB e IDEPE. O resultado foi surpreendente, a maioria optou pelas respostas: concordo muito; concordo totalmente. Quando perguntados se a implantação da Erem mudou a vida do jovem, dos 597 (quinhentos e noventa e sete) responderam a esse item, 489 (quatro centos e oitenta e nove), concordam muito ou concordam totalmente, corresponde a 82% por cento percebem que Erem mudou a vida dele e da comunidade. Essa mesma questão perguntada ao educador familiar foi mais positiva ainda, dos 143 (cento e quarenta e três) educadores que responderam ao questionário, 140 (cento e quarenta) concordam muito ou totalmente o que corresponde a 96.9%. entre os gestores responderam todos concordando muito ou totalmente

Nas observações dadas, encontramos variáveis que possam sinalizar a promoção dos impactos e avanços concretos de aprendizagem acadêmica para essa faixa etária, e, conseqüentemente, nas respostas das questões abertas encontramos vestígios e explicações sobre a melhoria da vida dos jovens pernambucanos a partir do acesso à essa escola.

Esse percentual de 40% por cento na segunda coluna foi uma escola da cidade de Timbaúba- GRE de Nazaré, que inclusive é uma erem que aprova muito em diversos vestibulares, mas os alunos nem todos responderam algumas questões do questionário. Embora essa regional tenha quatro escolas com notas acima de 6.0 (seis), a segunda regional com o maior número de escolas pesquisadas, foi a que trouxe para entrevista o menor número de educandos, 84 jovens responderam ao questionário. Nas questões abertas eles enfatizaram o quanto a escola consegue fazer para que os alunos passem em vestibulares em diversos estados. O Quadro 10 apresenta o consolidado das questões 4 e 9 aplicadas nesta pesquisa.

Quadro 10- consolidado das repostas educadores familiares: análise das questões 4 e 9

PERGUNTAS/RESPOSTAS	GRE Limoeiro	GRE Nazaré	GRE Salgueiro	GRE Afogados	GRE Floresta
	concordo muito + concordo totalmente				
4 - A Erem possibilita maior adesão ao ENEM e Ensino superior	89%	95%	81%	97%	100%
9 - Cresceu aprovação na universidade pública depois da erem.	86%	76%	96%	90%	89%

Fonte: Censo Elaboração da autora (2018)

O sentimento de ambos sobre o papel da escola, quem mais pode expressar essa função se não o seu usuário, a comunidade. Com esses dados das respostas fica claro como eles veem

na escola uma possibilidade de mudança na vida dos seus filhos. Para mais de 90% deles a escola possibilita o acesso ao a universidade depois que foi implantada naquele município. É um indicativo de superação que nos remete a discussão já feita anteriormente nesse texto sobre “o discurso dominante – o político, o empresarial e o da mídia- reforça a ideia de que o ensino médio facilita a inserção no mercado do trabalho.” Krawczyk (2011). Também nos remete a pensar sobre a reforma a que o ensino médio, ele precisa de uma nova identidade e de novas competências diante das novas demandas, e o jovem da escola pública necessita se preparar para continuar os seus estudos para ingressarem no ensino superior para enfrentar os desafios da contemporaneidade.

Outra questão que requer melhor apreensão é tentar compreender como se reproduz na prática os fundamentos da administração pública do Estado de Pernambuco no âmbito da gestão escolar e os instrumentos utilizados bem como sua contribuição para melhoria da qualidade social do ensino ofertado nas EREM. E com exposição dos dados acima, infere-se que de alguma forma o monitoramento tem subsidiado as práticas pedagógicas por meio da análise de dados de proficiência e resultados educacionais, refletindo e acerca das inovações da prática, porque os dados acima demonstram, e como também no decorrer de todos os textos uma promoção acadêmica. E que as EREM têm estimulado as mudanças sociais entre os estudantes mais necessitados da rede devido à implementação da política pública.

A questão 10 desse questionário, (ver apêndice), que perguntava se os o acesso a cursos na universidade pública, antes restritos à elite, é uma realidade na comunidade; e o resultado foi o seguinte; 62.8% dos educandos concordam muito ou totalmente, entre os educadores e gestores o percentual 75% e 88%, vale destacar que esses, diferente daqueles, têm algum dado comprobatório interno à escola como as listas dos aprovados a cada no vestibular. Esses dados não foram consolidados nessa pesquisa, porque não são feitos por unidades, só algumas escolas começaram a consolidar a partir de 2017, não há parâmetro para comparar com anos anteriores.

O mesmo aconteceu para o acompanhamento de egresso, também está em construção, se perde um pouco esse dado. Quando foram perguntados sobre se o jovem que se formal, passou no vestibular e vai universidade volta para trabalhar na região; O percentual maior foi do educador familiar com 90.9%. talvez movidos pelo senso comum local, em acompanhar algumas histórias locais. Mas os educadores e gestores que têm os dados locais da escola concordam muito e ou totalmente o percentual ficou entre 80% e 90% por cento, o que nos permite refletir é que há validação e reconhecimento da política da educação integral no âmbito da comunidade está sempre muito consistente. Embora que os números das médias e notas estejam abaixo de seis, o que é timidamente para alguns, os dados mostram um crescimento da

educação em seus resultados explicitados por meio das avaliações externas aplicadas à educação, tanto o SAEB – Sistema de Avaliação da Educação Básica - aplicado bianualmente e por amostragem até o ano de 2016, que avalia o desempenho da educação nacional e que é socializado pelo IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica.

Como também o SAEPE - Sistema de Avaliação da Educação do Estado de Pernambuco - que avalia anualmente o desempenho da educação básica do Estado, o qual é apresentado à população por meio do IDEPE - Índice de Desempenho da Educação Básica do Estado de Pernambuco - e tem verificado uma evolução no Estado, em relação a anos anteriores. São resultados extraídos de avaliações de diferentes instituições, a primeira é federal e segunda é estadual, mas que há uma aderência entre elas, segundo análise do Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (CAEd). Esses dados são o foco da educação de Pernambuco.

8.2 A Compreensão dos Implementadores da Política: Os Educadores, Gestor e Equipe.

As políticas são pensadas de acordo com as decisões de governo, e elas podem ser de governo ou políticas de estado, mas a sua implementação depende principalmente do entendimento de quem as executam na prática. A política de educação integral em Pernambuco, é uma política de estado, atravessou governos, inclusive de oposição na época, pertenciam a partidos diferentes, o Ex governador Jarbas Vasconcelos- PMDB e Ex. governador Eduardo Campos -PSB, o governador recém-eleito, Campos, deu continuidade à política, com seu viés político. Importante atentar para o que pensam e dizem quem está na ponta, no chão da escola sobre esse movimento da educação, como é o caso dos educadores os implementadores diretos dessa política, o Quadro 11 apresenta o resultado das questões 1, 4 e 6.

Quadro 11- Consolidado das respostas dos educadores por GRE: análise das questões 1 - 4 - 6

PERGUNTAS	GRE Limoeiro	GRE Nazaré	GRE Salgueiro	GRE Afogados	GRE Floresta
	concordo muito + concordo totalmente				
1 - Implantação de Erem muda vida de jovens na cidade.	93%	81%	96%	100%	100%
4 - A Erem possibilita maior ade sa o ao Eneme Ensino superior	100%	62%	96%	94%	100%
9- Aumentou aprovação pra Uni. pública depois da EREM..	86%	85%	100%	89%	100%

Fonte: Elaboração da autora (2018).

No quadro anterior, a resposta dos educadores está em consonância com o que acham os educandos e pais sobre a mesma questão. A grande maioria respondeu, concordo muito, e

concordo totalmente, quando perguntados sobre a implantação das EREM nas comunidades e o que possibilitou de mudança na vida do jovem. a expectativa dos educadores é grande em relação a escola, uma média de 90% por cento, acreditam que possibilita o acesso à universidade pública, até porque, eles educadores e gestores das escolas, escrevem seus alunos em todos os vestibulares e acompanham todo o processo até o ingresso desses devidamente matriculados.

A questão é o que traz de diferente essas escolas para que esses jovens cheguem a universidade em cursos que antes não sonham ou nem sabia que existiam, diante da realidade da educação brasileira. O EM como Educação Básica considerando uma etapa obrigatória é muito novo, apesar de estar na LDB desde 1996, apenas em 2013, por meio da lei n. 12.796 que altera o artigo 4º e define a obrigatoriedade do da educação básica e gratuita dos 4(quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, Krawczyk (2011). Por essa constatação legal, em um curto espaço de tempo e considerando que dez anos para colher um resultado plausível acerca de um problema histórico de educação, é necessário criteriosa e investigativo para essa proposta de educação.

Quadro 12- Consolidado das respostas dos educadores: questões: 6-7-8

PERGUNTAS	GRE Limoeiro	GRE Nazaré	GRE Salgueiro	GRE Afogados	GRE Floresta
	concordo muito + concordo totalmente				
6- o jovem chega com dificuldades de conteúdo sai empoderado	64%	62%	96%	94%	100%
7- Mais de 50% do jovem de baixo-estrato social estuda na EREM	79%	81%	96%	56%	100%
8- O nº de entrada do jovem no 1ºano que sai no 3º sem reprovar é...	96.42	50%	73%	94%	100%

Um número expressivo de educadores, responderam essas questões concordando muito e ou totalmente como expõe tabela acima, as Erem do Sertão estão entre 90% e 100% na questão 6 (seis). É fato que os jovens chegam com sérias lacunas de aprendizagem e a escola precisa cuidar desde o início para fortalecer aprendizagem desse jovem. As regionais de Limoeiro e Nazaré os percentuais giram em torno 60% por cento, é um indicativo para um destaque nesse item, porque quando se perguntou anteriormente sobre a mudança na vida do jovem o percentual foi alto.

Ligada a essa vem a questão 8 (oito), também igualmente importante, os alunos entrarem e saírem interromper o ciclo do EM. todos concordam muito ou totalmente acima 90% por cento a média. Quando quero saber se mais de 50% dos educandos atendidos na escola tem um nível socioeconômico baixo, novamente o percentual é muito bom, também não podia ser

diferente essas escolas a maioria são únicas em sua cidade, portanto atendem a toda demanda. Exceto Gre de Afogados que trouxe um dado mais baixo, embora esteja acima de 50% por cento. Mas esse resultado tem uma íntima relação com a proposta pedagógicas dessas escolas, e o cuidado com os processos pedagógicos é o que faz o aluno se manter focado e entusiasmado nas atividades escolares.

É fato que o jovem chega com muitas dificuldades de aprendizagem nos primeiros anos, no entanto, segundo relato, o trabalho pedagógico da escola requer um cuidado estratégico logo no início do ano letivo. É intervir nas dificuldades de aprendizagem do educando, a prática pedagógica da escola é discutida e planejada com todos os segmentos da escola. Desde os primeiros dias de aula, o fortalecendo das premissas do integral, as diferentes metodologias utilizadas para trabalhar o Projeto de Vida, O Protagonismo e as seletivas são estratégias pedagógicas que possibilitam uma reflexão acerca do conteúdo de forma mais dinamizada.

Outro ponto forte das escolas de referências, também no início do ano letivo é o acolhimento, a discussão sobre os princípios premissas da educação integral na perspectiva das atividades do educando e o comprometimento com a aprendizagem. Na escola, são recebidos pelo grupo de protagonismo, as ações pedagógicas da escola, como no caso de uma delas: a acolhida não é feita apenas com os educandos, é principalmente feita com toda a equipe da escola, do porteiro gestor escolar, pois todos são educadores nas suas respectivas funções, também é colhido os educadores familiares.

Sobre a parte do currículo os educandos, na quinta questão (ver tabela abaixo) analisaram positivamente a parte diversificada e enfatizaram essa contribuição nas respostas questões abertas, fazem em uma verdadeira análise - do currículo, da gestão e prática pedagógica - da escola que vivenciam, quando perguntados sobre os pontos positivos da escola, vejam o que dizem os educandos da regional com o maior número de jovens avaliados:

Ajudou-me a ser uma pessoa melhor; desenvolveu meu senso crítico. Auxilia minha formação profissional; Incentiva a vivência de projetos; me ensinou ter foco para conseguir o meu objetivo; Estimula a interação social e a determinação; Cuida do projeto de vida, o trabalho é integrado, incentivo aos estudantes; Aprimorou meus conhecimentos; me prepara para o trabalho em equipe; equipe com mestrado, Me prepara para o futuro; Me tornei uma pessoa melhor; Desenvolveu minha oralidade, Oportunidade de desenvolver o protagonismo, Incentiva buscar meus sonhos; Apoio emocional, grandes exemplos (EDUCANDO/Dez/2018).

Essa foi sistematiza das falas dos educandos da GRE de Limoeiro, mas foi convergente a todas as demais regionais, há uma conexão no que pensam os demais jovens das diferentes regionais, aqui tomadas como objeto de estudo sobre a prática vivenciada por uma escola integral a maioria pontuou que a “escola o ajudou ser uma pessoa melhor” “ter foco, desenvolveu o projeto de vida, desenvolveu o senso crítico” enfim, eles sabem fazer a distinção

do que funciona bem na escola. O importante dessa compreensão dos educandos, porque influenciam seus responsáveis sobre como definem e pensam da escola.

Quando os pais foram perguntados sobre a mesma questão teve interpretação semelhante do currículo vivenciado, sobre o papel da escola na vida de seus filhos, a função dos gestores e educadores da escola, e de forma simples fazem uma análise da metodologia da escola que nenhum pedagogo questionaria, a visão das massas sobre a escola (Freire; 1983), veja a opinião do educador familiar sobre a prática da escola: ...Boa gestão escolar; apoia a família; Comunicação entre professor, comunicação entre gestor e família; projetos e ações interativas; Melhora o desempenho dos alunos; Bom ensino...etc”(Fala dos educador familiar, Dez/2018). Um ponto destacado em todas as falas de todas as GRE foi a Presença Educativa de Professores e Gestão, também a liderança da gestão; e o cuidado e o sonho e protagonismo dos jovens. Seria um outro estudo de pesquisa.

Mas, me serviu para fortalecer o pensamento de que os instrumentos gerenciais usados para gerenciar os processos da escola, na educação integral parece que na prática dessas escolas teve um sentido invertido da lógica do capital, tem facilitado a administração dos processos escolares, como acompanhamento de notas, alunos abaixo da média, aprovação, reprovação, enfim, tudo que conhecemos bem na administração escolar.

Porém, o diferencial está na perspectiva de quem olha, o professor e o gestor e equipe, trazem tudo para a suas rotinas, no entanto com o olhar pedagógico que dar sentido ao motivo daqueles jovens estarem naquela escola e a importância dela (escola) para vida deles. A família percebe isso também, as escolas de referência aqui pesquisadas, atende a toda comunidade escolar, muitas delas é única em sua localidade e recebe toda a demanda local.

Há escolas que seu público, na maioria é rural, a exemplo da Erem João XXII, portanto, dizer que, as escolas de referência apenas atendem a um grupo seletivo de jovens, e por isso tem um resultado diferenciado, ficou no passado nos antigos centros de referências, que inclusive faziam seleção. Desde 2008, essas escolas não atendem a toda demanda na sua localidade.

Penso que está acontecendo no âmbito da educação pública do estado, é uma descoberta do fazimento pedagógico, um cuidado com a educação integral do ser, da pessoa humana; um grande e cuidadoso acompanhamento pedagógico apoiado nos instrumentos de gestão de resultados do acompanhamento da gestão por resultados, como política de estado. Que a gestão de posse desses instrumentos, postos na mão do professor são refletidos pedagogicamente, a luz do currículo diferenciado aqui tão falado pelos nossos parceiros dessa pesquisa.

Esse conjunto de medidas de gestão tem facilitado a pontuar mais rapidamente o problema e as prioridades, porém intervenções pedagógicas com foco nessa formação integral

do educando promovida no âmbito da escola, parece ser o diferencial porque uma média 86% por cento dos educandos concordam muito ou totalmente que o currículo em sua parte diversificada, contribui para sua formação. Sobre esse eixo, 91% por cento dos responsáveis concordam muito ou totalmente, e no âmbito da gestão e dos professores esse índice está em média de 96% por cento. O Quadro 13 expressa em número o que pensam da escola os beneficiários: o educando:

Quadro 13- Consolidado das respostas dos educandos: Questões 2 e 5

PERGUNTAS	GRE Limoeiro	GRE Nazaré	GRE Salgueiro	GRE Afogados	GRE Floresta
	concordo muito +				
	concordo totalmente				
2-Erem auxilia a formação profissional e no projeto de vida	93%	87%	92%	95%	96%
5-A parte diversificada curricular contribui na formação deles	86%	76%	78%	93%	96%

Fonte: Elaboração da autora (2018)

Esses percentuais apresentados no Quadro 12, permitem-nos uma inferência de que eles (professor e gestão), vão investir teoricamente nesse viés pedagógico visto o sentimento de validação de todos que fazem a comunidade escolar. Vejam a validação dos jovens sobre o projeto de vida e a forma como se trabalha esse eixo, seja em eletivas, seja em estudo dirigido, a forma como veiculam essas metodologias exitosas tem apontado um sentido ao trabalho pedagógico e forma acadêmica do educando. Eles pontuaram isso em suas falas quando perguntados sobre o que mudou em sua vida escola. (ver apêndice). Essa pesquisa de campo foi realizada entre os meses de outubro a dezembro de 2018,

Prioritariamente, foram escutados os educandos 597 responderam ao questionário. Uma das primeiras perguntas foi sobre: a implantação da EREM muda a vida do jovem na comunidade? Eles respondiam uma questão das 5 opções sugeridas. Para responder a essas questões marca-se uma das cinco opções: A- discordo totalmente; B- discordo muito; C- discordo pouco; D- concordo pouco; E- concordo muito; F- concordo totalmente. As questões eram as mesmas, porque da pesquisa é analisar o conteúdo da resposta e comparar com as respostas dos demais sujeitos da pesquisa.

O resultado me surpreendeu, a maioria optou pelas questões: E- concordo muito; F- concordo totalmente. Quando perguntados se a implantação da Erem mudos a vida do jovem, dos 597(quinhentos e noventa e sete) responderam a esse item, 489 (quatro centos e oitenta e nove), concordam muito ou concordam totalmente, corresponde a 82% por cento percebem que Erem mudou a vida dele e da comunidade.

Essa mesma questão perguntada ao educador familiar que foi mais entusiasmado, dos 143 (cento e quarenta e três) educadores que responderam ao questionário, 140 (cento e quarenta) concordam muito ou totalmente, o que corresponde a 96.9%, entre os gestores responderam todos concordando muito ou totalmente. Segundo Minayo (2002), a entrevista não é uma conversa despreziosa, é muito usada, caracteriza-se como uma comunicação verbal, reforça a importância da linguagem e do significado da fala, e, em outro nível, é um meio de coleta das informações sobre um tema científico em foco.

Só a educação com qualidade propicia isso porque permite mais oportunidades profissionais, pois eles (jovens) precisam garantir o seu espaço no mundo do trabalho com as devidas condições de igualdade, e, principalmente, ter acesso à universidade, com direito de cursar o ensino superior e aumentar essa estatística educacional. Isso só é possível por meio da oferta de educação básica com a devida qualidade. Mesmo concordando com Frigotto, (2001) com a teoria do capital humano em relação ao trabalho a o trabalho da escola no contexto dessa sociedade, quando diz:

[...] a ideologia burguesa do papel econômico da educação. A educação e a qualificação aparecem como panaceia para superar as desigualdades entre nações, regiões ou indivíduos. O problema da desigualdade tende a reduzir-se a um problema de não qualificação. ...que é a educação potencia trabalho gerando maior produtividade. ...essa maior produtividade redundaria, porém, numa ampliação de mais valia extorquida pelo capital (FRIGOTTO, 2001.p.1360).

Essa compreensão do papel da escola como afirma o autor no livro a Produtividade da Escola Improdutiva, uma pesquisa sobre a escola e sua função no âmbito do capital. E a educação e a qualificação estão sendo tomadas nesse contexto como redentoras das desigualdades sociais, sabe-se que a escola é fundamental na vida de crianças e jovens, mas, ela sozinha, muito provavelmente não dará conta dessas disparidades.

Conceber a escola como apenas reprodutora da sociedade é defini-la apenas como Aparelho Ideológico¹⁷ do estado e a escola não é apenas isso. Mesmo entendendo que o movimento de exclusão também é inerente à escola, mas a mudança social não acontecerá sem ela, é por meio dela que a mudança ocorre. Reporto-me a Freire (1983); as massas descobrem na educação um canal para um novo status e começam a exigir mais escolas. Começam a ter uma apetência que não tinham. Existe uma correspondência entre a manifestação das massas e a reivindicação. É o que chamamos de educação de massas (FREIRE, 1983. P. 37).

¹⁷Aparelho Ideológico do Estado- é um da Teoria Crítico Reprodutivista de Louis Althusser que efetiva as relações entre os níveis econômicos, políticos e ideológicos e, conseqüentemente, de concepção de escola como aparelho ideológico.

Respalhando-se nessa visão do da função social da escola, é oportuno trazer à reflexão as falas dos educandos quando indagados sobre aspectos positivos e negativos da escola e sobre em quais aspectos a escola que eles estudam precisa melhorar, muitos pontos foram levantados entre os mais pontuados foi o item infraestrutura. Há algumas escolas com a parte física frágil, inadequado a uma escola integral, como no caso Erem Joao Batista da cidade de Tacaratu- GRE Floresta-. No entanto é primeira do ranque entre as melhores notas sua nota é 6,99 no Idepe. O mesmo ocorre com a Erem João XXIII, também tem nota acima de 6.0. a infraestrutura é importante sim, mas não determinante.

Esses dados também seriam outra tese, não é o escopo desse trabalho, mas convém lembrar se for esperar um equipamento de escola com uma arquitetura adequada ao projeto, corria-se o risco de não acontecer, como no caso dos Cieps. Na sua essência, uma proposta excelente dos complexos, mas não avançou como planejado, em decorrência do projeto da estrutura física, Gomes (2010).

Em Pernambuco começou assim, mas precisou rever no percurso da proposta, devido necessidade de novas escolas em todo estado, muitas foram reformadas, mas há necessidades de reformas em algumas como elas colocaram pesquisa como aspectos negativos. Mas, também nos chama atenção é que os pontos negativos mais apontados por eles estão no âmbito pedagógico, e ao mesmo tempo em que validam a escola integral e suas metodologias, percebem a fragilidades e onde precisa ser melhorado, o Quadro 14 mostra aspectos negativos da escola:

Quadro 14- Consolidados das questões abertas: pontos positivos X negativos sob a ótica dos educandos

INFRAESTRUTURA	ASPECTOS PEDAGÓGICOS
Infraestrutura frágil (80% mencionaram);	Falta de recursos para excursões e feira de ciências
espaço mal aproveitado; ambientes quentes;	Carga horária; Educação voltada para o Saepe e ENEM;
Não há área para estudos e internet	Muitas atividades, rotina cansativa
Refeitório quente; Alimentação ruim;	Pega no pé dos estudantes sem necessidade;
climatização ruim;	Falta de atividades diferenciadas nos intervalos;
Falta profissional de limpeza;	Não liberam facilmente para a sair. Falta psicólogo
falta de área de lazer;	Falta laboratório e quadra;
Falta laboratório e quadra	Falta de qualificação de professores em algumas áreas
	Algum professor com péssimo temperamento

Fonte: Elaboração da autora (2018)

Vejam como as questões críticas do quadro à direita têm uma certa profundidade pedagógica, a repetição quadra e laboratório, na faixa críticas pedagógicas, se dar porque, na concepção da educação integral de Pernambuco, a quadra é um espaço fundamental e importante, porque educação física é uma área estratégica para formação desse jovem na sua

inteireza de pessoa, ela está na proposta para além das de jogos exclusividade na prática de esportes. E o laboratório tem fator importante na transposição didática dessa área do conhecimento. E os jovens perceberem essa importância no cotidiano é fundamental.

Vale uma atenção à crítica feita em relação especificamente para Carga horária; Educação voltada para o Saep e ENEM; aqui requer uma profundidade teórica, que não poderá ser agora, mas tem um ponto polêmico a discutir no que diz respeito a concepção e o currículo da escola integral. Muitas atividades, rotina cansativa, não foram muitas que citaram, mas apareceu em 8 (oito) escolas das pesquisadas, os demais pontos negativos requerem um ajuste pedagógico com todos que as acompanham da secretaria, GRE equipe da escola.

É verdade que não é o meu propósito esgotar a análise de tudo que foi detectado, até por que não tempo hábil para isso. Tampouco, com explicações acerca das fragilidades como resposta, e nem nivelar por baixo as questões de infra, pois um mínimo de estrutura as escolas precisam ter para vivenciar a proposta de educação integral.

Na verdade, essas escolas citadas pelos educandos, especificamente, não têm na verdade um prédio a contento, mas o fato é que na prática elas fazem uma educação integral, têm um pedagógico focado nos princípios e filosofias defendidos nesse projeto educacional. Tanto que quando perguntados sobre os pontos negativos da escola e de sua proposta, essas questões vieram para o debate em primeira mão, é mais uma comprovação de que eles são trabalhados de forma reflexiva e constroem um senso crítico acerca da comunidade escolar.

Mas o que me chama atenção, também é que as críticas trazem um olhar mais requintado sobre a escola e seu ambiente, sobre a área de lazer, laboratórios mais avançados, enfim eles enxergam mais além, como pudemos ver um ligeiro resumo da opinião dos jovens no quadro acima. É uma percepção de que a escola pública pode ter uma qualidade em todos os setores, o que rompe com lógica comum e excludente de que qualquer coisa serve para essa escola. Os jovens percebem que há um esforço na qualidade ofertada, não na infraestrutura, mais precisamente no âmbito das práticas internas no chão da escola.

Muita coisa a melhorou, principalmente o sentimento de pertencimento desenvolvido nessa geração que passam nelas, e a ampliação e construção de um olhar crítico diante da educação, mas há muito ainda a se fazer, os dados apontam avanços significativos nessa etapa de ensino no estado, no entanto há também um grande desafio de continuidade e de fortalecimento dessa política na visão cidadã defendida ao longo desse texto. É dessa educação verdadeiramente com todos e para todos que estado e nação precisam.

9 CONCLUSÃO

Ao se debruçar sobre os dados e premissas nessa pesquisa, pode-se averiguar que concomitante surgem o uso das demais políticas e ações implementadas pelo governo do Estado. Portanto, é importante buscar também entender que relação é possível existir entre elas e o resultado das Erem, o foco dessa pesquisa, a exemplo às Reformas Administrativas Gerenciais, historicamente promovidas no âmbito do governo federal, e formalizadas em Pernambuco por meio do Pacto pela Educação, (doravante PPE). Um Modelo de Gestão por Resultados, aplicado à gestão pública de Pernambuco, adotado não apenas à educação, inclusive surgiu em outras instituições públicas Pacto da Saúde e o Pacto Pela Vida.

As abordagens teóricas discutidas nesse estudo propiciaram uma inquietação e reflexão também na perspectiva da administração pública que permitiram uma análise sobre os conceitos e fundamentos em relação às teorias acerca da temática e suas diferentes definições explicitadas à luz de fundamentos da administração aplicados nas instituições públicas, como também os conceitos da sociologia na visão de autores diversos permitindo uma articulação entre essas teorias a fim de buscar relacioná-las aos resultados expostos fruto da prática educacional vigente nas escolas de referências, foco dessa discussão.

Considerando também, nesse bojo a vivência de servidora pública da educação, de quem acompanha as mudanças na política educacional no Estado, é que busco me debruçar para analisar criticamente os dados educacionais das escolas da Rede. Mais precisamente das escolas integrais (EREM), e teorizá-los, não isoladamente, mas articulando-os às demais políticas efetivadas no estado, a fim de elucidar se houve influências ou não para o avanço educacional no Ensino Médio. Visto que no ranque nacional da educação saiu do vigésimo sexto (26º) lugar para o primeiro no IDEB, além de melhorar indicadores tais como: o fluxo reduziu a evasão, sendo o primeiro Estado da federação por três anos consecutivos.

A política de resultados implantada foram assentadas em contexto onde a escola já compreendia alguns conceitos de gestão e as metas projetadas por meio do Pacto pela Educação são refletidas e planejadas com a equipe gestora e comunidade escolar por meio de instrumentos pedagógicos internos, e também são acompanhadas com outros instrumentos usados pelos diferentes sujeitos (SEE, SEEP e GRE), ou seja, já havia uma na rede um grupo de gestores oriundos dessas escolas integrais que já usam instrumentos manuais de monitoramento.

Inicialmente respaldei-me em autores que pesquisam a educação como Frigotto (2017), Freire (1993), Saviani (2002), Gadotti (2014), Libâneo (2012), discutem articulando-a ao contexto da sociedade capitalista, a dualidade e seletividade como mecanismo de exclusão das classes mais necessitadas.

Especialmente os autores que discutem uma concepção de educação integral de Pernambuco e a implantação dessa política nessa década, Dutra (2014), que projete o estudante na sua integralidade. Trazer Cavaliere ao debate das escolas integrais com a concepção de formação integral e a experiências dos Caics e Cieps Cavaliere, (2003), na revisitação da literatura, também há respaldo em autores que discutem as reformas administrativas como: Weber (1973) mais clássico, porém importante por trazer o conceito de burocracia, Ramos (198) esse sob olhares diferentes e reflexivos discutem esses conceitos no âmbito das administrações públicas, esse último(Bresser) muito focado no conceito neoliberal foi o implementador do conceito gerencial no governo Fernando Henrique em 1995. Bresser (2009), Capobianco (2010), Dias (2014) e Secchi (2009), entre outros, que articulam os conceitos de burocracia, meritocracia à intencionalidade do grupo de coalisão da política vigente no contexto das reformas brasileiras.

Os autores selecionados refletem como se disseminou o Gerencialismo no país e nas políticas dos estados da federação, considerando as diferentes vertentes políticas e ideológicas, e assim, amplia-se a reflexão sobre as reformas administrativas no âmbito da administração pública, chegando ao conceito de Governança pública, com o propósito de analisar como essas em diferentes vertentes se reproduzem na política pública de educação do estado.

Também foi importante observar como se estende esses conceitos à prática escolar no contexto da gestão educacional, visto que, no caso da pesquisa em tela, que apresenta parcialmente como esse conceito gerencial, que se reproduz como uma prática nas instituições públicas do estado de Pernambuco, especialmente na política educacional ora vigente nas escolas integrais.

Portanto, fui buscar nos instrumentos de pesquisa aplicados e nos dados oficiais disponibilizados para esse estudo, informações das escolas que alcançam os melhores desempenhos no IDEB, IDEPE E ENEM, se elas também oportunizam o ingresso de adolescentes menos favorecidos às universidades públicas. E essa foi uma hipótese refletida a teoricamente o histórico e as práticas dessas escolas nos capítulos dois ao quarto dessa pesquisa, e aprofundado nos capítulos do quinto ao sétimo com fortes indícios de que a escola integral tem proporcionado aos jovens, hoje mais acesso a cursos diversos e a sua mudança socioeconômica.

Vale salientar que essa é uma dívida social histórica do Brasil, não é tão fácil transgredir essas barreiras, mais ainda, enquanto política pública, visto que os interesses mercadológicos estão intrínsecos às políticas, Gonçalves, (2017). E a pesquisa mostrou uma realidade vivida pelas 16 (dezesesseis) escolas pesquisadas.

Também foi alvo dessa pesquisa os sujeitos envolvidos no processo de aprendizagem e ensino na escola como gestores e suas equipes serão o primeiro grupo a ser entrevistado; um segundo grupo será o dos professores que trabalham nessas instituições pesquisadas, pelo menos um por área do conhecimento será ouvido; um terceiro grupo será uma representação de pais, e por fim, uma escuta de estudantes da escola e uma representação de educandos egressos que ingressaram na universidade e/ou concluíram seus cursos, delimitando um universo diversificado de informações e olhares sobre o mesmo ponto da pesquisa.

O eles pontuaram é que alguns ex-alunos voltam, quando concluem medicina, odontologia, nutrição, enfermagem, psicologia, professor etc. por serem áreas que têm um campo de trabalho no interior. Mas, outros cursos como administração, jornalismo, engenharia, sistema de informação e áreas afins ficam geralmente onde fazem seus cursos. Porém, essas são informações respaldadas nas respostas das questões abertas e de algumas escolas, mas não mensuram ainda esses dados. Apenas têm os dados do que passam no vestibular e chegam à universidade. As mesmas questões feitas aos educandos, porém com o olhar dos seus responsáveis e percebe-se uma aderência nas respostas dadas.

Esse trabalho pretendeu elucidar que essas escolas têm modificado de forma positiva a vida dos jovens e atendido aos diferentes níveis socioeconômicos, querendo saber se essas escolas recebem e permanecem com os jovens oriundos de contextos diversos, especialmente aqueles com nível socioeconômico mais baixo. Nesse ponto, convém destacar a evasão, reprovação a grande vilã das escolas no impedimento do progresso do estudante. E quando questionados sobre esse item a resposta de todos foi teve um resultado muito positivo pontuando como fundamental o trabalho pedagógico dessas escolas.

Com a realização dessa pesquisa, nos possibilitou visualizar a compreensão reflexiva das inovações ocorridas ao longo desses dez anos, e como as referidas escolas têm possibilitados novas expectativas na vida desses jovens e de seus familiares, contribuindo com as mudanças sociais desses jovens que nelas concluíram seus estudos. Essa constatação nos remete à intenção dos usos e funções dos instrumentos gerenciais da administração quando utilizados como ferramenta educacional e refletida pedagogicamente, de fato estão nesse contexto, como ferramenta de mudança na postura pedagógica dos profissionais da educação, cujo foco é a aprendizagem efetiva dos educandos, uma das hipóteses levantadas nesse projeto.

Que essa abordagem possa continuar fazendo do ambiente escolar um laboratório vivo e usar efetivamente a pesquisa para intervir imediatamente no rumo dos seus processos, na prática do Ensino Médio para melhorar a qualidade do ensino ofertado e não um uso meramente burocrático e engessado desses modelos gerenciais. A escola precisa manter seus resultados de

qualidade e entregar jovens preparados ao mundo do trabalho e principalmente formar seres pensantes que exerçam sua cidadania.

Nesse contexto, o sentido desse estudo está para além de diagnosticar quantitativa e qualitativamente os avanços e problemas da política do integral, objetiva principalmente, possibilitar a descoberta de novos rumos para o acompanhamento técnico necessário para a evolução e o fortalecimento do Ensino Médio, que agreguem o desenvolvimento cognitivo, o conhecimento científico veiculado nessas instituições à qualidade social, ou seja, precisa gerar expectativa de vida melhor para os jovens.

E finalmente, verificou-se a opinião de todos e todas que estão na vivência e a implementação e como usuário (pais e educando) das escolas integrais no estado como uma política pública estadual, e foram enfáticos em suas respostas sobre os benefícios cognitivos e sobretudo, pessoal quando concordam muito ou totalmente que a escola mudou a vida deles e que promoveu o acesso às universidades públicas, possibilitando a ascensão social desses jovens nas diferentes regiões do Estado.

Essa é uma inquietação boa, e visualizada nas vivências dessas escolas que estão sendo investigadas a partir dos dados educacionais coletados nos últimos dez anos, embora seja um recorte das que apresentam os melhores resultados, mas é uma comprovação de algo de novo e diferente acontece no ensino de Pernambuco, e que tem chegado para todos. É o que mostram não os dados que trago, mas alguns relatórios citados nesse texto que pesquisam a educação integral no país. É uma experiência diante da realidade educacional do EM do país, comprova-se também que se pode fazer uma reforma que não os filhos dos trabalhadores como a que está posta e foi alvo de discussão nesse texto. Tem também algumas limitações que foram suscitadas pelos os educandos que precisam ser melhoradas nessas escolas, mas os pontos positivos apontados por eles superam os negativos em se tratando dessa etapa de ensino. Mas as críticas balizarão os próximos estudos a títulos de investigação para o fortalecimento do Ensino integral de Pernambuco, hoje política educacional com diretrizes definidas.

REFERÊNCIAS

ABRUCIO, F. L.; GAETANI, F. **Avanços e perspectivas da gestão pública nos estados: agenda, aprendizado e coalizão**. 2006. Disponível em: <[http://bresserpereira.org.br Documents/MARE/Terceiros-Papers/Texto%20de%20Abrucio%20e%20de%20Gaetani.pdf](http://bresserpereira.org.br/Documents/MARE/Terceiros-Papers/Texto%20de%20Abrucio%20e%20de%20Gaetani.pdf)>. Ac

AZEVEDO, F. **Cadernos de Pesquisa**, n. 119, julho/2003 Manifestos dos pioneiros da Educação Nova (1932) e dos educadores 1959 Fernando de Azevedo... [et al.]. – Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010. 122 p.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Portugal: Edições 70 Ltda, 1955.

BELTRÃO, R. C. **Exame do SAEPE: Um estudo das estratégias utilizadas pelos alunos para resolver problemas algébricos**. Dissertação de Mestrado defendida no PPGE- UFRPE, Recife, 2010.

BOMENY, H. **Org. Avaliação e Determinação de Padrões na Educação Latino-Americana**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997.

BRASIL. Ministério da Educação. PDE: Plano de Desenvolvimento da Educação. **Prova Brasil: ensino fundamental: matrizes de referência, tópicos e descritores**. Brasília: MEC, SEB; Inep, 2008.193 p.

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Portaria nº 1.145, de 10 de outubro de 2016**. Brasília, DF. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=49121-port-1145-11out-pdf&category_slug=outubro-2016-pdf&Itemid=30192 Acesso em: 20 jan 2016

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, MEC. Lei N° 13.005/2014 - **Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE. Pne.mec.gov.br**.

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO; MEC. Portaria, nº 727, de 13 de junho de 2017, estabeleceu novas diretrizes, novos parâmetros e critérios para o EMTI , em conformidade com

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, MEC; PORTARIA N° 649, DE 10 DE JULHO DE 2018 **Institui o Programa de Apoio ao Novo Ensino Médio e estabelece diretrizes, parâmetros e critérios para participação. Publicado em: 11/07/2018 | Edição: 132 | Seção: 1 | Página: 72**

BRESSER-PEREIRA, L. C. **Construindo o Estado Republicano**. São Paulo, Editora FGV, 2009. 416 p.

CAPOBIANGO, R. P., NASCIMENTO, A. D. L., SILVA, E. A., & FARONINI, W. (2013). **Reformas administrativas no Brasil: Uma abordagem teórica e crítica**. REGE-Revista de Gestão, 2010, 61-78.

CAVALIERE, A. M. e COELHO, L. M. Para onde Caminha os Cieps? Uma análise após 15 anos. Cadernos e Pesquisa, n, 119, p. 147 – 174, julho/ 2003. Manifestos dos pioneiros da Educação Nova (1932) e dos educadores 1959.

COSTA, Antônio Carlos Gomes da. **Protagonismo Juvenil:** Modus Faciendi file:///E:/eeij2007/educação/4%20pilares/infoutil.org/4pilares/text-cont/costa-protagonismo.htm (16 of 17)25/11/2007 23:56:17 Antônio Carlos Gomes da Costa - Protagonismo Juvenil (www.modusfaciendi.com.br), com sede em Belo Horizonte, MG.

CRUZ, Mauricio, S. M. CAIO, M. & LEMOS, M. **Modelo de Gestão Todos por Pernambuco: Características e Avanços.** VII Congresso de CONSAD de Gestão Pública; Centro de Convenções Ulisses Guimarães Brasília/DF – 25, 26 e 27 de março de 2014.

CRUZ, Tassia. CUCONATO, Gabriela. SÁ, Eduardo. **Relatório de Políticas Públicas Educacional: Escola de Tempo Integral.** Brasília, Novembro de 2018.

DELORS, Jacques (Org). **Educação um Tesouro a Descobrir;** Relatório da UNESCO, Título original: Learning: the treasure within; report to UNESCO of the International Commission on Education for the Twentyfirst Century (highlights). Paris: UNESCO, 1996. Publicado pelo Setor de Educação da Representação da UNESCO no Brasil, Fundação FaberCastell, Brasília, 2010 Email: edobserv@unesco.org Fórum de Discussão (em inglês): delorsforum@unesco.org Site: <http://www.unesco.org/delors/>.

DESLANDES, S. F., Otávio Cruz Neto. **Pesquisa Social;** Romeu Gomes; Maria Cecília Minayo. **Teoria, método e criatividade.** Petrópolis , RJ: Vozes,1994.

DIAS, T.; CARIO, S. A. F. (2013). **Governança Pública: ensaiando uma concepção.** Public Governance: Essaying a concept. Contabilidade, Gestão e Governança-Brasilia, v. 17 n.3.p.89-108, set/dez 2014.

DUTRA, P. F. V. **Educação Integral no Estado de Pernambuco: uma realidade no Ensino Médio.** Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação/CAEd. Programa de Pós-Graduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública, 2013. 98 p.

_____. **Educação Integral no estado de Pernambuco: uma política para o ensino médio.** Recife: Editora UFPE, 2014.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido.** A concepção «bancária» da educação como instrumento da opressão. São Paulo: Paz e Terra. Pp.57-76. 1996 2.

_____. **Pedagogia da Autonomia.** Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996, -(coleção para leitura) ISBN 85-219-0243-3

_____. **Educação e Mudança.** Rio de Janeiro: Paz e Terra 1983 Coleção Educação e Mudança. Vol.1.

_____. **Educação e Política.** /Paulo Freire: 3ª ed. – Rio de Janeiro? São Paulo: Paz e Terra, 2017.

FONSECA, Marília. **Políticas Públicas Para a Qualidade da Educação Brasileira: Entre o utilitarismo econômico e a responsabilidade social.** Cad. Cedes, Campinas vol. 29, n. 78, p. 153-177, maio/agosto. 2009. Disponível em <http://www.ucedes.unicamp.br>

FRIGOTTO, Gaudêncio. e MOTA, V.C. **A Produtividade da Escola Improdutiva: um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômico-social e capitalista/** Gaudêncio Frigotto – 7. Ed – São Paulo: Cortez, 2001.

_____; MOTA, V.C, Porque a Urgência da Reforma do Ensino Médio? Medida Provisória Nº 746/2016 (Lei Nº13.415?2017)

GADOTTI, M. **Gestão Democrática com Participação Popular: planejamento e organização nacional.** Disponível em: <http://CONAE2014.mec.gov.br/images/pdf/artigogadotti_finalpdf >. Acesso em: 15 dez. 2017.

_____. **Gestão Escolar, Paradigmas Educativos do Século XXI.** Disponível em: http://CONAE2014.mec.gov.br/images/pdf/artigogadotti_finalpdf. Acesso em: 18 dez. 2017.

GOMES, C. A. **Darcy, Ribeiro?** Candido Alberto Gomes. Recife: Fundação Joaquim Nabuco Ed. Massagana,2010. 152. P.: il. –(Coleção Educadores).

GONÇALVES, S. R. V. **Interesses Mercadológicos e o “novo” ensino médio. Revista Retratos d Escola. Brasília. 11. N. 20, p. 131-145, jan/jun**

KRAWCZYK, Nora. **Reflexão Sobre Alguns Desafios do ensino Médio no Brasil Hoje.** 754, v.41 N144 SET/DEZ: 2011. Caderno de Pesquisa.

LIMA., I. A. P. 1944- **TEAR – Tecnologia Empresarial Aplicada à educação: gestão e resultados.** Recife: Rápido, 2009. 194p.

LUCKESI, C. C. **Avaliação da Aprendizagem na Escola e a Questão das Representações Sociais.** Eccos Revista Científica, vol. 4, fac. 02, Universidade Nova de Julho, São Paulo, v. 4, n. 2, p. 79-88, 2002.

_____. **Avaliação da Aprendizagem na escola: reelaborando conceitos e recriando a prática.** 2. Ed. Salvador: Malabares Comunicação e eventos, 2005. Curso de Especialização em Gestão e Avaliação da Educação. Módulo II – Gestão Pedagógica e Monitoramento dos Resultados Educacionais – Prof. Lina Kátia Mesquita de Oliveira.

MENDONÇA, I. R. M. M. Texto; **Bernardo Toro e as Sete Competências da Modernidade,** in: A função social da escola. Disponível em: < HYPERLINK "<http://www.iesde.com.br/>" www.iesde.com.br>. Acessado em: 24 mar. 2014.

MOURA, A. R. L., PALMA, C. D. **A Avaliação e Matemática: lembranças da trajetória escolar de alunos de pedagogia.** IN:BURIASCO, Regina Luzia, org. Avaliação e Educação Matemática. Recife: SBEM, 2008.120p.

LIBÂNEO, J. C. **O dualismo perverso da escola pública brasileira: escola do conhecimento para os ricos, escola do acolhimento social para os pobres.** Educação e Pesquisa, São Paulo,

v. 38, n. 1, p. 13-28, 2012. 15; Universidade Federal de Goiás, Contact: José Carlos Libâneo. libaneojc@uol.com.br.

PERNAMBUCO. Secretaria de Educação. **Construindo excelência em gestão escolar: curso de especialização em gestão e avaliação em educação pública: Módulo I** – Princípios da Administração aplicados à gestão escolar: Princípios da política e administração na gestão financeira da escola / texto elaborado por Alberto Ribeiro Rodrigues – Recife; Secretaria de Educação do Estado; 2013.

_____. Secretaria de Educação. **Construindo excelência em gestão escolar: curso de especialização em gestão e avaliação em educação pública: Módulo I e II.** Princípios da Administração aplicados à gestão escolar: Metodologia da pesquisa-ação / texto elaborado por Roberto Jarry Richardson – Recife: Secretaria de Educação do Estado, 2013.

_____. **Lei Complementar 125, de 10 de julho de 2008.** Diário Oficial do Estado de Pernambuco – Poder Executivo, Pernambuco, PE, 11 jul. 2008. p. 3.

_____. **Portaria SE Nº 040, DE 03 DE JANEIRO DE 2013.** Diário Oficial do Estado de Pernambuco – Poder Executivo, Pernambuco, PE, 04 jan. 2013. p. 11.

_____. **Decreto Nº 38.103, DE 25 DE ABRIL DE 2012.** Diário Oficial do Estado de Pernambuco – Poder Executivo, Pernambuco, PE, 26 abr. 2012. p. 4.

_____. **Decreto nº 35.681, de 13 de outubro de 2010.** Diário Oficial do Estado de Pernambuco – Poder Executivo, Pernambuco, PE, 13 out., 2010. #11 • volume

_____. **Plano Estadual de Educação.** PEE- Lei nº 15.533/ 2015-2025; Pernambuco, de 23 de junho de 2015.

PISA 2012: **Brasil melhora, China arrasa.** Texto de Cyntia Costa, de 03.12.2013. Disponível em:<<http://www.todospelaeducacao.org.br>>. Acesso em:

RAMOS, G. **Administração e Contexto Brasileiro.** Rio de Janeiro, Editora FGV, 1983.390p

RISTOFF, D. **Construindo outra educação.** Florianópolis: Insular, 2011.

RODRIGUES, C. P. Resenha do Livro de: SAVIANI, Demerval. **Pedagogia Histórico-Crítica: Primeiras Aproximações.** 7. Ed. Campinas, Autores Associados, 2000. (Col. Polêmicas do Nosso Tempo; vol.40). 122 p.

ROITMAN, I., RAMOS, M. N. **A Urgência da Educação.** Fundação Santilhana. Ed. Moderna; 2011.

SECCHI, L. **Modelos organizacionais e reformas da administração pública.** Rev. Adm. Pública. Rio de Janeiro, v. 43, n. 2, p. 347-369, Apr. 2009.

SETÚBAL, M. A. **Políticas Para O Ensino Médio e Desigualdades Escolares e Sociais**/[organização CENPEC – Centro de Estudos e pesquisas de Educação, Cultura e Ação Comunitária; São Paulo: Fundação SANTILHANA, 2000.

SILVA Jamerson Antônio de Almeida da. SILVA. Katharine Ninive Pinto. **A hegemonia às avessas no Programa Mais Educação. Rev. bras. Estud. pedagog. (online), Brasília, v. 94, n. 238, p. 701-720, set./dez. 2013**

ROSA, La Jorge (Org). **Psicologia e Educação: o significado do Aprender: 7 Edição;** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

TORO, B. Entrevista. **Revista Veja**, edição 2452, Ano 48, n. 46, 18 de Novembro de 2015- páginas 13,16-17.

VEIGA, I. **Projeto Político Pedagógico e Gestão Democrática: novo marco para educação de qualidade.** Disponível em: >[HTTP://www.esforce.org.br/index.php/semestral/artide/veew/109/298](http://www.esforce.org.br/index.php/semestral/artide/veew/109/298)<. Aceso em: 15 dez.2017.

WEBER, M. **Ensaio de Sociologia.** Rio de Janeiro, Editora LTC, 1946. 347 p.

_____. **Metodologia da Ciências Sociais – parte2.** São Paulo, Editora Cortez, 1973. 454 p.

APÊNDICE 01 - CONSOLIDADO DA PESQUISA DE CAMPO: LIMOEIRO

CIDADE: Casinhas EREM: Joao XXIII PESQUISA:25/10/2018 TEMPO DE INTEGRAL: 2014 (9 anos)
RESPONDENTE: Educandos: 72 IDEPE: 6,07

RESPOSTAS	DT A	DM B	DP C	CP D	CM E	CT F	OBSERVAÇÕES
P. 01 =Implantação de EREM muda vida de jovens na comunidade:							
P. 02 = Escola validada na comunidade como positiva na formação do projeto de vida							
P. 03 = Melhorou seu desempenho e aprendizagem após o acesso à escola de referência.....							
P. 04 = A Erem possibilita a vocês maior adesão ao ENEM e ao Ensino superior ...							
P. 05 = A parte diversificada do currículo da EREM contribui com sua formação....							
P.06 = Mais de 50% dos jovens de um extrato social baixo são empoderados após estudarem na EREM.....							
P. 07 = Caso discorde da Q.07, o percentual que corresponde a sua realidade é.....							
P.08 - Marque o percentual que corresponde à realidade de jovens que entram no primeiro ano e concluem o terceiro sem reprovação							
P.09 = Depois de tornar Erem, há mais aprovação no vestibular para as universidades públicas							
P.10 = Cursos na U. pública como medicina, engenharia, direito etc. antes restritos a um extrato camada social; hoje e uma realidade em sua escola...							
P.11 = O jovem que se forma volta a comunidade para trabalhar muda socialmente...							
P.12 = Seu responsável é alfabetizado							
P.13-B = se marcou B, nível de escolaridade....							

1- As questões abertas não foram respondidas, nessa escola quem as respondeu foram o gestor e o educador familiar.

**APÊNDICE 02 - CONSOLIDADO DA PESQUISA DE CAMPO POR GRE:
EDUCANDOS**

QUESTIONÁRIO DA PESQUISA DA GRE: SUJEITO DA PESQUISA - EDUCANDOS

CONSOLIDADO DO QUESTIONÁRIO DA PESQUISA POR GRE:06 com Erem+ que 6.0; 05 GRE pesquisadas					
SUJEITOS DA PESQUISA: EDUCANDOS = 597 EREM: Das 18 – 16 pesquisadas DATA: 24/10 a 10/11/2018					
PERGUNTAS: Priorizei os dados com maior índice de respostas dadas pelos educandos, consolidei as questões; E=concordo muito e F=concordo totalmente que foram os itens de maior pontuação por eles.					
PERGUNTAS	NÚMERO DE RESPOSTAS POR REGIONAL				
	Limoeiro=5 EREM=al256	Nazaré:4 EREM=al84	Salgueiro: 3 EREM 109e	Afogados: 3 EREM: 102 edu	Floresta:1=M 27 ed
1-Implantação de EREM muda vida de jovens na comunidade	E=88 F=107: 195= 82.97%	E26+36= 62=73.80%	E23+F68=91. 109=83.55%	E16+F69= 97.102 .102= 95.09%	E3+F23=26 25 96.2%
2-Erem auxilia a formação profissional e no projeto de vida	E:79 F:140 =219: 93%	E23+F50= 73=86.90%	E23+F78= 101=92,2%	E17+F78= 97 . 102= 95.09%	E3+23 = 26= 96.2%
3-O educan melhora o desempenho após acesso à EREM	E:95 F:119= 214 = 91%	E38+F30= 68=80.95%	E48+F40= 88=80.7%	E26+F68= 97 . 102= 95.09%	E3+23 = 26=96.2%
4- A Erem possibilita maior adesão ao ENEM e a universidade	E:88 F: 114= 202=85.95%	E38+F30= 68=80.95%	E44+F44= 88=80.7%	E23+F75= 98 .102= 96.07%	E5+F21= 26= 96.2%
5-Apartediversificada curricular Contribui na formação deles	E: 98 F:104= 202= 85.95%	E36+F28= 64=76.19%	E43+42= 85=77.98%	E33+F62 = 95.102=93%	E5+F21= 26= 96.2%
6- o jovem chega com baixa de conteúdo, e sai empoderado.	E: 108 F:98= 206= 87.65%	E26+F29= 55=65.47%	E39+F45= 84=77%	NãorespErem2E+ F=22.24=91.6%	E11+F12 =23 23 85%
7-Mais de 50% do jovem de baixo estrato-social estudam na EREM	E: 66 F: 81= 147=62.55%	E20+F30= 50=59.52%	E21+17= 38= ????	E21+F34 = 55.102=53.92%	NÃO RES - PONDIDA
8- O item de entrada do jovem no 1º/ano, que sa em no 3º sem reprovar é...	A:31 B:144 C:32=	B16+C15 ?????	A8+B67+C15 =90=82.56%	Q= A = 100% e B = de 09 a 99% e C=70% a	A2+B23 =25 25 92.59%
9- = cresceu aprovação para a universidade pública após a EREM	E:72 F: 94= 166: 70.63%	E20+F14= 34=40.47%	E52+F42= 94=86.23%	E41+F50 = 91.102=89.21%	E1+F25 =26 26=96.2%
10- Acesso a cursos à U. pública antes limitados à camda social+ po	E:97 F:99= 196: 83.4%	E55+16= 71-84.52%	E40+F50= 90 =82.56%	E28+F66 = 94.102=92.15%	E9+F15 =23 23 85%
11-O jovem se forma volta a comunidade p/trabalhar e muda de vida.	E:87 F:89 = 176: 74.89%		E44+F49 = 93 = 85.3%	E26+49= 75.102=73.52%	E3+F18 =21 21 = 77%
12. A: Seu responsável e alfabetizado				QUESTAO N RESPONDIDA	
12.B- Responda o nível de escolaridade dele				QUESTAO N RESPONDIDA	
12.C- Qual o prentesco com o educando				Idem	

Obs. Apenas as questões 8; 13-A,B e C consideramos as respostas de em outros itens que não são E e F.

APÊNDICE 03 – MODELO DE CONSOLIDADO POR GRE

CONSOLIDADO DA PESQUISA POR GRE E ESCOLA: GRE: TODAS EREM COM
 IDEPE DE 6.0 PESQUISA: 4/10/18 a 27/11/ 2018 RESPONDENTES: EDUCANDOS:

28+22+34=84 NAZARÉ

RESPOSTAS	Gre Nazaré: Erem
P. 01 =Implantação de EREM muda vida de jovens na comunidade:	1-DonVieira28
	2-EREMT22 22
	3- Benedit34
P.02 = Escola é reconhecida por auxiliar na formação profissional e no projeto de vida..	E-1
	E-2
	E-3
	E-4
P. 03 = Os educandos melhoramsedesempenho e a aprendizagem após o acesso à escola de referência.....	E-1
	E-2
	E-3
	E-4
P. 04 = A Erem possibilita maior adesão ao ENEM e ao Ensino superior ...	E- 1
	E-2
	E-3
	E-4
P. 05 = A parte diversificada do currículo da EREM contribui com a formação deles...	E-1
	E-2
	E-3
	E-4
P.6 =A Erem recebe jovens com déficit histórico de conteúdo, e os devolve empoderados pelo conhecimento...	E-1
	E-2
	E-3
	E-4
P.7 - Mais de 50% dos jovens de um baixo-extrato-social, estudam nas EREM...	E-1
	E-2
	E-3
	E-4
P. 7 A - Caso discorde da Q.07, o percentual que corresponde a sua realidade é.....	E-1
	E-2
	E-3
	E-4
P.08 =O item de entrada do jovem no 1º/ano, que saem no 3º sem reprovação....	E-1
	E-2
	E-3
	E-4
P.09 = Aumentou aprovação para as universidades públicas depois da EREM...	E-1
	E-2
	E-3
	E-4
P.9A =Apresente os dados, de aprovação considerando o ano de implantação da Erem...	E-1
	E-2
	E-3
	E-1

P.10 Cursos na U. pública antes restritos a Uma camada social + pobre é uma realidade em sua escola...	E-2
	E-3
	E-4
P10 A = Respaldo em dados de jovens que prestaram e passaram no vestibular presente no 1º ano do 1º ano após implantação da EREM...	XXXXXXXX
P.11= O jovem que se forma volta a comunidade para trabalhar muda socialmente...	E-1
	E-2
	E-3
	E-4
	E-5
-P.12= Complementando a P.11, quantos jovens que se formaram em universidades e estão trabalhando...	XXXXXXXX
-P.13-A: Seu responsável alfabetizado	E-1
	E-2
	E-3
	E-4
P13-B Responda aqui o nível de escolaridade dele	E-1
	E-2
	E-3
	E-4 T=
P 13 C= Qual o grau de parentesco com o estudante,,	E-1
	E-2
	E-3
	E-4

APÊNDICE 04 – QUESTIONÁRIO DA FAMÍLIA

INSTRUMENTO DE PESQUISA DE MESTRADO: QUESTIONÁRIO DO EDUCADOR FAMILIAR

Nome da escola; -----

Nome do Pai/responsável: -----

Data da realização da pesquisa:-----/-----/-----

Prezado Educador Familiar!

Estou fazendo mestrado em Gestão Pública na Universidade Federal de Pernambuco e a minha pesquisa é sobre **A Avaliação dos Resultados da Política da Educação Integral em Pernambuco para o Ensino Médio (2008-2018)**. Preciso que reserve um tempo para me responder essa pesquisa. Tenho muitos dados consolidados gerados do SIEPE, mas não são suficientes para o meu estudo, portanto preciso de alguns outros dados que validarão a minha tese, que no sistema não os terei com tanta clareza e fidedignidade. Por isso, solicito a ajuda de vocês, com certa brevidade, sobre algumas informações acerca do meu problema delineado no meu projeto ora qualificado. Seguem algumas perguntas e formulários para preenchimento da realidade local de cada um. Desde já agradeço sua colaboração nessa pesquisa, esses dados são pré-requisito validação da minha tese.

INSTRUÇÃO PARA O PREENCHIMENTO DO QUESTIONÁRIO

Prezado Educador Familiar, você deverá marcar com “X” em cima da opção que melhor representa sua resposta para a questão:

PERGUNTA - 01

O seu parentesco com o educando que estuda nessa escola é de

A – Pai/Mãe B – Avos C – Tio/a D – Irmã/ão E – Vizinho/a F – Amigo/a

PERGUNTA 02

Você é alfabetizado?...

A - (SIM) B – (NÃO)

PERGUNTA 03

Se você respondeu a letra B, responda essa questão informando a etapa ou ano de escolaridade você frequentou.

A – Fundamental Incompleto; B – Fundamental Completo;

C – Ensino Médio Incompleto; D – Ensino Médio Completo;

E – Ensino Superior; F – Pós Graduação.....

PERGUNTA 04

A implantação da Escola de Referência em Ensino Médio (EREM), em regime integral como política pública de Pernambuco desde 2008, mudou de forma positiva a vida de seu filho(a) também dos demais jovens em sua cidade ou comunidade.

A - Discordo totalmente B-discordo muito C- discordo pouco D-concordo pouco

E- concordo muito F-concordo totalmente

PERGUNTA 05

Você como responsável pela educação em sua família, contribuiu com a formação de seus filhos e reconhece que a escola integral-EREM, na sua cidade ou comunidade, auxilia para construção do seu projeto de vida e na sua formação profissional do seu filho e dos demais jovens da comunidade escolar.

A-Discordo totalmente B-discordo muito C- discordo pouco D-concordo pouco E- concordo muito F-concordo totalmente

PERGUNTA 06

A implantação da Escola de Referência – EREM, na sua comunidade promove uma aprendizagem com mais qualidade para seu filho(a) e demais jovens e possibilita a Ele e aos seus colegas uma maior adesão ao ENEM.

A-Discordo totalmente B-discordo muito C- discordo pouco D-concordo pouco E- concordo muito F-concordo totalmente

PERGUNTA 07

Você percebe que o currículo das EREM, as disciplinas que eles estudam, propõem um diferencial na formação integral do seu filho(a) devido a parte diversificada e complementar ofertadas, apresentando componentes curriculares que orienta seu filho para além da competência cognitiva, para que ele participe mais das decisões da comunidade e na sociedade. (Educação Interdimensional, Pedagogia da Presença, Educação para valores... etc), esse currículo contribui com a formação de seu filho(a).

A-Discordo totalmente B-discordo muito C- discordo pouco D-concordo pouco E-
concordo muito F-concordo totalmente

PERGUNTA 08

A Escola de Referência de sua cidade atende a número relevante de jovens que são de famílias de um extrato (nível) social baixo, e contribuiu com o empoderamento e na promoção da emancipação do seu filho(a) e demais jovens; na sua opinião, o número de jovens que tem acesso a essa mudança corresponde, na sua comunidade, uma maioria dos jovens atendidos pela escola integral de sua comunidade. Você acha que mais de cinquenta por cento estudam na escola

A E- -Discordo totalmente B-discordo muito C- discordo pouco D- concordo pouco
E- concordo muito F-concordo totalmente.

PERGUNTA 08

Os jovens chegam ao primeiro ano do Ensino Médio com muitas dificuldades e lacunas de aprendizagem, os dados da secretaria de educação do estado nos apresentam que os jovens ao ingressarem nas EREM, ampliam a aprendizagem, e assim, progridem para o terceiro ano e conseguem concluir essa etapa de ensino. Você como educador familiar confirma essa informação, por exemplo seu filho(a) entrou no primeiro ano conseguiu chegar ou concluir, o terceiro ano, sem ter sido reprovado no Ensino Médio, issotambém acontece com os colegas de sala de seu filho(a); esse é o diferencial dessa política de educação integral. Caso você concorde com essa afirmativa, marque o percentual que corresponde a sua realidade.

A-100% dos alunos B-99% a 90% C- 89% a 70% D- 69% a 50%
E- 49% a 30% F-29% a 0%

PERGUNTA 09

Os dados da educação de Pernambuco demonstram um crescimento da última década nos indicadores de aprendizagem do Ensino Médio. Essa aprendizagem se comprova pelo o número de jovens aprovados no vestibular e eles conseguem chegar à universidade pública, esse é um dado que avançou após a implantação da EREM. Seu filho se inscreveu ou passou no vestibular ao chegar no terceiro ano, você como educador familiar verifica mais jovens ingressando na universidade na escola do seu filho(a)?

A-Discordo totalmente B-discordo muito C- discordo pouco D-concordo pouco E-
concordo muito F-concordo totalmente

PERGUNTA 10

Dos cursos mais escolhidos pelos jovens nas áreas de Saúde, Ciências Exatas e Ciências Humanas entre outros, ofertados nas universidades públicas, antes restritos a um extrato social mais abastado, tais como: medicina, direito, engenharia etc. cursos esses, hoje, também pleiteados pelos jovens egressos das EREM, inclusive jovens de origem mais humildes conseguem ingressar nessas universidades públicas e concluírem sua formação, é uma realidade dos educandos de escola do seu filho(a) também.

A-Discordo totalmente B-discordo muito C- discordo pouco D-concordo pouco E-concordo muito F-concordo totalmente

PERGUNTA 13

Na sua comunidade escolar, os colegas seus filhos que acessam, que vão para a universidade concluem (se formam) os cursos escolhidos, e quando formados retornam, voltam a região e a comunidade escolar ou lugar que moravam para trabalhar. A EREM onde seu filho(a) estudou ou estuda tem apresentado à comunidade um ensino de qualidade, possibilitando ao seu filho(a) e aos demais jovens que a frequentam uma possibilidade ou um sonho de uma mudança social.

A-Discordo totalmente B-discordo muito C- discordo pouco D-concordo pouco E-concordo muito F-concordo totalmente

PERGUNTA 14

CITE DUAS CARACTERÍSTICAS POSITIVAS DA SUA ESCOLA:

CITE DUAS CARACTERÍSTICAS NEGATIVAS DE SUA ESCOLA:

APÊNDICE 05 – QUESTIONÁRIO DA PESQUISA DA GRE: SUJEITOS DA PESQUISA EDUCADORES

CONSOLIDADO DO QUESTIONÁRIO DA PESQUISA POR GRE: 06 com Erem+ que 6.0; 05 GRE pesquisadas					
SUJEITOS DA PESQUISA: EDUCADORES = 112 EREM: Das 18 – 16 pesquisadas DATA: 24/10 a 10/11/2018					
PERGUNTAS: Priorizei os dados com maior índice de respostas dadas pelos educadores consolidei as questões; E=concordo muito e F=concordo totalmente , foram os itens mais pontuados por eles.					
PERGUNTAS	NÚMERO DE RESPOSTAS POR REGIONAL				
	Limoeiro E5=28 Responde	Nazaré: E4=26 Responde	Salgueiro:E2=2 6 Responde	Afogados: E3 =18 responderm	Floresta:01 =14 Responderm
1-Implantação de EREm mudou a vida do jovem	E13+F13 2692.85%	E8+F13=21 =80.76%	E7+F18= 25=96%	E12+F6=18=10 0%	E1+f13=14 =100%
2-Erem auxilia a Profissional projeto de vida.	E13+F10 23=82.14	E16+F8=24 =92.3%	E12+F12=24=9 2.3%	E10+F7=17 =94.44%	E8+F6=14 =100%
3-Oeducandomelhor desempenho após acesso à EREM	E18+F725 =89.28%	E12+F6=18 =69.23%	E12+13= 25=96%	E10+F8=18 =100%	E8+F6=14 =100%
5- A parte diversificada curricular contribui na formação.	E11+F819 =67.85%	E11+F8=19 =73.07%	E7+F16=2388.4 6%	E9+f8=17 =94.44%	E8+F6=14 =100%
6- O jovem chega com baixa de conteúdo sai empoderado	E10+F18 =64.28%	E9+F7=16 =61.53%	E10+F15=25=9 6%	E10+F7=17 =94.44%	E8+F6=14 =100%
7- Mais de 50% do jovem de baixo-estrato-social estão	E12+F1022=78.57 %	E9+F12=21 =80.76%	E7+f17=24=96 %	E4+f6=10 =55.55%	E2+F12=14 =100%
8- Os jovens entram no 1º saem no 3º sem reprovar...	A7+B20 2=96.42%	A1+B12=13=50 %+C9	B=19.26= 73%	A5+B12=17=94 .44%	A2+B12=14 =100%
9- Aumentou aprovação pra Uni. pública depois da Erem	E13+F1= 23=85.7%	E8=F14=22 =84.61%	E11+f15=26100 %	E13+F3=16 =88.88%	F14=14 =100%
10- Acesso a cursos/à U. pública limitados aos pobres	E10+F616=57.14D/ Pou46%	E16+F6=22 =84.61%	E4+f17=21=80. 76%	E3+F8=11 =61%	E8+F6=14 =100%
11-O jovem se forma volta para trabalhar e muda a vida.	E12+f5=1760.71D/ Po3928	E11+F2=13 50% e D13co	E5+f14=19=73 %	E9+F7-16 =88.88%	E9+F4=13 =92.85%
12. A: Seu responsável e alfabetizado	Não responderam	Não responde ram	Não responde ram	Não responde ram	Não responde Ram
12.B- o nível de escolaridade	Não responderam	Não responde ra	Não responde ram	Não responde ram	Não responde Ram
12.C- Qual o parentesco com o educando	Não responderam	Não responde Ram	Não responde ram	Não responde ram	Não responde Ram

Obs. Apenas as questões 8; 13-A,B e C consideramos as respostas de em outros itens que não são E

APÊNDICE 06 - QUESTIONÁRIO DA PESQUISA DA GRE: SUJEITOS DA PESQUISA EDUCADORES FAMILIARES

CONSOLIDADO DO QUESTIONÁRIO DA PESQUISA POR GRE: 06 com Erem+ que 6.0; 05 GRE pesquisadas					
SUJEITOS DA PESQUISA: Educ. familiar: 143 EREM: Das 18 – 6 pesquisadas DATA: 24/10 a10/11/2018					
PERGUNTAS: Priorizei os dados com maior índice de respostas dadas pelo educador familiar consolidei as questões; E=concordo muito e F=concordo totalmente foram, os itens mais pontuados por eles.					
PERGUNTAS RESPONDENTES:	Nº DE RESPOSTAS POR REGIONAL Leg: E1, E2, E3, E4, E5 = EREM 1-2-3-4-5;				
	Limoeiro:E5 Resp.:28	Nazaré:E4 Resp.:21	Salgueiro:E3 Resp.: 48	Afogados:E3 Resp.: 39	Floresta:E1; Resp.: 09
1-Implantação de EREM muda vida de jovens na comunidade	E5=21=26 =92.85%	E5+F16=21 =100%	E15+F30=45 =93.75%	E6+F32=38= =97.43%	E5+F4=9 =100%
2-Erem auxilia a formação profissional/Projeto de vida	E8+F20=28 =100%	E9+F11=20 = 95.23%	E12+F34=45 =93.75%	E9+F30=39. =100%	E5+F4=9 =100%
3-O educando melhora desempenho após o acesso à EREM	E5+F25=27 =96.42%	E5=f14=19 =90.47%	E18+F25=43 =89.58%	E7+F31=38. =94.87%	E1+F8=9 =100%
4- A Erem possibilita adesão ao ENEM e ao Ensino superior	E8+F17=25 =89.28%	E6+F14=20 =85.71	E17+F22=39 =81.25%	E8+F30=38. =97.43%	E1+F8=9 =100%
5 Aparte diversificada currículo-Lar contribui formação dele	E13+F13=26 =92.85%	E9+F9=18 =85.71	E17+F28=45 =93.75%	E7+F28=35. =89.74%	E5+F4=9 =100%
6-O jovem chega com dificuldade e sai empoderado.	E11+F12=23 =82.14%	E5+F6=11 =52.38%	E19+F18=39 =81.25%	E13+F18=31 =79.48%	E3+F5=8 88.88%
7-Mais de 50% do jovem com dificuldade estuda na EREM	E11+F12=23 =82.14%	N RESP.	E14+F14=28 =58.33%	E6+F28=34 =87.17%	E7+F2=9 =100%
8-O jovem entra no 1ºano q/sai no 3º sem reprovar é...	A5+B10=15 =53.57%	E4+F8=1257 %dea40%ser	A5+B15+C14= 34=70.83% a	A1/B29=3076.9 3% 90- 100%	B=7=7=77.77% de 90 a 100%
9-Cresceu aprovação na universidade pública depois da erem..	37+F17=24 =85.71%	E4+f12=16 =76.19	E17+F29=46 =95.83%	E9+F27=35 =89.74%	E1+F7=8 =88.88%
10- Acesso à curso antes limitado aos mais pobres	E3+F18=21 =75%	E8+F13=21 =100%	E15+F29=45 =93.75%	E10+F25=35 =89.74%	E1+F7=8 =88.88%
11-O jovem se forma, volta a cidade p/trabalhar muda de vida.	E12+F15=27 =96.42%	E5=f14=19 =90.47%	E18+F28=46 =95.83%	E9+F26=35 =89.74%	E4+F5=9 =100%
12. A: O responsável é alfabeti- do	A/SIM=27= 96.42%	N RESP	A/SIM=45 =95.83%	A/SIM=30 =76.93%	A/SIM=8 88.88%
12.B o nível de escolaridade	Não foi mto	N RESP	Não foi mto	Não foi mto re	A=9=100% alf
12.C-qual o gral de parentesco	Não res	N RESP	A/44=91.66%	A/34=87.17	E2+F4=6 66.7%

Obs: Obs. Apenas as questões 8 e 13-A, B, C, consideramos as respostas de em outros itens. A questão oito as letras A e B correspondem a uma avaliação positiva. As questões E e F, são o contrário nesse caso. E a questão 13 é para educando e educadores familiares

APÊNDICE 07 - QUESTIONÁRIO DA PESQUISA DA GRE: SUJEITOS DA PESQUISA GESTORES/EQUIPES

CONSOLIDADO DA PESQUISA POR GRE: 06 com Erem+ que 6.0; 05 GRE pesquisadas					
SUJEITOS DA PESQUISA: RESPONDENTES=25 GESTORES DATA: 24/10 a 10/11/2018					
PERGUNTAS: Priorizei os dados com maior índice de respostas dadas pelos Gestores consolidei as questões; E=concordo muito e F=concordo totalmente, os itens mais pontuados					
PERGUNTAS	NÚMERO DE RESPOSTAS POR REGIONAL				
	Limoeiro:E5 Resp.: 08	Nazaré:E4 Resp.: 05	Salgueiro:E3 Resp.:03	Afogados:E3 Resp.: 08	Floresta:E1 Resp.: 01
1-Implantação de erem muda vida de jovem na comunidade	E1+F6=7 =100%	E1=F4=5 =100%	E1+F2=3 = 100%	E1+F7=8 = 100%	F1=1 =100%
2-Erem auxilia a formação profissional projeto de vida.	E3+F4=7 =100%	F5=5 =100%	F3=03 = 100%	E3+F5=8 = 100%	F1=1 =100%
3-O educando melhora desenho após o acesso à EREM	E4+F3=7 =100%	E1+F3=4 =80%	E1+F2=3 = 100%	E5+F3= = 100%	F1=1 =100%
4-A Erem possibilita adesão ao ENEM e ao Ensino superior	E1+F6=7 =100%	E1+F3=4 =80%	E1+F2=3 = 100%	E2+F6=8 = 100%	F1=1 =100%
5-A parte diversificada curricula contribui na formação deles	E2+F5=7 =100%	E1+F3=4 =80%	E1+F2=3 = 100%	E2+F6=8 = 100%	F1=1 =100%
6- O jovem chega com baixa de conteúdo e sai empoderado.	E2+F5=7 =100%	E2+F2=4 =80%	= 100%	E4+F4=8 = 100%	F1=1 =100%
7-Mais de 50% jovem de baixo-estrato-social estuda na EREM	E3+F4=7 =100%	E2=F1=3 =60%	E2+F1=03 = 100%	F=8= 100%	F1=1 =100%
8- O jovem entra no 1º/ano saem no 3º sem reprovar é...	A2+B5=7 100%de	B4=4 =80%	B=3 = 100%	B=8100% B-99 a90%	B1=1 =100%
9- = Aumentou aprovação pra Uni uni pública depois da Erem	E4+F3=7 =100%	E2+F3=5 =100%	F3=03 = 100%	E6+F2=8 = 100%	F1=1 =100%
10- Acesso a cursos à U.pública limitados aos mais pobres	E4+F3=7 =100%	E2+F3=5 =100%	F3=03 = 100%	E4+F3 = 97.77%	F1=1 =100%
11-O jovem se forma volta para trabalhar e muda de vida	F7=7 =100%	E2+2=4 =80%	F3=03 = 100%	E2+F6= 100%	F1=1 =100%
12.A:O responsável é alfabetiza	Não respon	Não resp.	Não resp.	Não respond	Não respond
12-O nível de escolaridade dele	Não respon	Não respond	Não respon	Não respond	Não respond
12.C-O grau de parentesco é	Não respond	Não respond	Não respond	Não respond	Não respond

Obs. Apenas as questões 8; 13-A,B e C consideramos as respostas de em outros itens que não são E e F

APÊNDICE 08– QUESTIONÁRIO DO EDUCANDO

INSTRUMENTO DE PESQUISA DE MESTRADO: QUESTIONÁRIO DO EDUCANDO

Nome da escola: -----

Nome do educando: -----

Data da realização da pesquisa:-----/-----/-----

Prezado Educando!

Prezada Educanda!

Estou fazendo mestrado em Gestão Pública na Universidade Federal de Pernambuco e a minha pesquisa é sobre **A Avaliação dos Resultados da Política da Educação Integral em Pernambuco para o Ensino Médio (2008-2018)**. Preciso que reserve um tempo para me responder essa pesquisa. Tenho muitos dados consolidados gerados do SIEPE, mas não são suficientes para o meu estudo, portanto preciso de alguns outros dados que validarão a minha tese, que no sistema não os terei com tanta clareza e fidedignidade. Por isso, solicito a ajuda de vocês, com certa brevidade, sobre algumas informações acerca do meu problema delineado no meu projeto ora qualificado. Seguem algumas perguntas e formulários para preenchimento da realidade local de cada um. Desde já agradeço sua colaboração nessa pesquisa, esses dados são pré-requisito validação da minha tese.

INSTRUÇÃO PARA O PREENCHIMENTO DO QUESTIONÁRIO

Você deverá marcar com “X” em cima da opção que melhor representa sua resposta para a questão:

PERGUNTA 01

A implantação da Escola de Referência em Ensino Médio (EREM), implantada em regime integral em Pernambuco como política pública desde 2008, mudou de forma positiva a sua vida e dos demais jovens em sua cidade ou comunidade.

A-Discordo totalmente B-discordo muito C- discordo pouco D-concordo pouco E-concordo muito F-concordo totalmente

PERGUNTA 02

Os seus pais reconhecem que a escola integral-EREM, na sua cidade ou comunidade, auxilia para construção do seu projeto de vida e na sua formação profissional.

A-Discordo totalmente B-discordo muito C- discordo pouco D-concordo pouco E-concordo muito F-concordo totalmente

PERGUNTA 03

Vocês como educandos conseguem melhorar seu desempenho acadêmico e constroem as competências e habilidades, após ter acesso as escolas de referência, e ela contribuem com a melhora de sua aprendizagem.

A - Discordo totalmente B-discordo muito C- discordo pouco D-concordo pouco E- concordo muito F-concordo totalmente

PERGUNTA 04

A implantação da Escola de Referência – EREM, na sua comunidade além de promover uma aprendizagem com mais qualidade para você e demais jovens, possibilita principalmente, a você e aos seus colegas, uma maior adesão ao ENEM e a cursos superior.

A-Discordo totalmente B-discordo muito C- discordo pouco D-concordo pouco E-concordo muito F-concordo totalmente

PERGUNTA 05

O currículo das EREM propõe um diferencial na sua formação integral devido a parte diversificada e complementar ofertadas, apresentando componentes curriculares para além da competência cognitiva. (Educação Interdimensional, Pedagogia da Presença, Educação para valores... etc), esse currículo contribui com sua formação.

A-Discordo totalmente B-discordo muito C- discordo pouco D-concordo pouco E-concordo muito F-concordo totalmente

PERGUNTA 06

A Escola de Referência de sua cidade atende a muitos jovens que são de famílias de um extrato social baixo, e contribui em um percentual relevante, com o empoderamento e na promoção da emancipação desses jovens; o número de jovens que tem acesso a essa mudança corresponde, na sua comunidade, a mais de cinquenta por cento dos alunos que estudam na escola.

A-Discordo totalmente B-discordo muito C- discordo pouco D-concordo pouco E-concordo muito F-concordo totalmente

PERGUNTA 07

Caso você discorde do percentual da afirmativa acima declarada, marque a alternativa abaixo, que corresponda à realidade de atendimento de sua unidade escolar.

A-0% a 20% B- 21% a 30% C-31% a 40% D-41% a 60% E-61% a 80% F- 81% a 100%

PERGUNTA 08

Mesmo com um Ensino Fundamental ainda deficiente, vocês jovens chegam ao primeiro ano do Ensino Médio com muitas dificuldades e lacunas de aprendizagem, os dados da secretaria de educação do estado nos apresentam que os jovens ao ingressarem nas EREM, ampliam a aprendizagem, e assim, progridem para o terceiro ano e conseguem concluir essa etapa de ensino. Você e seus colegas que entraram no primeiro ano conseguiram chegar ou concluir, sem reprovação o terceiro ano. Esse é o maior diferencial dessa política de educação integral. Caso você concorde com essa afirmativa marque o percentual que corresponde a sua realidade.

A-100% dos alunos B- 99% a 90% C-89% a 70% D-69% a 50%
E- 49% a 30% F-29% a 0%

PERGUNTA 09

Os dados da educação de Pernambuco demonstram um crescimento da última década nos indicadores de aprendizagem do Ensino Médio. Essa aprendizagem se comprova pelo o número de jovens aprovados no vestibular e eles conseguem chegar à universidade pública, esse é um dado que avançou após a implantação da EREM. Você com educando verifica isso na sua escola?

A-Discordo totalmente B-discordo muito C- discordo pouco D-concordo pouco
E- concordo muito F-concordo totalmente

PERGUNTA 09 – A

Considerando a afirmativa anterior, nos três anos que você estuda na escola, você presencia essa afirmativa e pode apresentar um número de colegas aprovados no vestibular em sua unidade escolar nesse período do primeiro ao terceiro ano:

ANO	UNIVERSIDADES PÚBLICAS	FIES E BOLSAS	UNIVERSIDADE PRIVADAS	TOTAL DE APROVADOS POR ANO
20---				
20---				
20---				

Essa informação terá um recorte de quando a instituição era regular e transformou-se em integral, para verificar se os dados melhoram ao concluir o primeiro ciclo de três anos dela como integral e se esse crescimento foi consistente. Apresente o que você visualiza.

PERGUNTA 10

Dos cursos mais escolhidos pelos jovens nas áreas de Saúde, Ciências Exatas e Ciências Humanas entre outros, ofertados nas universidades públicas, antes restritos a um extrato social mais abastado, tais como: medicina, direito, engenharia etc. cursos esses, hoje, também pleiteados pelos jovens egressos das EREM, inclusive jovens de origem mais humildes conseguem ingressar nessas universidades públicas e concluíram sua formação, é uma realidade dos educandos de sua escola também.

A-Discordo totalmente B-discordo muito C- discordo pouco D-concordo pouco

E- concordo muito F-concordo totalmente

PERGUNTA 11

Na sua comunidade escolar, os seus colegas que acessam a universidade concluem os cursos escolhidos, e quando formados retornam a sua região e a comunidade escolar para trabalhar, você observa alunos que se formaram nessa escola e já trabalham na profissão que se formaram. A EREM onde você estudou ou estuda tem apresentado à comunidade um ensino de qualidade, possibilitando ao jovem de sua escola uma mudança social.

A-Discordo totalmente B-discordo muito C- discordo pouco D-concordo pouco

E- concordo muito F-concordo totalmente

PERGUNTA 12

Se a afirmativa da pergunta 13 é uma realidade na sua comunidade escolar, apresente de forma objetiva e clara o número de jovens de sua instituição, que você conhece ou lembra, que se formaram nas universidades públicas e que já estão trabalhando:

NA REGIÃO OU NA COMUNIDADE ESCOLAR		FORMARAM-SE E NÃO RETORNARAM À REGIÃO	
2---- a 2-----	2----- a 2-----	2----- a 2-----	20----- a 2-----

PERGUNTA 13 -A

Seus pais ou responsável é alfabetizado?...

A - (SIM) B – (NÃO)

13-B Se você marcou a letra B, responda essa questão informando a etapa ou ano de escolaridade ele(a) frequentou

- A – Fundamental Incompleto; B – Fundamental Completo;
C – Ensino Médio Incompleto; D – Ensino Médio Completo;
E – Ensino Superior; F – Pós Graduação.....

14. A - CITE DUAS CARACTERÍSTICAS POSITIVAS DA SUA ESCOLA:

14..B - CITE DUAS CARACTERÍSTICAS NEGATIVAS DE SUA ESCOLA:

15- A ESCOLA QUE VOCÊ ESTUDA OU ESTUDOU CONTRIBUIU COM SUA VIDA, COM O QUE VOCÊ SE TORNOU? COMO? EXPLIQUE.

APÊNDICE 09 – QUESTIONÁRIO DO GESTOR

INTRUMENTO DE PESQUISA DE MESTRADO: QUESTIONÁRIO DO GESTOR ESCOLAR

Nome da escola; -----

Nome do Gestor: -----

Tempo em que funciona como integral: -----

Data da realização da pesquisa:-----/-----/-----

Prezado Gestor!

Prezada Gestora!

Como alguns de vocês sabem, estou fazendo mestrado em Gestão Pública na Universidade Federal de Pernambuco e a minha pesquisa é sobre **A Avaliação dos Resultados da Política da Educação Integral em Pernambuco para o Ensino Médio (2008-2018)**. Também sei das várias atribuições que vocês têm no cotidiano escolar, mas preciso que reserve um tempo para me responder essa pesquisa. Tenho muitos dados consolidados gerados do SIEPE, mas não são suficientes para o meu estudo, portanto preciso de alguns outros dados que validarão a minha tese, que no sistema não os terei com tanta clareza e fidedignidade. Por isso, solicito a ajuda de vocês, com certa brevidade, sobre algumas informações acerca do meu problema delineado no meu projeto ora qualificado. Seguem algumas perguntas e formulários para preenchimento da realidade local de cada um. Desde já agradeço sua colaboração nessa pesquisa, esses dados são pré-requisito validação da minha tese.

INSTRUÇÃO PARA O PREENCHIMENTO DO QUESTIONÁRIO

Prezado Gestor, você deverá marcar com “X” em cima do quadrado que melhor representa sua resposta para a questão:

PERGUNTA 01

A implantação da Escola de Referência em Ensino Médio (EREM), implantada em regime integral em Pernambuco como política pública desde 2008, mudou de forma positiva a vida do jovem em sua cidade ou comunidade.

A - Discordo totalmente B-discordo muito C-discordo pouco D - Concordo pouco
E- concordo muito F - concordo totalmente

PERGUNTA 02

Os pais reconhecem que a escola integral-EREM, na sua cidade ou comunidade, auxilia para construção do projeto de vida e na formação profissional dos filhos.

A-Discordo totalmente B-discordo muito C-discordo pouco D-concordo pouco E-concordo muito F-concordo totalmente

PERGUNTA 03

Os educandos conseguem melhorar seu desempenho acadêmico e construir as competências e habilidades, após ter acesso a essas escolas, eles melhoram claramente sua aprendizagem.

A-Discordo totalmente B-discordo muito C-discordo pouco D-concordo pouco E-concordo muito F-Concordo totalmente

PERGUNTA 04

A implantação da Escola de Referência – EREM, na sua comunidade promove uma aprendizagem com mais qualidade para o jovem e possibilita uma maior adesão ao ENEM.

A-Discordo totalmente B-discordo muito C-discordo pouco D-concordo pouco E-concordo muito F-concordo totalmente

PERGUNTA 05

O currículo das EREM propõe um diferencial na formação integral dos educandos, devido a parte diversificada e complementar ofertadas, apresentando componentes curriculares para além da competência cognitiva. (Educação Interdimensional, Pedagogia da Presença, Educação para valores... etc).

A-Discordo totalmente B-discordo muito C-discordo pouco D-concordo pouco E-concordo muito F-concordo totalmente

PERGUNTA 06

A EREM atende, em sua comunidade, jovens oriundos da zona rural, muitos desses jovens têm níveis socioeconômicos baixos e advindos de escolas rurais multisseriadas, e

mesmo com essa diversidade, a sua instituição promove a progressão do educando, com as habilidades cognitivas e demais habilidades construídas.

A-Discordo totalmente B-discordo muito C-discordo pouco D- concordo pouco E- concordo muito F- concordo totalmente

PERGUNTA 07

A Escola de Referência de sua cidade atende a muitos jovens que são de famílias de um extrato social baixo, esse número corresponde a mais de cinquenta por cento dos alunos que estudam na escola.

A - Discordo totalmente B - discordo muito C - discordo pouco D - concordo pouco E - concordo muito F - concordo totalmente

PERGUNTA 7 – A

Caso você discorde do percentual da afirmativa acima declarada, marque a alternativa abaixo, que corresponda à realidade de atendimento de sua unidade escolar.

A- 0% a 20% B-21% a 30% C-31% a 40% D- 41% a 60% E- 61% a 80% F-81% a 100%

PERGUNTA 08

Mesmo com um Ensino Fundamental ainda deficiente e os jovens chegando ao primeiro ano do Ensino Médio com muitas dificuldades e lacunas de aprendizagem, os dados da secretaria de educação do estado apresentam que os jovens ao ingressarem nas EREM, ampliam a aprendizagem, e assim, progridem para o terceiro ano e conseguem concluir essa etapa de ensino. O número de alunos que entram no primeiro ano e concluem sem reprovação o terceiro ano é o diferencial dessa política de educação integral. Caso você concorde com essa afirmativa marque o percentual que corresponde a sua realidade.

A - 100% dos alunos B-99% a 90% C-89% a 70% D- 69% a 50% E- 49% a 30% F - 29% a 0%

PERGUNTA 09

Os dados da educação de Pernambuco demonstram um crescimento da última década nos indicadores de aprendizagem do Ensino Médio. Essa aprendizagem se comprova pelo o número de jovens aprovados no vestibular e eles conseguem chegar à universidade pública, esse é um dado que avançou após a implantação da EREM.

A - Discordo totalmente B - discordo muito C- discordo pouco D - concordo pouco E - concordo muito F - concordo totalmente

PERGUNTA 09 – A

Considerando a afirmativa anterior, faça uma série histórica dos alunos aprovados no vestibular em sua unidade escolar desde 2008 a 2018:

QUANTIDADE DE ALUNOS APROVADOS NA UNIVERSIDADE: 2008 -2018.

ANO	UNIVERSIDADES PÚBLICAS	FIES E BOLSAS	UNIVERSIDADE PRIVADAS	TOTAL DE APROVADOS POR ANO
2008				
2009				
2010				
2011				
2012				
2013				
2014				
2015				
2016				
2017				
TOTAL POR UNIVERSIDADE				

Essa informação terá um recorte de quando a instituição era regular e transformou-se em integral, para verificar se os dados melhoram ao concluir o primeiro ciclo de três anos dela como integral e se esse crescimento foi consistente.

PERGUNTA 10

Dos cursos mais escolhidos pelos jovens nas áreas de Saúde, Ciências Exatas e Ciências Humanas entre outros, ofertados nas universidades públicas, antes restritos a um extrato social mais abastado, tais como: medicina, direito, engenharia etc. cursos esses, hoje, também pleiteados pelos jovens egressos das EREM, inclusive jovens de origem mais humildes conseguem ingressar nessas universidades públicas e concluírem sua formação.

A - Discordo totalmente B - discordo muito C - discordo pouco D - concordo pouco
E - concordo muito F - concordo totalmente

PERGUNTA 10-A

Considerando o resultado do ENEM, PROUNI, FIÉS e o vestibular tradicional em sua unidade escolar, apresente os dados que ilustram essa afirmativa acima mencionada. Destaque no quadro abaixo os cursos e a quantidade de alunos que ingressaram na universidade nos anos solicitados.

ANOS	CURSOS	QUANTIDADE DE ALUNOS		PERCETUAL %
		PRESTARAM VESTIBULAR	PASSARAM NO VESTIBULAR	
2008	Apresentar dados do ano de implantação ainda regular			
2010	... dados do ano de conclusão do primeiro ciclo de turmas da escola como integral			
2018	Dados mais recentes da escola como integral			

A lógica dessa tabela é a escola apresentar os dados do ano de implantação (ainda regular), os dados de sua escola em integral (primeiro ciclo de três anos), contabilizar os três primeiros anos, quando fecha o ciclo e os três últimos anos que fecha um ciclo de três anos.

PERGUNTA 11

Na sua comunidade escolar, os alunos que acessam a universidade concluem os cursos escolhidos, e quando formados retornam a sua região e a comunidade escolar. A EREM onde você trabalha tem apresentado a comunidade um ensino de qualidade, possibilitando ao jovem de sua escola uma mudança social.

A - Discordo totalmente B - discordo muito C - discordo pouco D - concordo pouco
E - concordo muito F - concordo totalmente

PERGUNTA 12

Se a afirmativa da pergunta 13 é uma realidade na sua comunidade escolar, apresente de forma objetiva e clara o número de jovens de sua instituição, que se formaram nas universidades públicas e que já estão trabalhando:

NA REGIÃO OU NA COMUNIDADE ESCOLAR		FORMARAM-SE E NÃO RETORNARAM À REGIÃO	
2008 a 2011	2012 a 2018	2008 a 2011	2012 a 2018

PERGUNTA 13

CITE DUAS CARACTERÍSTICAS POSITIVAS DA SUA ESCOLA:

CITE DUAS CARACTERÍSTICAS NEGATIVAS DE SUA ESCOLA:

A ESCOLA QUE VOCÊ TRABALHA ESTÁ ENTRE AS EREM COM O MELHOR IDEPE DO ESTADO. COMO VOCÊ EXPLICA ESSE BOM DESEMPENHO?

APÊNDICE 10 – QUESTIONÁRIO DO PROFESSOR

INTRUMENTO DE PESQUISA DE MESTRADO: QUESTIONÁRIO DO PROFESSOR

Nome da escola; -----

Nome do Professor: -----

Tempo em que trabalha no integral: -----

Data da realização da pesquisa:-----/-----/-----

Prezado Professor !

Prezada Professora!

Como alguns de vocês sabem, estou fazendo mestrado em Gestão Pública na Universidade Federal de Pernambuco e a minha pesquisa é sobre **A Avaliação dos Resultados da Política da Educação Integral em Pernambuco para o Ensino Médio (2008-2018)**. Também sei das várias atribuições que vocês têm no cotidiano escolar, mas preciso que reserve um tempo para me responder essa pesquisa. Tenho muitos dados consolidados gerados do SIEPE, mas não são suficientes para o meu estudo, portanto preciso de alguns outros dados que validarão a minha tese, que no sistema não os terei com tanta clareza e fidedignidade. Por isso, solicito a ajuda de vocês, com certa brevidade, sobre algumas informações acerca do meu problema delineado no meu projeto ora qualificado. Seguem algumas perguntas e formulários para preenchimento da realidade local de cada um. Desde já agradeço sua colaboração nessa pesquisa, esses dados são pré-requisito validação da minha tese.

INSTRUÇÃO PARA O PREENCHIMENTO DO QUESTIONÁRIO

Prezados Professor ou Professora, você deverá marcar com “X” em cima da opção que melhor representa sua resposta para a questão:

PERGUNTA 01

Você confirma que a Política de educação das Escolas de Referência em Ensino Médio (EREM), implantada em regime integral em Pernambuco como política pública desde 2008, mudou de forma positiva a vida do jovem em sua cidade ou comunidade.

A-Discordo totalmente B-discordo muito C- discordo pouco D-concordo pouco E-concordo muito F-concordo totalmente

PERGUNTA 02

Você sente que os pais reconhecem que a escola integral-EREM, na sua cidade ou comunidade, auxilia para construção do projeto de vida e na formação profissional dos filhos.

A-Discordo totalmente B-discordo muito C- discordo pouco D-concordo pouco E-concordo muito F-concordo totalmente

PERGUNTA 03

Os educandos conseguem melhorar seu desempenho acadêmico e construir as competências e habilidades, após ter tido acesso a essa escola, eles melhoram sua aprendizagem.

A-Discordo totalmente B-discordo muito C- discordo pouco D-concordo pouco E-concordo muito F-concordo totalmente

PERGUNTA – 04

Você visualiza que a implantação da Escola de Referência – EREM, na sua comunidade promove uma aprendizagem com mais qualidade para o jovem e tem possibilitado a eles uma adesão ao ENEM em cursos de suas preferências.

A-Discordo totalmente B-discordo muito C- discordo pouco D-concordo pouco E-concordo muito F-concordo totalmente

PERGUNTA 05

Na sua opinião, o currículo das EREM propõe um diferencial na formação integral dos educandos, devido a parte diversificada e complementar ofertadas, apresentando componentes curriculares para além da competência cognitiva. (Educação Interdimensional, Pedagogia da Presença, Educação para valores... etc).

A-Discordo totalmente B-discordo muito C- discordo pouco D-concordo pouco E-concordo muito F-concordo totalmente

PERGUNTA 06

A EREM que você trabalha, atende em sua comunidade jovens oriundos da zona rural, muitos desses jovens têm níveis socioeconômicos baixos, também com lacunas de aprendizagens por serem advindos de escolas rurais multisseriadas, e mesmo com essa adversidade, a sua instituição promove a progressão do educando, com as habilidades cognitivas e demais habilidades construídas.

A-Discordo totalmente B-discordo muito C- discordo pouco D-concordo pouco E-concordo muito F-concordo totalmente

PERGUNTA 07

A Escola de Referência de sua cidade atende a muitos jovens que são de famílias de um extrato social baixo, esse número corresponde a mais de cinquenta por cento dos alunos que estudam na escola.

A-Discordo totalmente B-discordo muito C- discordo pouco D-concordo pouco E-concordo muito F-concordo totalmente

PERGUNTA 7

Caso você discorde do percentual da afirmativa acima declarada, marque a alternativa abaixo, que corresponda à realidade de atendimento de sua unidade escolar.

A -1% a 20% B- 21% a 30% C-31% a 40% D- 41% a 60% E-61% a 80% F-81% a 100%

PERGUNTA 08

Mesmo com um Ensino Fundamental ainda deficiente e os jovens chegando ao primeiro ano do Ensino Médio com muitas dificuldades e lacunas de aprendizagem, os dados da secretaria de educação do estado apresentam que os jovens ao ingressarem nas EREM, ampliam a aprendizagem, e assim, progridem para o terceiro ano e conseguem concluir essa etapa de ensino. O número de alunos que entram no primeiro ano e concluem sem reprovação o terceiro ano é o diferencial dessa política de educação integral. Caso você concorde com essa afirmativa marque o percentual que corresponde a sua realidade.

A-100% dos alunos B- 99% a 90% C- 89% a 70% D-69% a 50% E-49% a 30% F-29% a 0%

PERGUNTA 09

Os dados da educação de Pernambuco demonstram um crescimento da última década nos indicadores de aprendizagem do Ensino Médio. Essa aprendizagem se comprova pelo o número de jovens aprovados no vestibular e que eles conseguem chegar à universidade pública, esse é um dado que avançou após a implantação da EREM.

A-Discordo totalmente B-discordo muito C-discordo pouco D-concordo pouco

E-concordo muito F-concordo totalmente

PERGUNTA 10

Você percebe que dos cursos mais escolhidos pelos jovens nas áreas de Saúde, Ciências Exatas e Ciências Humanas entre outros, ofertados nas universidades públicas, antes restritos a um extrato social mais abastada, tais como: medicina, direito, engenharia etc. cursos esses, hoje, também pleiteados pelos jovens egressos das EREM, inclusive jovens de origem mais humildes conseguem ingressar nessas universidades públicas e concluírem sua formação.

A- discordo totalmente B-discordo muito C-discordo pouco D-concordo pouco

E-concordo muito F-concordo totalmente

PERGUNTA 11

Na sua comunidade escolar, os alunos que acessam a universidade concluem os cursos escolhidos, e quando formados retornam a sua região e a comunidade escolar e região para trabalhar.

A-Discordo totalmente B-discordo muito C-discordo pouco D-concordo pouco

E-concordo muito F- concordo totalmente

PERGUNTA 12

Se a afirmativa da pergunta 13 é uma realidade na sua comunidade escolar, apresente de forma objetiva e clara o número de jovens de sua instituição, que se formaram nas universidades públicas e que já estão trabalhando nessa última década:

NA REGIÃO OU NA COMUNIDADE ESCOLAR		FORMARAM-SE E NÃO RETORNARAM À REGIÃO	
2008	2018	2008	2018

PERGUNTA 13

CITE DUAS CARACTERÍSTICAS POSITIVAS DA SUA ESCOLA:

CITE DUAS CARACTERÍSTICAS NEGATIVAS DE SUA ESCOLA:

A ESCOLA QUE VOCÊ TRABALHA ESTÁ ENTRE AS EREM COM O MELHOR IDEPE DO ESTADO. COMO VOCÊ EXPLICA ESSE BOM DESEMPENHO?